

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

SUBSÍDIOS AO DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO
DO PARANÁ - INDÚSTRIA - 2ª FASE

CURITIBA
NOVEMBRO/1978

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	4
1.1 - LIMITAÇÕES DA ANÁLISE.....	10
2 - CARACTERÍSTICAS DO DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	13
3 - ANÁLISE DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO PARANÁ.....	33
3.1 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO (D_1).....	36
3.2 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (D_2).....	54
3.3 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (D_3).....	106
4 - CONCLUSÕES.....	130
APÊNDICE A - A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
EQUIPE TÉCNICA	172

INTRODUÇÃO

Na primeira fase do Diagnóstico do Setor Industrial Paranaense efetuou-se um estudo comparativo da Estrutura Industrial Paranaense em relação à Região Sul e à Economia Nacional no período 1950 a 1970.

Esta segunda fase do Diagnóstico enfatizou o desempenho industrial paranaense em si mesmo, isto é, em termos de dinâmica de crescimento da estrutura industrial paranaense e da estrutura de mercado dos principais ramos industriais. De um lado, analisou-se o desempenho dos ramos dinâmicos e tradicionais e, de outro, a distribuição do tamanho de empresas (pequenas, médias e grandes) na primeira metade da década dos anos 70.

Em anexo, indica-se as características básicas do desempenho da Indústria de Construção Civil Residencial, que se considera um dos principais ramos empresariais da Indústria Paranaense após 1968. As deficiências estatísticas determinaram uma abordagem distinta daquela utilizada para a Indústria de Transformação, o que não invalida as conclusões a que se chegou.

I - ASPECTOS METODOLÓGICOS

A amostra utilizada baseia-se no levantamento "Valor Adicionado por ramo de atividade" efetuado pela Secretaria das Finanças para os anos de 1972 a 1975. Este levantamento registra o total de estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria das Finanças.

Para se obter a amostra da qual parte este estudo, foram eliminadas as empresas que apareciam no levantamento sem o valor das vendas e/ou Valor Adicionado. Por outro lado, para se obter o número de empresas industriais, aglutina-se o valor adicionado por vários estabelecimentos de uma única empresa sempre que isto ocorreu, dentro de um mesmo ramo de atividade. Em suma, a amostra que se utiliza refere-se ao Valor Adicionado pelas empresas industriais existentes no Estado do Paraná de 1972 a 1975.

A participação da amostra no Universo dos dados é de aproximadamente 80%, o que possibilita, em princípio, uma razoável aproximação da realidade.

Na tentativa de se obter uma primeira aproximação à "estrutura de mercado"* dos ramos industriais, realizou-se uma

*Por "estrutura de mercado" entendemos as condições de concorrência existentes em determinado ramo industrial, o que determina o poder (de mercado) das empresas.

partição da amostra em pequenas, médias e grandes empresas.

O critério de partição da amostra entre pequenas e médias empresas foi a média aritmética, que como se sabe é influenciado pelo número total de empresas (n) de cada ramo. Em outras palavras, a média aritmética define o limite superior das pequenas empresas e o limite inferior das empresas médias.

As maiores empresas de cada ramo industrial geralmente registram uma elevada participação no Valor Adicionado e são em número reduzido. Para se obter o limite inferior das grandes empresas e o limite superior das empresas médias é necessário calcular a média ponderada pela participação da empresa no valor adicionado. Este valor é obtido através da Média de Niehans,¹ que é influenciada pela participação das grandes empresas da amostra.

Resumidamente, a Média Aritmética é influenciada pelo conjunto de menores valores da variável porque é uma média ponderada pelas frequências. A Média de Niehans é influenciada pelos maiores valores da variável, na medida em que é uma média ponderada pelas proporções em que aparece a variável.

Por exemplo:

Seja X_i o valor adicionado de cada empresa de um ramo industrial. O Valor adicionado no ramo será $\sum X_i = A$.

¹ NIEHANS, Jurg. An index of the size of industrial establishments in international economic papers. (8): 122-32, 1958.

O número de empresas do ramo é n .

A média aritmética é:

$$M = \frac{X_1}{n} + \frac{X_2}{n} + \dots + \frac{X_n}{n} = \frac{\sum X_i}{n}$$

$$M = \frac{\sum X_i}{n}$$

A média de Niehans é igual a:

$$N = X_1 \frac{X_1}{A} + X_2 \frac{X_2}{A} + \dots + X_n \frac{X_n}{A} = \frac{\sum X_i^2}{A}$$

Como $A = \sum X_i$

$$N = \frac{\sum X_i^2}{\sum X_i}$$

Os ramos industriais foram agrupados para efeitos de análise em 3 Departamentos.

O Departamento 1 (D_1) é aquele que inclui os ramos que produzem bens de produção, ou seja, bens de capital e bens intermediários.

O Departamento 2 (D_2) inclui os ramos industriais que produzem bens de consumo não duráveis e insumos que serão destinados às indústrias de bens de consumos não duráveis.

O Departamento 3 (D_3) inclui os ramos que produzem insumos para a produção de bens de consumo duráveis e os ramos que produzem bens de consumo duráveis.

Esta forma de agrupar os diversos ramos industriais foi a escolhida porque permite, em última instância, associar o dinamismo das empresas e dos ramos industriais de cada departamento com as categorias de renda que condicionam o mercado dos departamentos. Por exemplo, o Departamento 2, que é o produtor de bens de consumo não duráveis, baseia-se, em termos de mercado, na massa de salários pagos na Economia. A maioria dos produtos do Departamento que produz bens de consumo não duráveis destina-se à cesta de consumo dos trabalhadores, sendo portanto influenciada pela massa de salários. A maioria dos produtos do D_3 (bens de consumo duráveis) se destina às classes de renda mais elevada. O mercado do D_3 está determinado pelo total de lucros existentes na Economia. Finalmente, os produtos do D_1 (bens de produção) se destinam ao Investimento e são determinados pelo desempenho dos lucros.

Resumidamente, tem-se que:

1 - O Departamento 1 (D_1) produz bens de produção que serão os componentes materiais do Investimento.

2 - O Departamento 2 (D_2) produz bens de consumo não duráveis que geralmente são destinados ao consumo das classes de rendas inferiores.

3 - O Departamento 3 (D_3) produz bens de consumo duráveis, que pelo elevado valor unitário, geralmente se destinam às classes de renda mais elevada.

Sabe-se que:

$$1 -) Y = W + L$$

onde: Y = Renda

W = Salários

L = Lucros

Supondo que os trabalhadores não poupam e não investem, tem-se que:

$$2 -) L = I + C_c$$

onde: L = Lucros

I = Investimento (Produtivo)

C_c = Consumo dos Capitalistas

A identidade 2 reflete o fato de que os lucros são consumidos e/ou investidos.

Por outro lado, tem-se que:

$$3 -) S = I$$

onde: S = Poupança

I = Investimento

Assim sendo, toda a Poupança é Investida pelos Capitalistas.

Substituindo-se 2 em 1 obtêm-se:

$$4 -) Y = I + C_c + W$$

A oferta de mercadorias pode ser agrupada em termos de destino da produção em: bens de produção (b_p) e bens de Consumo (b_c).

$$5 -) P = b_p + b_c$$

onde: P = Produto

b_p = Produção de bens de produção

b_c = Produção de bens de consumo

Como a produção de bens de consumo se divide em bens de consumo não duráveis, geralmente destinados à cesta de consumo dos trabalhadores e bens de consumo duráveis, geralmente destinados à cesta de consumo dos capitalistas, pode-se expressar esta composição da Produção de bens de consumo em:

$$6 -) b_c = b_{ct} + b_{cc}$$

onde: b_c = Oferta de bens de consumo

b_{ct} = Oferta de bens de consumo não duráveis ou de consumo dos trabalhadores

b_{cc} = Oferta de bens de consumo duráveis ou de consumo dos capitalistas.

Substituindo 6 em 5:

$$7 -) P = b_p + b_{ct} + b_{cc}$$

A condição de equilíbrio entre a Oferta (Equação 7) e a Demanda (Equação 4) da Economia é:

$$8 -) b_p + b_{ct} + b_{cc} = I + W + C_c$$

Onde: b_p = Oferta de bens de produção

b_{ct} = Oferta de bens de consumo não duráveis

b_{cc} = Oferta de bens de consumo duráveis

I = Demanda de bens de produção

W = Demanda de bens de consumo não duráveis

C_c = Demanda de bens de consumo duráveis.

O equilíbrio entre Oferta e Demanda em cada departamento será:

$$8a \text{ -) } b_p = 1$$

$$8b \text{ -) } b_c = W$$

$$8c \text{ -) } b_{cc} = C_c$$

1.1 - LIMITAÇÕES DA ANÁLISE

Inicialmente, deve-se notar que a produção de bens de consumo duráveis, por exemplo, não se destina exclusivamente para o consumo das camadas de renda mais elevada.

O financiamento do consumo e o barateamento da produção em massa permitem que algumas famílias de renda reduzida participem deste mercado. Assim sendo, a igualdade 8c, não é rigorosamente válida. Porém, para efeitos de análise, aquela igualdade é utilizável, na medida em que o comportamento do mercado de bens duráveis depende do comportamento da renda das classes altas.*

Na definição do Departamento 2 e do Departamento 3 inclui-se a produção de insumos que se dirigem à produção de não duráveis e duráveis, respectivamente. Tal procedimento pretende

*O mesmo raciocínio é válido para o Departamento 2 (bens de consumo não duráveis).

ênfatizar o fato de que a produção de insumos quando destinada àqueles departamentos está sendo determinada (em termos de mercado), em última instância, pelo comportamento de lucros e/ou salários. Por outro lado, a produção no Departamento 1 (Meios de Produção) é aquela que menos depende do mercado para se expandir. Em outras palavras, o D_1 pode crescer sobre si mesmo, ou seja, gerando demanda para si próprio, o que não é possível no D_2 e/ou D_3 que, para se expandirem, necessitam de uma expansão de seus mercados (lucros e/ou salários).

Com isto não se quer afirmar que o D_1 não apresenta problemas de mercado, mas que seus problemas de mercado são menos cruciais do que os enfrentados pelo D_2 e D_3 . O maior objetivo de produção no Sistema Econômico Capitalista é a maximização dos lucros. Isto se consegue através da maximização dos investimentos, que de uma certa forma são os principais responsáveis pelos lucros (em outros termos, o emprego do capital gera lucro). Assim sendo, a divisão do mercado entre pequenas, médias e grandes empresas é limitada, pelo fato de que não se está considerando toda a indústria nacional. Assim, por exemplo, uma empresa pode ser "grande" a nível estadual e "pequena" a nível nacional.

Mesmo a nível estadual uma empresa pode ser "grande" em termos de geração de Valor Adicionado no ramo, porém em termos industriais seu tamanho pode ser reduzido.

Como, porém, a maioria das grandes empresas instaladas no Paraná é multinacional, pode-se utilizar a classificação por tamanhos a nível estadual.

A busca de novos Investimentos é o motor da atividade econômica. Este processo é responsável pela criação de Renda e do Emprego. Assim, como se viu, e para não aprofundar a questão teórica que envolve a utilização do esquema departamental, pode-se definir:

D_1 = Produção de bens de capital e insumos para a produção de bens de capital.

D_2 = Produção de bens de consumo não duráveis e insumos para a realização de tal produção.

D_3 = Produção de bens de consumo duráveis e dos insumos para a realização desta produção.

Finalmente, deve-se ressaltar que a concentração da produção a ser analisada, na realidade está subestimada por se ter utilizado dados de valor adicionado, que eram os únicos disponíveis na época de execução desta pesquisa. Se fossem utilizados dados sobre o valor bruto da produção, o grau de concentração da produção seria maior na medida em que as grandes empresas trabalham com maiores quantidades de bens de produção (técnicas capital-intensivas), transferindo valores superiores ao produto final em termos de depreciação e valor das matérias-primas, em comparação com as pequenas e médias empresas.

2 - CARACTERÍSTICAS DO DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Analisar a estrutura industrial paranaense requer, inicialmente, uma visão geral do comportamento da Economia Brasileira no período 1956/1978, na medida em que o desempenho do setor industrial estadual se insere, em última instância, na Indústria Nacional.

O ano de 1956 foi decisivo para Economia Brasileira, pois marca o início do que foi denominado de "Industrialização Pesada" por João Manuel Cardoso de Mello em sua tese de doutoramento "O Capitalismo Tardio". Entre 1956 e 1961 há "um novo padrão de acumulação", que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou num crescimento acelerado da capacidade produtiva de setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados"². O processo de industrialização pesada, deve-se frisar, marca o início de uma fase de crescimento econômico onde a capacidade produtiva dos

²MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Campinas, UNICAMP, 1975. P. 124. Tese.

setores dinâmicos (bens de produção e bens de consumo durável) que se implantam entre 1956 e 1961 é superior à demanda existente no início do processo, ou seja, em 1956.

"Na linguagem do esquema tri-departamental de reprodução, a instalação autônoma (isto é, não induzida pela demanda) de setores de ponta do departamento de bens de produção (D_1) e do setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas (D_3) acompanhado e amparado pelo investimento público (energia, transportes, etc.), gerava demanda dentro da própria fração já existente do departamento de bens de produção, operando-se mecanismo de reforço e retro-alimentação à medida em que o processo avançava. As indústrias integrantes do departamento de bens de consumo para assalariados foram levados literalmente a reboque do crescimento rápido dos departamentos 1 e 3".³

Esclarecendo: o departamento de bens de produção (D_1) é integrado pelos setores que produzem bens de capital e pelos setores que produzem bens intermediários. Os setores de ponta do D_1 que comandaram a expansão industrial no período 1956 a 1961 estão incluídos nos ramos de material de transporte, material elétrico e metal-mecânica. O departamento de bens de consumo para assalariados (D_2) constitui-se de setores que produzem bens de consumo não duráveis, basicamente indústria alimentar, têxtil, etc.. O departamento de bens de consumo para capitalistas (D_3) é integrado basicamente pelas indústrias de bens de consumo durável (basicamente automóveis e eletrodoméstico).

A etapa expansiva da industrialização pesada foi liderada pela entrada de novo capital estrangeiro, empresas oligo-

³ MELLO, João Manuel Cardoso de. p. 125

pôlicas e basicamente européias, e apoiada pelo Estado, que se "mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda".⁴ Deve-se lembrar também que o capital industrial nacional foi beneficiado neste período. "Nos setores metal-mecânicos que se instalam a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras, quanto distribuidoras".⁵ Por outro lado, a empresa nacional tradicionalmente situada no departamento produtor de bens de consumo para assalariados, "beneficiou-se, indiscutivelmente, do crescimento da massa de salários provocado pelo plano de inversões complementares nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo para capitalistas: apesar de sua intensidade de capital superior à média, as indústrias que se instalam geram fortes efeitos diretos e indiretos sobre a demanda de força de trabalho e sobre a taxa de salários.

A baixa taxa de crescimento do emprego durante os anos 50 deveu-se, antes de tudo, portanto, à violenta modernização do próprio departamento de consumo assalariado, que se inicia no imediato post-gerra e se acelera entre 1949 e 1952. Deste

⁴MELLO, João Manuel Cardoso de. P. 126.

⁵Ibidem, p. 128

modo, já no início da industrialização pesada, a indústria de bens de consumo para assalariados configura um mercado relativamente unificado à escala nacional e competitivo do tipo oligopolístico, em que grandes empresas nacionais e estrangeiras convivem com um conjunto de pequenas e médias empresas nacionais. Por isto mesmo, com a aceleração do crescimento industrial, entre 1956 e 1961, a taxa de acumulação das grandes empresas nacionais e estrangeiras sobe proporcionalmente mais que a taxa de acumulação global do setor, mas há lugar, também, não somente para a expansão das empresas pequenas e médias existentes, como para a entrada das novas.

Em suma, há na expansão uma profunda solidariedade, ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional, o que não elimina, evidentemente, fricções de ordem secundária".⁶

A industrialização pesada configurou um salto tecnológico na estrutura industrial brasileira através de um bloco de investimentos concentrados no tempo, no departamento produtor de bens de produção.

As novas empresas estrangeiras concentraram-se nos setores de ponta do D_1 (material de transporte, material elétrico e metal-mecânica). O investimento público, com recursos provenientes de emissões e do confisco cambial (até 1959), se con-

⁶MELLO, João Manuel Cardoso de. P. 128, 129.

centra em infra-estrutura (energia e transportes) e indústria de base (petróleo e siderurgia). As empresas nacionais articulam-se com as empresas estrangeiras no ramo metal-mecânico e permanecem atuando no D₂, nas chamadas "Indústrias Tradicionais".

O papel do Estado enquanto formulador da política econômica do período consubstanciado no "Plano de Metas" foi crucial para a implantação da industrialização pesada. O "Plano de Metas" fixou como objetivo central a industrialização. O equilíbrio de preços foi um objetivo secundário e subordinado ao objetivo maior: a industrialização.⁷

A política econômica da industrialização pesada se caracterizou por:

- 1 - Política de capital estrangeiro
- 2 - Aumento de participação do Estado
- 3 - Estímulo aos investimentos privados
- 4 - Política de estabilidade

1 - A queda nos preços do café a partir de 1955 e as amortizações crescentes da dívida externa brasileira configuravam uma situação de rigidez da pauta de importações que foi solucionada com a entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos e financiamentos externos. O principal instrumento de política de capital estrangeiro foi a instrução 113

⁷ A análise da Pol. Ec. do Período 56/61 se baseia em: LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. Campinas, UNICAMP, 1975.

(nov./1955) que:

- a - Permitia a importação de bens de capital sem cobertura cambial.
- b - Possibilitava o registro de capital estrangeiro a uma taxa de câmbio livre, superior à base de câmbio de custo.
- c - Permitia remessas de lucros, amortizações e juros a "câmbio de custo" e com prioridade de venda de câmbio para as empresas estrangeiras.
- d - Concedia para todo Reinvestimento, um registro contábil de novo ingresso de capital estrangeiro.

2 - A participação direta do setor público na economia ampliou-se de tal forma no período 56/60 que mais da metade do investimento em capital fixo da economia foi realizado pelo Governo e empresas públicas federais. A dotação de infra-estrutura e insumos básicos ao setor privado foi fundamental para a implantação da industrialização pesada.

3 - O estímulo às inversões privadas prioritárias significou uma diminuição nos custos dos novos investimentos e garantiu-lhes uma rentabilidade elevada. Os estímulos se constituíram em:

- a - Facilidades para empréstimos externos através da política de capital estrangeiro.
- b - Créditos de longo prazo com taxas de juros reduzidas através da atuação do Banco Nacio-

nal de Desenvolvimento Econômico.

c - Reserva de mercado para os novos setores a serem instalados através de política cambial.

4 - Como já se observou a política de Estabilidade de preços subordinava-se ao objetivo maior de industrialização. Na inviabilidade de outros esquemas de financiamento (inexistência de mercado de capitais; impossibilidade de aumento da carga tributária e dificuldades na emissão de ORTN) o governo utilizou-se de emissões para financiar seus gastos, adiando os movimentos inflacionários que surgiram. A inflação financiou a industrialização pesada na medida em que significou uma redistribuição de renda favorável ao governo (via emissões) e às empresas privadas (via poupança forçada).

A industrialização pesada modificou profundamente a economia brasileira. O investimento industrial passou a determinar as fases do ciclo econômico de forma endógena. Assim sendo, "a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação, isto é, compreende dois momentos: o de expansão entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967".⁸

A desaceleração da economia brasileira a partir de 1962 foi definitivamente explicada por Maria da Conceição Tavares em sua tese de livre docência, "Industrialização e Acumulação de capital no Brasil", UFRJ, 1975. Segundo a autora, a desacele-

⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de, Op. Cit., p. 130.

ração desembocou numa crise devido a:

1 - problemas de realização de um potencial crescente de acumulação;

2 - desajuste dinâmico entre a estrutura da oferta e demanda interindustriais.

Em primeiro lugar, o aumento de produtividade decorrente dos rendimentos de escala e economias externas (propiciadas pelo investimento público e concentração industrial em São Paulo) não se transferiram nem aos preços (oligopólio no mercado de produtos industriais) nem aos salários (competição no mercado de força de trabalho). Assim sendo, o aumento da produtividade não acarretou um aumento na demanda de produtos industriais. Há um potencial de acumulação crescente (retenção dos frutos do aumento de produtividade: lucros) que não pode se realizar na forma de novos investimentos produtivos devido ao lento crescimento da demanda.

Em segundo lugar, deve-se lembrar que o novo bloco de investimentos no DI foi concentrado no tempo. Assim sendo, seus efeitos foram da mesma forma limitados no tempo (56/59). Em 1959 (auge do ciclo) já estavam instalados os novos setores dinâmicos.

A capacidade produtiva crescera além das possibilidades de crescimento do mercado. Novos investimentos não eram previsíveis devido à juventude do parque industrial, diminuição das oportunidades de investimento das empresas multinacionais, queda nos gastos do Governo, crise no D_2 a partir de 1959

com a queda dos salários reais e do emprego e esgotamento da reserva de mercado para bens de consumo de luxo.

A crise significa uma interrupção do investimento para a "digestão" da nova capacidade instalada.

A expansão 68/73 se baseou no Departamento produtor de bens de consumo para capitalistas, basicamente automóveis e imóveis de luxo. As condições para esta liderança, segundo João Manuel Cardoso de Mello e Luis Gonzaga de Mello Belluzzo em recente artigo publicado na Revista Escrita Ensaio, nº 2, intitulado "reflexões sobre a crise atual", foram:

- a - existência de capacidade ociosa no D_3 ; e,
- b - aumento do grau de endividamento dos consumidores.

A retomada foi possível, em última instância, pela concentração da renda em favor dos consumidores de bens de consumo de luxo (automóveis e imóveis de luxo). Por outro lado, a montagem de um esquema de financiamento deste tipo de produtos foi essencial e serviu de suporte para a expansão do mercado do D_3 . O departamento produtor de bens de produção cresce defasado do departamento de bens de consumo dos capitalistas, enquanto que o Departamento de bens de consumo dos assalariados cresce a taxas vegetativas, devido à rigidez do mercado deste tipo de bens determinado pela massa de salários.

O crescimento da massa de salários foi limitado pela violenta queda dos salários reais (iniciada em 1959 e aprofundada a partir de 1964) que não foi compensada pelo aumento do emprego com a retomada de 1967/68.

A política econômica do período 68/73, baseada no PAEG (1964) delimitou os rumos da expansão.

"O plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) indica como problema central a aceleração de taxa de inflação, que, mantida a tendência, atingiria 144% no final do ano (1964). O diagnóstico elaborado pela equipe Campos - Bulhões atribuiu a exacerbação das pressões inflacionárias ao excesso da demanda e aos demagógicos aumentos salariais.

A terapia recomendada implicou na mobilização dos instrumentos clássicos da estabilização: corte no gasto público, aumento da carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial".⁹

Para solucionar as questões de longo prazo o PAEG preocupou-se com a reorganização do sistema financeiro e com a atração de investimento externo.

"A reorganização do sistema financeiro foi concebida através da criação de novos instrumentos de mobilização e de instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Caberia às financeiras suprir recursos para o consumo de bens duráveis, aos Bancos Comerciais o financiamento do capital de giro das empresas e a um novo personagem - Banco de Investimento - incumbiria o financiamento de longo prazo. Ao mesmo tempo, o mercado acionário deveria passar a cumprir com dinamismo a tarefa de tornar líquidos os ativos, concentrar e canalizar recursos para capitalização das empresas. Para impulsioná-lo, imaginou-se a criação de Fundos de Investimento formados com recursos deduzidos do Imposto sobre a Renda. No bojo desta reforma do mercado de capitais foi criada uma instituição oficial - BNH - que amparada por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinava-se a estimular o setor de construção civil, garantindo, em última instância, as agências de crédito imobiliário. Simultaneamente, foi reformada a Lei de Remessa de Lucros, concedendo ao capital externo generosas condições de expatriação de rendimentos.

Por outro lado, foi criada uma sistemática de incentivos às exportações. Buscava-se não só abrir uma nova frente de crescimento, como também solucionar a longo prazo o problema do estrangulamento externo".¹⁰

⁹ BELLUZZO & MELLO. Reflexão sobre a crise atual. In: Escrita e Ensaio, (2), p.19.

¹⁰ BELLUZZO & MELLO, p. 19.

Em resumo, o PAEG, implementado entre 1964 e 1967, concentrou esforços para:

- 1 - combater a inflação;
- 2 - reorganizar o Sistema Financeiro Nacional;
- 3 - estimular a entrada de capitais externos;
- 4 - incentivar as exportações.

Para efeitos de nossa análise (expansão 68/73) o PAEG determinou os rumos do crescimento na medida em que:

1 - A política de Arrocho Salarial impediu que o departamento produtor de bens de consumo dos assalariados tivesse um desempenho mais satisfatório. Para se ter uma idéia do fraco desempenho do D_2 , considere-se o índice de crescimento da produção da indústria de transformação:

TABELA 2. (1) - ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA

	Janeiro/68	Setembro/71
Bens de capital	100	207,5
Bens intermediários	100	151,9
Bens de consumo durável	100	343,0
Bens de consumo não durável	100	109,9
TOTAL	100	157,4

FONTE: Ministério do Planejamento.

Por outro lado, a política salarial explica a concentração da renda favorável aos lucros e, portanto, ao mercado de bens de consumo de luxo.

2 - A reorganização do Sistema Financeiro viabilizou o consumo de automóveis (financeiras) e imóveis de luxo (SFH) através do aumento do grau de endividamento das classes médias urbanas.

3 - A entrada de capital estrangeiro, a partir de 1968, assumiu a forma de empréstimos em moeda em função da sobre-liquidez do mercado financeiro internacional que possibilitou o financiamento da importação de bens de produção para a indústria e recursos para capital de giro das empresas multinacionais.

4 - A política de exportações foi alcançada através dos incentivos fiscais e creditícios e pelo extraordinário crescimento do comércio mundial a partir de 1968.

A política econômica delimitou os rumos da expansão 68/73 ao eliminar as possibilidades de crescimento do D_2 (política salarial restringindo o mercado de bens de consumo dos assalariados) e indicou os rumos dos novos investimentos ao garantir mercado (concentração da renda favorável aos lucros e ordenados) para D_3 .

Antes de se analisar os determinantes da crise atual da economia brasileira, é conveniente comparar a expansão recente 68/73 com a fase de expansão anterior 56/62 de modo a reter as especificidades do ciclo recente.

Durante o Plano de Metas o bloco de investimentos concentrados no D_1 , além de liderar o crescimento industrial, implicou profundas modificações na Estrutura Industrial Brasilei-

ra acarretando um significativo salto tecnológico. Em oposição, a recente expansão baseada no D_3 se efetivou a partir de uma estrutura industrial preexistente. Em segundo lugar, a industrialização pesada foi compatível com o crescimento dos salários reais enquanto que a expansão recente aprofundou o grau de concentração da renda. Em terceiro lugar, com relação ao Balanço de Pagamento, no período 56/62 a dívida externa cresceu pouco devido à entrada de capital estrangeiro, predominantemente na forma de investimentos diretos. Na fase recente a entrada de capitais se deu basicamente na forma de empréstimos em moeda, agravando a situação da dívida externa brasileira. Com relação à agricultura observou-se no período recente uma profunda modernização do campo, em contraste com o período anterior de crescimento através da expansão da fronteira agrícola. Finalmente, em relação aos gastos públicos, o período 68/73 se caracterizou por gastos improdutivos destinados a sustentar e estimular o consumo de automóveis enquanto que, durante o Plano de Metas, os gastos públicos se destinaram a obras de infraestrutura.

A crise atual da Economia Brasileira, iniciada em 1974, deve-se à incapacidade do departamento de bens de consumo dos capitalistas auto-sustentar a expansão indefinidamente. "Quer dizer, ao contrário da indústria de bens de produção, a indústria de bens de consumo não consegue crescer fechada nela mesma. Exige para a continuidade de seu crescimento acelerado uma contínua ampliação das taxas de crescimento da demanda que não é capaz, por si só, de gerar"¹¹.

¹¹ BELLUZZO & MELLO, Op. Cit., p.23.

Isto não determina uma impossibilidade absoluta de liderança do D_3 , o que efetivamente ocorreu durante a fase do chamado "milagre", mas determina um crescimento de fôlego curto. Em 1972 os setores líderes do crescimento industrial recente (indústria automobilística e indústria de construção civil) efetivaram as maiores taxas de investimentos da fase de expansão, determinando o "auge" do ciclo.

"Os anos de 72/73 assistiram ao auge do ciclo. A taxa de investimento chegou a atingir cerca de 27%, nível efetivamente elevado para qualquer economia capitalista. A velocidade da acumulação que pode ser bem avaliada por este indicador, provocou alguma pressão sobre o mercado de trabalho, forçando certa elevação dos salários nominais de base e suscitando queixas generalizadas quanto à escassez de mão-de-obra. Já no final do biênio, a especulação desenfreada com matérias-primas aparecia no cenário como mais um indicador seguro de que o ritmo de atividade havia atingido seu ápice"...

"A taxa de acumulação da indústria de bens de produção começa a se acelerar a partir de 1970, atingindo seu ponto mais alto em 1973. No entanto, a taxa de expansão do setor de duráveis já em 1972 começa a dar mostras de desfalecimento. Um declínio mais acentuado deste setor foi impedido quer pelo ritmo de acumulação da indústria de bens de produção, quer por uma política econômica francamente expansionista em suas dimensões fiscal e monetária. Em suma, o auge do ciclo pode ser explicado pela combinação da aceleração vertiginosa do crescimento da indústria de bens de produção e pela política econômica que conseguiram manter a demanda de duráveis em um patamar bastante elevado, ainda que a uma taxa declinante". ...Em 1975, a crise já é por demais patente, uma vez que o investimento privado sofre corte substancial"¹²?

A partir desta explicação, percebe-se que a chamada "Crise do Petróleo" não teve um papel fundamental na crise atual de Economia Brasileira. Apesar de ter aprofundado a desacelera-

¹² BELLUZZO & MELLO, p. 25.

ção não se deve considerar a elevação dos preços do petróleo como causa fundamental da crise. Em outras palavras, o principal movimento que determinou a crise, isto é, a desaceleração do investimento nos departamentos de bens de consumo durável e bens de produção, respectivamente, foi anterior à elevação dos preços do petróleo. Em suma, a crise viria com ou sem aumento de preços do petróleo.

A política expansionista de 1973 que prolongou o auge e os problemas do balanço de pagamentos agravados pelo crescimento sem precedentes da dívida externa, foram os principais determinantes da aceleração das taxas de inflação a partir de 1974.

Os elevados níveis das taxas de juros internas foram estimulados pela política econômica, visando orientar a demanda de crédito para o exterior, através de empréstimos em moeda estrangeira, com a finalidade de pagar o serviço de dívida externa, estimular a entrada de recursos externos, acompanhados de um crescimento da oferta monetária interna, o Setor Público visando controlar a expansão dos meios de pagamentos aumentou a dívida interna, principalmente através de operações no chamado "open market", o que significou uma redução nos prazos de resgate das letras do Tesouro Nacional, acompanhado de elevações sistemáticas nos valores dos juros pagos aos títulos novos para viabilizar o recolhimento de títulos em poder do público numa tentativa de "enxugar" liquidez. Como resultado, as taxas de juros de todos os ativos financeiros passaram a ser reguladas pelos crescentes níveis de remuneração das LTN e acelerou-se a velocidade de circulação da moeda através do "open market".

Assim sendo, o "open market" ao invés de enxugar a liquidez monetária da Economia passou a ter o papel perverso de aumentar a liquidez, a especulação financeira e em última instância os níveis inflacionários através da elevação dos custos financeiros das empresas.

A profundidade da crise internacional não deve ser subestimada. Trata-se de uma crise de proporções equivalentes à crise de 1929, ainda que sem os efeitos gritantes de então (desemprego aberto, quebra de grandes empresas e grandes bancos).

"É inegável que a elevação súbita dos preços do petróleo contribuiu, por um lado, para acelerar o mergulho das taxas de acumulação, de outro para acentuar as pressões inflacionárias em curso (determinadas pela crise do Sistema Monetário Internacional em 1968 e pela especulação com matérias-primas em 1972/73). O que interessa aqui, porém, é explicar como as estruturas industriais oligopolizadas reagiram a estas pressões. Como é sabido, o primeiro movimento de uma estrutura oligopolizada frente à crise, dá-se no sentido de proteger suas margens de rentabilidade. A consecução deste objetivo em condições de demanda declinante implica, obrigatoriamente, em fortes reduções de quantidades produzidas, acompanhadas por reduções proporcionais no volume físico de insumos correntes, sem que seus respectivos custos monetários sejam rebaixados. Por outro lado, o aumento de capacidade ociosa eleva os custos fixos unitários. Se as empresas desejam defender sua rentabilidade, diante da conjugação do aumento dos preços dos insumos correntes e dos custos fixos unitários, torna-se inevitável o alargamento das margens de lucro. Este alargamento elástico faz-se necessário na conjuntura de recessão inflacionária - em função do aumento dos custos fixos na estrutura real de custos diretos nominais. Esse fenômeno tende a ser mais importante quanto maior a incidência de custos fixos (inclusive overhead) derivada da capacidade ociosa não desejada. Mecanismos semelhantes podem ser observados no comportamento do grande capital comercial (sobretudo alimentos e matérias-primas). Na etapa de aceleração do crescimento acumulam estoques, jogando na elevação continuada dos preços (inclusive através de contratos a termo). Quando sobrevem a crise, surpreendidos pela ampliação indesejada dos seus estoques, vêem-se obrigados a evitar sua desvalorização e arcar

com custos adicionais de retenção. Quedas súbitas nos preços provocam reações defensivas para evitar quebras violentas. Isto pode ser feito quer através de acordos (cartéis), quer mediante a redução da oferta pelos grandes atacadistas, visando manter seus preços relativos frente à aceleração da inflação. ...O início da crise (1974) provoca uma queda momentânea nos preços dos alimentos e matérias-primas, seguida de uma forte elevação a partir do segundo semestre de 1975. (Ver gráfico 1).

Ora, se levarmos em conta que, no período imediatamente anterior à crise atual, ocorreu aumento generalizado das margens de capacidade não utilizada e uma rápida acumulação de estoques, pode-se entender com facilidade porque nela as taxas de desemprego e inflação aprofundaram-se inusitadamente, revelando que são fenômenos inter-relacionados nas crises do capitalismo moderno.

Do ponto de vista da circulação do capital, esta forma de reação à crise se desdobra num ingurgitamento dos fluxos de capital que não encontram aplicação imediata na esfera produtiva. Amplia-se o circuito financeiro, como forma alternativa de valorização das massas de capital: reforçam-se os impulsos à especulação e simultaneamente acelera-se o processo de centralização de capitais. Os conglomerados que conseguem sustentar suas taxas de rentabilidade corrente, utilizam-se de forma mais intensa de aplicações financeiras, lançando-se também à incorporação das empresas menos residentes às situações de crise.

Em outras palavras, as empresas-líderes nas estruturas oligopolistas logram ampliar suas margens líquidas de lucro, forçando porém as empresas marginais (inclusive grandes empresas de custos médios totais mais elevados) a aumentar seus coeficientes de endividamento. Desta forma, à medida em que a recessão se aprofunda, aumenta a carga média de juros, que incide diferencialmente na estrutura oligopolista, em desfavor das empresas mais débeis. Devemos lembrar que este processo pode se tornar cumulativo, em função da forma de articulação dos oligopólios com o sistema financeiro, dado o elevado nível de endividamento preexistente. Este foi, seguramente um mecanismo adicional de propagação das pressões inflacionárias¹³.

Após esta brilhante análise das formas de reação à crise atual, ver-se-á como os autores analisaram as "causas ime-

¹³ COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O desenvolvimento do capitalismo e a reorganização da economia mundial no pós-guerra - versão preliminar. Campinas, DEPE - UNICAMP. P. 6-8.

diatas da crise atual". O "boom" da economia americana generalizou-se sobre todas as economias capitalistas no período 71/73.

Nesta fase, ocorreu uma superacumulação de capital nos setores líderes da economia americana (oligopólio automobilístico, eletro-eletrônico e a construção civil) "exatamente nos setores cuja capacidade de renovação tecnológica estava congelada e nos quais a liderança americana vinha sendo colocada em xeque, pelo "export-drive" alemão e japonês, desde o início da década dos 60. Ao mesmo tempo, os setores onde efetivamente se processava a inovação tecnológica (aero-espacial e associadas) apresentava baixa capacidade de difusão e, portanto, de empuxo em relação às demais"¹⁴.

Em poucas palavras, parece que a reorganização econômica do capitalismo mundial deverá se processar através de uma reorientação no estilo de desenvolvimento das economias líderes, especialmente da Economia Americana, no sentido de atrelar o progresso técnico aos setores líderes do crescimento industrial. Esta reacomodação é um processo que dificilmente será resolvido a curto prazo, conferindo à crise atual da economia mundial um caráter prolongado. "Em virtude do envelhecimento" da estrutura industrial americana (salvo em seu núcleo de bens de capital-fixo e indústria bélica) e do correlato enfraquecimento cumulativo de posição comercial e financeiro dos Estados Unidos, torna-se patente hoje a dificuldade que o Estado Americano encontra para conduzir unilateralmente a reordenação da economia

¹⁴COUTINHO & BELLUZZO, p. 1.

mundial"¹⁵. Esta dificuldade de reorganização da economia mundial pelos Estados Unidos, configura a profundidade da crise atual.

A análise da crise atual que se reproduziu, teve como objetivo eliminar quaisquer dúvidas que existam com relação ao desempenho da economia mundial nos próximos anos. Este quadro mundial certamente influenciará os rumos da retomada do processo de expansão da economia brasileira. De qualquer modo, existem "problemas internos" à economia brasileira que limitam as possibilidades de uma retomada do crescimento.

Deve-se descartar, desde logo, uma reprise do padrão de crescimento 68/73 baseado no departamento produtor de bens de consumo capitalista. Este padrão de crescimento foi de fôlego curto, apesar das elevadas taxas de acumulação e de crescimento do produto. Por outro lado, o processo de concentração de renda no qual se baseou a expansão recente parece ter atingido limites intransponíveis.

A retomada deve-se basear, como estabelecer corretamente o II PND, através da indústria de base e de bens de capital. O fracasso na implantação do plano não está relacionado com seus objetivos maiores (substituição de importações de bens de produção), mas na "incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional pri-

¹⁵ COUTINHO & BELLUZZO, p. 22.

vada e corporação multinacional". Não se trata aqui, como julgam os desavisados, de um conflito desencadeado a partir de interesses gerais de cada segmento empresarial, como se cada um deles pretendesse fixar um caminho, necessitando, para isso, submeter os demais. O problema na realidade, é muito outro: em torno de cada projeto definido pelo Estado, há que compor os interesses específicos das empresas de cada segmento. Ocorre que nenhum dos interesses ou bloco de interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado. Nestas circunstâncias o Estado se vê dardejado por uma onda de solicitações contraditórias, que é incapaz de conciliar e atender. Assim, nem a definição dos projetos foi feita tomando em conta os interesses concretos, nem os interesses concretos podem se impor sem a mediação do Estado"¹⁶..

O papel do departamento produtor de bens de consumo para assalariados deverá ter um papel significativo no próximo ciclo de expansão, em virtude das medidas de contenção do processo de concentração da renda (e possivelmente de desconcentração da renda).

Em suma, pelo que se pode prever no momento atual, o próximo ciclo de expansão da economia brasileira será liberado pelo D_1 (bens de produção) auxiliado ainda que em menores proporções pelo D_2 (bens de consumo para assalariados). O D_3 (bens de consumo para capitalistas) terá um papel menor do que aquele desempenhado entre 68 e 73, sem que isto implique um desestímulo às inversões neste departamento.

¹⁶ BELLUZZO & MELLO, Op. Cit., p. 27.

3 - ANÁLISE DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO PARANÁ

Para se compreender o desempenho recente da indústria paranaense, e as respectivas estruturas de mercado, classifica-se a indústria em três departamentos distintos, assim compostos:

D₁ - Departamento produtor de bens de capital e intermediário

- Indústria Mecânica (exceto 12.54 - fabricação de máquinas e aparelhos para usos domésticos).
- Indústria Agroquímica (código 20.80 - fabricação de adubos e fertilizantes).
- Indústria Metalúrgica.
- Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (exceto 13.51 - fabricação de aparelhos elétricos para usos doméstico e pessoal).
- Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários.

D₂ - Departamento produtor de bens de consumo não duráveis e seus insumos

- Indústria de Madeira
- Indústria de Mobiliário.

- Indústria de Papel e Papelão.
- Indústria Química (exceto 20.80 - fabricação de adubos e fertilizantes).
- Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas.
- Indústria Têxtil.
- Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos.
- Indústria de Produtos Alimentares.
- Indústria de Bebidas.
- Indústria de Fumo.
- Indústria de Editorial e Gráfica.

D₃ - Departamento produtor de bens de consumo duráveis e seus insumos

- Indústria de Minerais-não-metálicos.
- Indústria de Matérias Plásticas.
- Indústria de Transporte.
- Indústria de Eletro-domésticos (códigos 12.54 - fabricação de máquinas e aparelhos p/ usos domésticos - 13.51 - fabricação de aparelhos elétricos p/ usos doméstico e pessoal).
- Indústria de Couros e Peles.
- Indústria de Borracha.

As indústrias diversas constituem um agregado de indústrias não classificadas e, conseqüentemente, não foram enquadradas em nenhum dos três departamentos.

TABELA 3. (1) - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ

DISCRIMINAÇÃO	em %			
	1972	1973	1974	1975
D ₁	5,45	6,40	9,79	11,22
D ₂	83,60	83,53	78,93	75,78
D ₃	9,98	9,11	10,10	11,37
Ind. Diversas	0,49	0,48	0,47	0,56
Ind. de Transformação	99,52	99,52	99,29	98,93
Ind. Extrativas	0,48	0,48	0,71	1,07
Setor Secundário	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES

Uma rápida análise da tabela indica que o D₁ foi o departamento estadual que maior crescimento apresentou no período 1972/75. Este departamento que gerava 5,45% do Valor Adicionado do Setor Secundário, em 1972 passou a gerar 11,22% em 1975.

O D₂ ainda é o principal gerador do Valor Adicionado do Setor Industrial Paranaense, apesar do decréscimo de 83,60% em 1972 para 75,78% em 1975.

O D₃ registrou uma participação relativamente constante (9,98%) em 1972 e 11,37% em 1975, sem registrar ganhos significativos na Estrutura Industrial Paranaense.

Para se compreender os determinantes desta evolução industrial, analisar-se-á o desempenho de cada departamento isoladamente.

3.1 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO (D₁)

O D₁ é constituído pelos gêneros que produzem bens de capital e insumos modernos. Pode ser considerado como indústria de base, uma vez que produz bens que têm como destino os vários setores da economia. Do período analisado, foi o que apresentou melhor desempenho, com crescimento em sua participação relativa na geração de Valor Adicionado de 5,45% em 1972, para 11,22% em 1975.

TABELA 3.1.(1) - PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - PARANÁ

GÊNEROS	1972	1973	1974	1975
Mecânica	1,68	2,06	3,77	3,60
Agroquímica	0,95	1,28	2,20	3,07
Metalurgia	2,23	2,45	3,04	2,80
Material Elétrico e de Comunicações	0,43	0,49	0,67	1,61
Farmacêutica e Veterinária	0,16	0,12	0,11	0,14
T O T A L	5,45	6,40	9,79	11,22

FONTE: IPARDES - Representatividade dos estabelecimentos industriais financiados pela CODEPAR e BADEP na economia paranaense.

Dos gêneros que produzem bens de capital a "Indústria Mecânica" é seu representante característico, contribuindo com

3,60% do Valor Adicionado do setor secundário em 1975.

Em termos de setor secundário como um todo, não se pode dizer que sua participação seja significativa, entretanto deve-se considerar sua importância no desenvolvimento da economia local.

Dos ramos de atividade que compõe a indústria mecânica, o que possui maior peso na geração de Valor Adicionado, é o que se dedica a: "fabricação de máquinas, aparelhos e materiais para agricultura, avicultura, cunicultura, apicultura, criação de outros pequenos animais e obtenção de produtos de origem animal, e para beneficiamento ou preparação de produtos agrícolas - inclusive peças e acessórios" (código 12.40). Estes produtos são demandados pelo setor primário, atividade que possui grande peso na geração de renda da economia local.

A evolução na geração do Valor Adicionado desse setor, se deu a partir da entrada em operação de uma empresa, em 1974, que teve o efeito de mais que dobrar a renda desse ramo de atividade. Trata-se de uma empresa de porte internacional, atuando em vários setores, e tendo em Curitiba sua matriz dedicada à produção de máquinas e implementos agrícolas. Desde sua instalação essa empresa lidera o setor, sendo responsável por 64,01% do Valor Adicionado do ramo em 1975, e uma das dezesseis maiores empresas do setor industrial do Paraná.

Atualmente seu principal produto são máquinas colheitadeiras para a agricultura, que servem tanto para a soja e trigo, como para o milho, arroz, variando apenas alguns componentes.

Seu produto tem como destino vários Estados do Brasil, figurando como maiores consumidores o Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, e o próprio Paraná; e em menor escala, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais e outros. A parcela de sua produção exportada é de 30 unidades de um total de vendas de 1.259 unidades, em 1975, mas com perspectivas de aumento.

A importância da instalação de uma empresa neste setor e desse porte, não reside somente no fato de incrementar a renda do setor secundário, mas em outros dois pontos: primeiro trata-se de um produto, cuja utilização eleva a produtividade do setor primário, com repercussões sobre as exportações e consequentemente sobre a capacidade para importar; em segundo a indústria mecânica gera demanda em especial sobre os ramos metalurgia e material elétrico, seus principais fornecedores de insumos, e possibilita o surgimento a médio prazo de pequenas e médias empresas, tanto fornecedoras como distribuidoras.

A empresa de que se está tratando, por ora, adquire algumas peças de São Paulo, Rio Grande do Sul, mas possui intenções de desenvolver um programa de "bolsa de subcontratação" com o objetivo de estimular o crescimento no Estado de indústrias integradas garantindo, desse modo, o fornecimento de insumos que necessita sem o encarecimento proveniente dos custos de transporte.

As demais empresas deste ramo, que são em número de 92, possuem variada composição de produtos, mas todos se destinam ao setor primário e aos primeiros beneficiamentos de produtos agrícolas. Por este motivo sua importância reside mais no papel

que exercem como abastecedoras das necessidades do mercado regional, e menos como geradoras de Valor Adicionado.

Com a entrada da grande empresa no mercado, a estrutura do ramo passou por significativas alterações:

TABELA 3.1.(2) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO RAMO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	48	10,57	82	9,45
Médias	12	41,05	10	26,54
Grandes	2	48,38	1	64,01
T O T A L	62	100,00	93	100,00

Como se pode notar, o número total de empresas entre os anos de 1973 e 1975 aumentou em cerca de 50%. Entretanto, esse crescimento foi maior no estrato de pequenas empresas, enquanto que nos outros dois estratos superiores o número de empresas até decaiu, caracterizando-se uma concentração da produção sobretudo na grande empresa já referida. Essa concentração também pode ser vista a partir da comparação das participações de cada estrato no valor adicionado do ramo: embora o número das pequenas empresas fosse, em 1975, maior do que em 1973, a sua participação relativa chegou a decrescer; por outro lado, as médias também perderam participação na geração de valor em benefício da nova grande empresa.

Os outros ramos de atividade que compõem o gênero indústria mecânica são oito, e na tabela a seguir estão coloca-

dos segundo a grandeza de sua participação na geração de Valor Adicionado do setor secundário em 1975:

TABELA 3.1.(3) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA MECÂNICA, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	em %			
		1972	1973	1974	1975
12.40	Fab. de Máquinas, Aparelhos	0,39	0,61	1,87	1,65
12.31	Fab.Máquina Ferramenta p/ Indústria	0,37	0,49	0,65	0,71
12.99	Fab.Outras Máquinas ou Aparelhos	0,43	0,38	0,36	0,38
12.20	Fab.Máquinas Aparelhos p/ Instalações Hidráulica, Térmicas, etc.	0,20	0,24	0,33	0,34
12.51	Fab.Equipamentos p/Inst.Ind. e comerciais	0,22	0,24	0,34	0,29
12.32	Fab.de Peças p/Máquinas Industriais	0,02	0,02	0,08	0,08
12.80	Reparação Máquinas Industriais	0,03	0,03	0,09	0,08
12.70	Fab.e Montagem Máq. /terraplanagem	0	0,02	0,04	0,05
12.53	Fab.Máquinas p/Escritório	0,01	0,02	0,01	0,02
12	Indústria Mecânica	1,67	2,05	3,77	3,60

FONTE: IPARDES

O ramo que produz "máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais" (12.31) contribui com 0,71% do Valor Adicionado do setor secundário em 1975, e possui um total de 22 empresas. O peso desse ramo não pode ser medido somente pela parcela de renda gerada, mas pela utilidade de seus produtos, pois eles se destinam à indústria de transformação,

possibilitando maior incremento das atividades industriais. As perspectivas para este ramo, bem como para o que se dedica à "fabricação de peças, acessórios, utensílios e ferramentas para máquinas industriais" (12.32) são das mais promissoras, caso se mantenha, a evolução apresentada pela indústria no Paraná, que irá demandar seus produtos em grande escala. Pelo que foi percebido durante a realização de entrevistas, com representantes das grandes empresas locais, a oferta de Bens de Capital se encontra deficiente, forçando as empresas que demandam este tipo de bens, a adquiri-los em outros Estados ou mesmo recorrer a importação.

A estrutura de mercado do ramo que produz máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes (12.31), sofreu alterações durante o período 1972/75.

TABELA 3.1.(4) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO RAMO DE "MÁQUINAS-FERRAMENTAS, MÁQUINAS OPERATRIZES E APARELHOS INDUSTRIAIS" - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	11	11,41	14	9,45
Médias	3	28,03	6	44,15
Grandes	2	60,56	2	46,40
T O T A L	16	100,00	22	100,00

As alterações, indicam mudanças favoráveis às médias empresas, uma vez que as grandes permanecem as mesmas, com perda de participação na geração de Valor Adicionado; as pequenas

têm seu número acrescido, com perda de participação. Conseqüentemente os ganhos de participação se deram entre as médias, mesmo com o aumento de seu número.

Como ocorre com todos os gêneros, o ramo que congrega as atividades que não se enquadram nas anteriormente citadas, são catalogadas no último dígito (99). Na mecânica o ramo (12.99), "fabricação de outras máquinas, aparelhos ou equipamentos não específicos ou não classificados" é responsável por 0,38% do Valor Adicionado do secundário, contando com 34 empresas em 1975.

O ramo "equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas e refrigeração" (código 12.20) possui um total de 30 empresas que geram 0,34% de Valor Adicionado. As duas empresas que geram 53,30% do Valor Adicionado desse ramo, produzem balcões e caixas refrigerantes para estabelecimentos comerciais (bares, mercearias, açougues), e as restantes 28 empresas se dedicam em geral à fabricação de peças e acessórios. As alterações ocorridas em sua estrutura não foram significativas.

O setor seguinte em contribuição relativa no D_1 , a "agroquímica", é composto pelo ramo de atividade "fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos do solo" (20.80), ramo pertencente ao gênero Química (20), que pelas suas características de insumo moderno foi integrado ao D_1 .

A agroquímica contribuiu com 3,07% do Valor Adicionado do Setor secundário em 1975, foi o ramo que apresentou melhor desempenho na indústria de transformação do Estado (ver tabela

3.1.(1)).

Este desempenho já era esperado, uma vez que o setor agroquímico, durante os últimos anos, foi incentivado pela política econômica, que adotou várias medidas com duplo objetivo: equilibrar a balança de pagamentos e aproveitar a crescente disponibilidade de matéria-prima, resultante do aumento da capacidade das refinarias de petróleo, que são monopólio do Estado.*

Os dois objetivos perseguidos pelo Governo são complementares e possuem uma relação direta com o setor agroquímico, na medida em que:

- o dispêndio com adubos, fertilizantes e corretivos do solo, é de grande peso na pauta de importações brasileiras (acelerando a produção interna diminuirá a quantidade importada);
- a utilização desses insumos eleva a produtividade agrícola.

As medidas políticas adotadas com o objetivo de estimular o mercado de fertilizantes, incidiram tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda. O governo instituiu subsídios para as empresas produtoras de fertilizantes da ordem de 40% sobre o valor de vendas, em 1975; no mesmo ano o crédito rural expandiu-se a uma taxa de 43%, com juros de 10 a 15% ao ano,

* Os resíduos pesados de petróleo, possuem alto teor de enxofre, que, após sofrerem processamento específico, se constituem em matéria-prima para a produção de amônia, uréia, que por sua vez é insumo básico para a produção de fertilizantes nitrogenados.

sem correção¹⁷.

TABELA 3.1. (5) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO SETOR AGROQUÍMICO - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	11	10,88	17	16,57
Médias	2	22,12	4	44,29
Grandes	3	67,00	1	39,14
T O T A L	16	100,00	22	100,00

A grande expansão do mercado consumidor de adubos e fertilizantes, permitiu a entrada de seis empresas no mercado produtor, aparentemente sem prejuízo para as já existentes. A entrada em 1974, de uma grande empresa, forçou a que as grandes existentes se transformassem em médias, elevando a participação do Valor Adicionado das médias. Entre as pequenas, o número se elevou de 11 para 17, e sua participação de 10,88% para 16,57%; neste caso a elevação na participação não se deu proporcionalmente. Em 1973, as 3 grandes existentes contribuíam com 67,00% do Valor Adicionado do ramo. A grande empresa contribuiu com 39,14%, do Valor Adicionado do ramo em 1975, e encontra-se entre as 16 maiores da indústria de transformação paranaense.

A possibilidade de novas implantações no setor depende

¹⁷ ABRIL TEC. EDITORA. Análise 75. São Paulo. p.29

da rentabilidade apresentada pelo mesmo, pois a implantação de empresas formuladoras e misturadoras (agroquímica) de adubos e fertilizantes requer investimentos de monta devido: a) à sofisticação dos equipamentos processadores; b) à necessidade de capital de giro para enfrentar tanto a sazonalidade do mercado consumidor, como as oscilações das cotações internacionais de insumos básicos utilizados na agroquímica.

Quanto ao processamento inicial de K-potássio, P-fósforo e N-nitrogênio (componentes básicos da indústria agroquímica), exigem-se métodos complexos e intensivos em capital. A produção interna dos elementos nitrogenados encontram-se a cargo das empresas estatais, não somente pelos elevados níveis de investimentos, mas por se constituírem em subprodutos de suas atividades (PETROBRÁS), ou ainda participam acionariamente em empresas ligadas à exploração de jazidas minerais (FOSFERTIL e GOIASFERTIL) de onde são extraídos os fosfatados.

Quanto às perspectivas para o setor agroquímico no Paraná, a fase de rápida expansão apresentada talvez não se mantenha com a mesma intensidade, entretanto, são bastante favoráveis.

As razões para esta afirmativa, residem em primeiro lugar, no interesse demonstrado tanto pelo setor público como privado da economia; e em segundo pela implantação da PETROFERTIL, "a fim de atingir uma das principais metas do governo brasileiro no que refere a produção de insumos básicos, no setor de fertilizantes, capaz de atender a demanda nacional e eliminar

volumosas importações de nitrogênio*.

Trata-se de uma unidade de grande porte, cujo investimento total será de Cr\$ 4.683 milhões, o início da produção está previsto para 1980. A fábrica está sendo construída em Araucária, ao lado da Refinaria Presidente Vargas, da qual receberá, através de ligações diretas, resíduos de petróleo, matéria-prima para a produção de nitrogenados.

A unidade contará com a capacidade de produção de: 1.200 t/dia de Amônia, das quais 870 toneladas por dia serão convertidas em 1.500 t/dia de Uréia e cerca de 330 t/dia vendidas a outros produtores de fertilizantes. Serão também produzidas 58 t/dia de enxofre elemento resultante, das recuperações em certas fases do processo".

No caso do mercado consumidor, uma ressalva deve ser feita: mesmo que a produção de insumos agroquímicos apresente queda em seu preço final, dificilmente a média nacional de consumo de fertilizantes se elevará, pois a demanda por esse produto depende do nível de renda dos produtores agrícolas. Caso o Governo diminua o crédito e o subsídio, sem elevar os preços mínimos, os produtores de "baixa renda", que não produzem cultura com cotação no mercado internacional e nem para a indústria, continuarão à margem do mercado consumidor.

* Extraído do documento informativo elaborado pela PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A. De onde foram extraídos todos os dados arrolados sobre a fábrica, e também as citações.

O gênero "Indústria Metalúrgica", terceiro em participação no D_1 (Tabela 16), não apresentou crescimento relativo similar ao de seus congêneres. O crescimento verificado na maioria dos gêneros que integram o D_1 (mecânica, agroquímica e material elétrico e de comunicações) foi causado pela implantação nos respectivos setores de empresas de porte nacional ou internacional, fato que não se verificou na indústria metalúrgica.

A indústria metalúrgica que em 1972 contribuiu com 2,23% do Valor Adicionado do setor secundário, em 1975 contribuiu com 2,80%. Durante o período de 1973 a 1975 instalaram-se 252 empresas no gênero. Apesar do grande número de implantações estas se deram com maior frequência no grupo pequenas, cuja participação na geração de Valor Adicionado é mínima. Mesmo a entrada de uma empresa grande não pode ser considerada significativa, pois não se deve esquecer que, pelo critério utilizado, "grande" significa a que gera maior Valor Adicionado naquele ramo, sem considerar a magnitude desse valor.

O gênero indústria metalúrgica conta com 16 ramos de atividade que geram acima de 0,01% de Valor Adicionado do setor secundário (os que geram menos não foram considerados). Entretanto, somente seis ramos são responsáveis por 91,07% da renda gerada por este gênero, como demonstra a tabela a seguir.

Nestes ramos encontram-se seis ou sete indústrias que podem ser consideradas como grandes, segundo sua capacidade de produção e de geração de renda. As outras têm sua importância calcada no fato de suprirem a indústria local com produtos e peças, finais ou intermediárias, de vital importância para a

TABELA 3.1(6) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO, E NÚMERO DE EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADE - PARANÁ - 1975.

Código	Ramo de Atividades	V.A. % do Secundário	Grandes	% V.A. do Ramo	Médias	% V.A. do Ramo	Pequenas	% V.A. do Ramo	Total Empresas
11.99	Fab. Outros Artigos de Metal não especificados	0,70	4	48,80	10	34,56	79	16,64	93
11.60	Serralheria, Fab. Tanques e Outros Recipientes	0,58	5	36,00	37	45,20	190	18,80	232
11.04	Produção de Laminados de Aço	0,41	1	99,64	-	-	1	0,36	2
11.30	Fab. de Estruturas Metálicas	0,41	1	48,56	7	40,07	36	11,37	44
11.50	Estamparia, Funilaria e Latoaria	0,23	1	43,81	11	37,31	97	18,48	109
11.40	Fab. Artefatos de Trefilados de Ferro e Aço	0,22	1	51,69	5	31,82	31	16,49	37
	SUBTOTAL	2,55							
11.70	Fab. Artigos de Cutelaria	0,08	2	51,39	3	35,82	9	12,79	14
11.06	Produção de Fundidos de Ferro e Aço	0,06	1	65,64	1	21,16	11	13,20	13
11.11	Metalurgia dos Metais não Fer.	0,03	1	67,05	-	-	1	32,95	2
11.05	Prod. de Canos, Tubos de Ferro e Aço	0,02	1	93,00	-	-	1	7,00	2
11.01	Produção de Ferro Gusa	0,01	1	100,00	-	-	-	-	1
11.13	Prod. Laminados, Metais, Ligas Metais não Ferrosos	0,01	1	81,50	-	-	1	18,50	2
11.14	Prod. Canos, Tubos, Metais e Ligas Metais não Ferrosos	0,01	1	97,22	-	-	1	2,78	2
11.15	Prod. Formas, Moldes, Peças Fundidas não Ferrosos	0,01	2	58,18	2	22,26	6	19,56	10
11.16	Prod. Fios, Arames, de Ligas de Metais não Ferrosos	0,01	1	100,00	-	-	-	-	1
11.80	Tempera e Cementação de Aço	0,01	1	100,00	-	-	-	-	1
11	Indústria Metalúrgica	2,80	25		76		464		565

FONTE: IPARDES

continuidade de seu processo produtivo.

Pela composição de seus produtos principais, percebe-se que se dirigem, em sua maioria, para o mercado de construção civil como é o caso das estruturas e esquadrias metálicas, perfis para serralheria e box, reservatórios e outros recipientes metálicos, ferro fundido, lingotes e perfilados de ferro e aço. Outros como chapas e laminados de ferro e aço são utilizados na indústria de móveis de ferro, cofres fortes, eletrodomésticos e nas oficinas de reparos.

Do exposto pode-se deduzir que a indústria metalúrgica local, poderia ser designada, com mais propriedade, de indústria metalúrgica "leve" pelas suas características, além do que a nível nacional é conhecida "a acentuada tendência a especialização regional da atividade em Minas e São Paulo"¹⁸, da indústria metalúrgica "pesada".

As perspectivas para o setor são das mais promissoras, tendo em vista o desenvolvimento no Estado de indústrias de grande porte, tanto no D_1 como no D_3 , as quais irão demandar insumos da metalúrgica, em grande escala, e que no momento estão sendo abastecidas por outros estados (São Paulo), ou em fase de implantação.

O quarto lugar em geração de renda do D_1 é ocupado pe-

¹⁸SUZIGAN, Wilson et alli, Crescimento industrial no Brasil; incentivos e desempenhos recentes. Rio de Janeiro, 1974. p.239.

la "Indústria de Material Elétrico e de Comunicações", que no ano de 1975, participa com 1,61% do Valor Adicionado do setor secundário.

TABELA 3.1.(7) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES, NO VALOR ADICIONADO, DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	em %			
		1972	1973	1974	1975
13.80	Fab.de Material Elétrico e de Comunicações	-	-	0,03	0,80
13.10	Fab.Aparelhos p/a Produção e distribuição de energia	0,15	0,16	0,23	0,36
13.20	Fab.Material Elétrico	0,17	0,19	0,24	0,27
13.40	Fab.Material Elétrico p/Veículos	0,05	0,08	0,09	0,09
13.52	Fab.Aparelhos Elétricos para fins industriais	0,06	0,05	0,07	0,08
13.70	Fab.Material Eletrônico	0	0,01	0,01	0,01
13	Indústria Material Elétrico, Comunicações	0,43	0,49	0,67	1,61

FONTE: IPARDES.

O gênero conta com seis ramos de atividade e um total de cinquenta e uma (51) empresas, entretanto a evolução apresentada pelo gênero se deve quase que exclusivamente a uma empresa de porte internacional, com duas unidades de produção no Estado.

A mais antiga dessas duas unidades dedica-se à fabricação de material elétrico (código 13.20) e responde por 40,71% do Valor Adicionado do ramo; a mais nova dedica-se à fabrica-

TABELA 3.1.(8) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO RAMO - FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	2	12,97	2	0,90
Médias	-	-	-	-
Grandes	1	87,03	1	99,91
T O T A L	3	100,00	3	100,00

Com a entrada da grande empresa, o Valor Adicionado deste ramo teve sua participação no secundário acrescida de 0,03% em 1974 para 0,80% em 1975. A alteração na estrutura de mercado foi significativa: a grande empresa de 1973 passou para pequena em 1975, e juntamente com outra participa com apenas 0,09% na geração de valor adicionado do ramo. A nova empresa é responsável por 99,91% do valor adicionado do ramo.

O outro ramo a sofrer alterações em sua estrutura de mercado foi o que se dedica a "fabricação de material elétrico" (13.20).

TABELA 3.1.(9) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO RAMO - FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	5	4,88	6	17,67
Médias	1	31,03	-	-
Grandes	1	64,09	2	82,33
T O T A L	7	100,00	8	100,00

ção de material de comunicação (13.80) que passou a operar a partir de 1975 e responde por 99,91% do Valor Adicionado do ramo, encontrando-se entre as dezesseis maiores empresas da indústria paranaense.

O principal fator de atração (para a instalação da segunda unidade) dessa empresa, quanto à localização no Estado do Paraná, se deve ao fato de ser o Estado que apresenta maior progresso no setor de telecomunicações, em relação aos outros estados da federação, tanto que esta empresa tem no governo (TELEPAR) seu principal cliente. A empresa se relaciona também com a indústria privada local, algumas delas completamente dependentes de seus sofisticados produtos e por outro lado, demanda produtos das indústrias metalúrgicas.

As outras indústrias do gênero abastecem a indústria de transformação e a construção civil, com aparelhos de alta e baixa tensão, equipamentos para instalações elétricas industriais, habitações, geradores, transformadores, luminárias, etc.

Pelo destino de seus produtos, percebe-se ser o setor de material elétrico e de comunicações dependente das compras governamentais, e a possível evolução do mesmo está ligada às políticas econômicas adotadas pelo setor público.

No aspecto referente à estrutura de mercado, durante o período observado, o gênero contou com 5 novas empresas. Entretanto, somente dois ramos sofreram alterações, sendo que a mais profunda se deu no ramo "Fabricação de Material Elétrico e de Comunicações" (13.80), segundo demonstra a tabela a seguir.

Neste caso, a empresa média de 1973 passou a grande onde juntamente com a antiga, são responsáveis, em 1975, por 82,33% do valor adicionado do ramo. O grupo médias, pela distância entre o valor das grandes e pequenas, não possui nenhuma empresa. O grupo pequenas recebeu uma nova empresa, e passaram de 4,88% em 1973, para 17,67% de participação no valor adicionado do ramo.

As duas empresas que provocaram mudanças, tanto no ramo 13.20 como no 13.80, pertencem ao mesmo grupo (internacional).

O gênero "Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários", é o menos significativo do D_1 , pois em 1972 participava com 0,16% de valor adicionado do setor secundário no Estado, e em 1975 passou para 0,14%.

Este fato visto a nível nacional não chega a ser estranho, uma vez que existe grande concentração da atividade em São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos geram 98% do valor adicionado do setor, "nota-se que as demais regiões contribuem com apenas 2% do valor adicionado e que, portanto, os seus ganhos ou perdas relativas são meramente marginais e não possuem maior relevância"¹⁹.

Estes dados ilustram os limites que o setor a nível regional encontra para seu desenvolvimento - a concorrência com empresas instaladas em São Paulo e Rio de Janeiro que abastecem

¹⁹ SUZIGAN, Op. Cit., p. 242.

o mercado nacional.

O gênero apresentava no Paraná, em 1975, quinze estabelecimentos catalogados com industriais entretanto, alguns se dedicam mais a revenda de produtos farmacêuticos e veterinários do que propriamente com sua industrialização.

TABELA 3.1.(10) - NÚMERO DE EMPRESAS, DO RAMO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	9	7,53	10	12,85
Médias	1	18,80	3	32,69
Grandes	3	73,67	2	54,46
T O T A L	13	100,00	15	100,00

As mudanças havidas na estrutura de mercado foram pouco relevantes. Dos dois estabelecimentos classificados como maiores em 1975, um se dedica à produção de produtos veterinários e o outro à elaboração de sêmem animal em escala industrial.

A maioria dos outros estabelecimentos são pequenos laboratórios ou, como consta na razão social, indústria e comércio de produtos agropecuários, e se localizam nas cidade do interior do Estado, próximos ao seu mercado consumidor.

3.2 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS (D₂)

Qualquer tentativa que se faça de classificação dos tipos de indústria não é absoluta porque existe uma série de subdivisões, nem sempre especificadas, que tem uma dinâmica diversa daquela racionalizada, além do fato de que o próprio destino do produto muitas vezes não é bem definido. Assim, a divisão aqui realizada também não é precisa, mas é válida, na medida em que se procurou classificar os gêneros industriais segundo a dinâmica dada pelos salários e pelos lucros.

Compõem o departamento de produção de bens de consumo não duráveis e de insumos para bens de consumo não duráveis D_2 , os seguintes gêneros industriais:

- Indústria de Madeira
- Indústria de Mobiliário
- Indústria de Papel e Papelão
- Indústria Química (à exceção do código 20.80 - Fabricação de adubos e fertilizantes, incluído no setor de bens de produção e de bens intermediários)
- Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas
- Indústria Têxtil
- Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido
- Indústria de Produtos Alimentares
- Indústria de Bebidas.
- Indústria de Fumo
- Indústria de Editorial e Gráfica

Como já foi visto anteriormente, o departamento de bens de consumo não duráveis nos anos analisados, isto é, entre

1972 e 1975, registrou uma perda de posição relativa dentro da composição do valor adicionado do setor secundário, não acompanhando, pois, o ritmo de crescimento industrial paranaense. Então, o que se nota ao decompor o setor de bens de consumo não duráveis é que, à exceção do gênero de Produtos Alimentares que é importante na estrutura industrial do Paraná, e dos gêneros de Perfumaria, Sabões e Velas, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos e de Fumo que são insignificantes na Estrutura industrial paranaense, todos os demais gêneros industriais perderam importância relativa no período. Isso não quer dizer que esses gêneros estagnaram durante esses anos mas sim, que o seu ritmo de crescimento não acompanhou o de toda indústria, atestando, isso sim, uma mudança fundamental na estrutura da indústria do Estado do Paraná.

As questões, portanto, que podem explicar esse comportamento devem ser buscadas não apenas dentro desse setor, procurando analisar os seus próprios limites de expansão mas, também, devem ser procuradas na análise de toda a economia brasileira no período recente e inserir as transformações ocorridas no Paraná dentro desse contexto. Inclusive chama a atenção o fato de que o setor químico, que no caso do Paraná é constituído basicamente da produção de óleos de origem vegetal, sobretudo óleo de soja, durante o período analisado perde importância relativa numa fase em que esse setor alcança sensíveis taxas de crescimento (de 1972 a 1975, o valor adicionado do setor obteve um crescimento real de 55,89%).

O D_2 inclui gêneros industriais que produzem bens de consumo final e outros gêneros que produzem insumos para os

bens de consumo não duráveis. Na primeira classificação se encontram os gêneros de Mobiliário, Papel e Papelão, Perfumaria, Sabão e Velas, Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, alguns Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo e Editorial e Gráfica. Na segunda classificação se enquadram os gêneros de Madeira, Química (basicamente produção de óleos e gorduras vegetais), alguns produtos alimentares (como aqueles que passaram apenas por um primeiro beneficiamento) e fumo (preparação de fumo). Por um lado, esses bens estão limitados pela massa de salários que é a fonte de renda que é gasta na aquisição desses bens. Por outro lado, a dinâmica das indústrias consumidoras desses insumos dita o ritmo das produtoras de insumos para bens de consumo não duráveis.

De qualquer forma, esse setor produz bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, tais como, produtos alimentares, têxteis e de vestuário e por isso adquirem importância ao rebaixarem os custos industriais utilizando processos mais modernos de produção. Além disso, a própria inovação em termos de novos produtos incentiva o crescimento do setor. A cesta de consumo dos trabalhadores cada vez mais é composta por produtos industriais, submetidos, portanto, a lei de desenvolvimento industrial com a incorporação da tecnologia cada vez mais moderna.

A tabela seguinte demonstra a composição do D_2 em termos de valor adicionado:

TABELA 3.2.(1) - PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - PARANÁ

GÊNEROS INDUSTRIAIS	em %			
	1972	1973	1974	1975
Indústria de Madeira	24,11	27,85	24,74	17,77
Indústria de Mobiliário	2,82	2,79	2,70	2,68
Indústria de Papel e Papelão	7,49	6,83	9,11	6,15
Indústria Química	10,57	11,37	9,36	9,46
Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	0,18	0,21	0,21	0,23
Indústria Têxtil	5,69	6,02	4,57	4,61
Indústria Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,47	0,47	0,47	0,56
Indústria de Produtos Alimentares	27,09	23,72	23,52	29,70
Indústria de Bebidas	3,08	2,58	2,29	2,11
Indústria de Fumo	0,86	0,39	0,53	1,35
Indústria de Ed. e Gráfica	1,24	1,30	1,43	1,16
T O T A L	83,60	83,53	78,93	75,78

FONTE: IPARDES, "A Representatividade dos Estabelecimentos Industriais Financiados pela CODEPAR e BADEP na Economia Paranaense".

Da composição desse departamento ressalta o fato da extrema especialização da indústria paranaense. Onze gêneros industriais compõem essa classificação e foram responsáveis por 75,78% do valor criado pelo setor secundário em 1975. Entretanto, apenas dois gêneros, indústria de madeira e de produtos alimentares geraram 47,47%. Isso atesta o caráter específico da

indústria do Paraná, embora essa participação tenha diminuído nos últimos anos (em 1972, os 2 gêneros geraram 51,2%) e atesta também o caráter da indústria paranaense de estar muito vinculada à agricultura. Por ser, ou ter sido, um estado essencialmente agrícola, as indústrias que aqui se instalaram estavam muito vinculadas à agricultura, efetuando, principalmente, o primeiro beneficiamento dos seus produtos. Portanto, embora a tendência seja de mudança na composição industrial do Paraná, no sentido de uma maior importância relativa das indústrias de bens de capital e intermediários, ainda em 1975 a indústria estava muito ligada a agricultura, principalmente, como primeira processadora dos produtos agrícolas.

A terceira indústria mais importante deste setor é a indústria química, composta quase que exclusivamente da produção de óleos e gorduras vegetais, basicamente a soja. Os óleos de algodão e amendoim foram, num curto espaço de tempo, substituídos pelo óleo de soja. Por um lado, o seu preço mais baixo é, por outro lado, as condições propícias à cultura da soja influenciaram essa substituição. A soja, principalmente na década de 70, passa por uma situação muito favorável tanto no mercado internacional de grãos como no mercado de torta e farelo de soja e no mercado interno de óleos. Esse gênero industrial continua como um dos mais geradores de renda, embora venha perdendo importância relativa dentro de todo o setor secundário.

Além desses três gêneros ainda despontam as indústrias de papel e papelão e têxtil. A primeira está vinculada à disponibilidade da madeira e a segunda é uma indústria tradicional. Os demais gêneros industriais são de menor importância relativa.

A tabela que segue, demonstra como o valor da transformação industrial foi repartido entre os fatores trabalho e capital:

TABELA 3.2.(2) - APROPRIAÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1974
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS:

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Remuneração do Capital	Despesas Diversas	Salários	Salários do pessoal lig. à produção
	V.T.I.	V.T.I.	V.T.I.	V.T.I.
Madeira	59,64	22,38	17,98	12,27
Mobiliário	38,77	33,15	28,08	19,40
Papel e Papelão	64,44	20,43	15,13	6,90
Química	81,43	11,85	6,72	3,64
Perfumaria, Sabões e Velas	45,37	33,72	20,91	7,30
Têxtil	60,91	26,59	12,50	8,74
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	45,03	30,33	24,64	16,89
Produtos Alimentares	61,31	26,55	12,14	6,78
Bebidas	61,94	16,57	21,49	8,87
Fumo	x	x	x	x
Editorial e Gráfica	44,39	24,01	31,60	21,02

FONTE: IBGE, Pesquisa Industrial - Estado do Paraná, 1974.

Legenda: x resultado omitido a fim de não identificar o informante.

Da tabela 3.2.(2) alguns fatos podem ser ressaltados: o fato de que a indústria química desponta como o setor que

possui o maior índice de apropriação de valor pelos capitalistas do respectivo gênero industrial, ou seja, 81,43% do valor da transformação industrial, em 1974. Isso aliado ao fato desse setor apresentar a menor relação despesas diversas/V.T.I. e salários/V.T.I., atesta a situação favorável do setor químico dentro da estrutura industrial do Paraná.

Vale a pena lembrar que o gênero de indústria química do Estado, é composto basicamente pelo setor de produção de óleos e gorduras vegetais, mais especificamente, pelo setor de esmagamento de soja, produtor de óleo em bruto. Portanto, não é de se estranhar que esse setor tenha um bom desempenho uma vez que o complexo da soja é uma das atividades mais relevantes da economia paranaense. Esse setor, ao mesmo tempo em que propicia uma elevada apropriação de renda pelos seus empresários, possui uma baixa relação de salários/V.T.I., isto é, é pequena a parcela dos salários totais no valor da transformação industrial, e apresenta a menor relação juros/V.T.I.. É uma indústria extremamente moderna, com utilização intensiva de capital, possuindo, portanto, uma elevada produtividade do trabalho. Por outro lado, sendo os juros e as despesas bancárias o principal componente do item das despesas diversas, a informação acima destaca a posição relativa favorável da química. A tabela a seguir apresenta a relação juros/V.T.I. para todos os gêneros industriais:

TABELA 3.2.(3) - RELAÇÃO JUROS /V.T.I. PARA A INDÚSTRIA PARANAENSE - 1974

GÊNEROS INDUSTRIAIS	em %
	Juros/V.T.I.
Produtos de Minerais Não Metálicos	7,82
Metalúrgica	4,56
Mecânica	5,91
Material Elétrico e de Comunicação	4,99
Material de Transporte	4,89
Madeira	6,27
Mobiliário	13,43
Papel e Papelão	5,65
Borracha	12,52
Couros e Peles	14,88
Química	3,52
Produtos Farmac. e Veterinários	x
Perfumaria, Sabões e Velas	12,82
Prod. Materiais Plásticos	11,65
Têxtil	13,58
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	15,63
Produtos Alimentares	11,48
Bebidas	1,21
Fumo	x
Editorial e Gráfica	4,19
Diversos	2,15

FONTE: IBGE, Pesquisa Industrial - Estado do Paraná, 1974

X resultado omitido a fim de não identificar o informante.

Realmente, a situação em que se encontrava a indústria

química, em 1974, era invejável.

Além do realce da indústria química, surge um bloco de outras indústrias que se comporta tal como a média das indústrias de bens de consumo não duráveis. São os seguintes os componentes desse grupo: papel e papelão, têxtil, produtos alimentares e bebidas. Desses gêneros industriais o gênero de bebidas apresenta um dos maiores índices de participação dos salários (21,49%), embora aqui estejam incluídas as retiradas de sócios e proprietários.

Por outro lado, deve-se destacar as indústrias que possuem uma elevada relação juros/V.T.I., indicando um elevado endividamento em relação ao seu valor criado. Essas indústrias são a têxtil e a indústria de produtos alimentares que têm apresentado nesta década os maiores índices de falências de toda a indústria paranaense e de concentração da produção num número pequeno de empresas.

Ainda em relação à distribuição do valor criado por indústria, destaca-se o fato de certos gêneros industriais que além de possuírem baixa relação de apropriação pelos empresários dos respectivos gêneros, possuem também uma elevada percentagem de seu valor destinado a pagamento de juros e despesas bancárias atestando uma posição não muito boa dentro da estrutura industrial paranaense. Nesta situação se encontram as indústrias de mobiliário, de perfumaria, sabões e velas e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Todas as três indústrias são tradicionais, possuindo uma alta participação de salários no seu valor gerado e ao mesmo tempo, em 1974 possuíam

elevada parcela de valor destinada ao pagamento de juros e de despesas bancárias, atestando, assim, uma situação difícil. Na análise de cada gênero industrial algumas hipóteses serão lançadas para explicar tal situação.

Portanto, resumindo o que foi visto até agora, tem-se: 1º) a estrutura industrial paranaense é extremamente especializada na produção de bens de consumo não duráveis, embora, nos anos analisados, tenha dado amostras de uma transformação nessa estrutura a favor, sobretudo, de indústrias de produção de bens de capital e bens intermediários; 2º) a produção de bens de consumo não duráveis também está muito concentrada na elaboração de produtos agrícolas. Assim, as indústrias ligadas à soja, madeira e café predominam no Estado.

A seguir apresenta-se a composição de cada gênero industrial. O objetivo é detectar dentro de cada indústria os setores mais relevantes e decompor sua estrutura de mercado, a partir da produção. Para tanto, foram selecionados os setores industriais que mais participaram da composição do valor adicionado de cada indústria, segundo os dados da Secretaria de Finanças do Estado do Paraná. E para apresentação da estrutura de mercado, também com os dados de valor adicionado, utilizou-se o critério da média de NIEHANS, para os anos de 1973 e 1975. Embora se esteja analisando a indústria a partir apenas destes dois anos, tem-se uma idéia das mudanças que vem acontecendo na indústria paranaense.

Assim, a tabela a seguir demonstra os principais setores da indústria de madeira:

TABELA 3.2.(4) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DA MADEIRA, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Ativid.	Setores Industriais	em %			
		1972	1973	1974	1975
15.10	Desdobramento de Madeira	17,13	19,29	17,03	12,48
15.20	Fabricação de Estruturas de Madeira e Art.de carpintaria	0,99	0,87	1,03	0,75
15.30	Madeira Aglomerada, Pressada e Compensada	4,42	5,76	5,19	3,53
15.50	Art.Diversos de Madeira	1,52	1,87	1,44	0,96
15.00	Indústria de Madeira	24,11	27,85	24,74	17,77

FONTE: IPARDES

A indústria madeireira é caracterizada pela existência de um grande número de empresas. Cerca de 30% das empresas que compõem nossa amostra pertencem a esse gênero industrial. O principal setor da indústria da madeira é o setor de desdobramento da madeira, responsável por cerca de 70% do valor adicionado desse gênero. O desdobramento de madeira é composto basicamente por pequenas empresas de serrarias, atividade muito antiga no Estado e que possui um baixo índice de utilização de máquinas modernas. Deve-se ressaltar que o fato de existir muitas empresas não implica na inexistência de uma dominação do mercado por parte de algumas poucas empresas. O número de empresas por si não dita o tipo de mercado, isto é, mesmo possuindo um grande número de empresas o ramo industrial pode ser comandado, dirigido, por um número pequeno delas. Assim, no desdobramento de madeira, em 1973, existiam, na nossa amostra,

1.260 empresas assim distribuídas por tamanho:

TABELA 3.2.(5) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE DESDOBRAMENTO DE MADEIRA DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	976	18,88	1.137	17,73
Médias	259	51,80	245	41,42
Grandes	25	29,32	31	40,85
T O T A L	1.260	100,00	1.413	100,00

Embora neste ramo existissem em 1973, 1.260 empresas, apenas 25 delas eram responsáveis por 29,32% do valor adicionado do ramo, confirmando que a importância das empresas é diferente segundo seu tamanho. Quando se compara a situação existente em 1973 com o ano de 1975, vê-se a tendência das grandes empresas aumentar sua participação no mercado, em detrimento tanto das médias como das pequenas empresas. Em 1975 as grandes empresas do ramo foram responsáveis por cerca de 40,85% do valor adicionado de todo o ramo. Dessa forma, nota-se no ramo de desdobramento de madeira, uma concentração da produção pelas grandes empresas e como esse setor é o responsável por 70% do valor adicionado da indústria de madeira, isso também é verdade para toda a indústria.

Ainda dentro da indústria madeireira, o segundo ramo mais importante é o produtor de madeira aglomerada, prensada e compensada. Neste ramo industrial, o número de empresas não é

tão elevado como no anterior. Em 1973 existiam 61 empresas e em 1975 eram 69 empresas, segundo a amostra. Dentro deste ramo a produção de madeira aglomerada é a mais relevante. Em todo o Brasil a produção de aglomerados é realizada apenas por cinco empresas, sendo que uma delas está sediada no Paraná. Em 1973, ela aparece nas tabelas junto com outras 2 grandes empresas gerando cerca de 40% do valor deste ramo. Entretanto, em 1975, o seu valor criado é tão elevado que apenas ela assume a característica de grande empresa e sozinha é responsável por 27% do valor adicionado pelo setor.

A indústria de produção de aglomerados é muito moderna, utilizando-se intensivamente do fator capital; de início quase toda maquinaria era importada, sobretudo da Alemanha, mas de ano a ano o índice de nacionalização de equipamento aumenta. Sua matéria-prima é composta por madeira de baixa qualidade como a lenha e também por serragem, o que confere a produção de aglomerado a qualidade de uma indústria moderna inclusive, aproveitando matéria-prima de baixa qualidade e sem perdas. A tabela seguinte apresenta a estrutura de seu mercado:

TABELA 3.2.(6) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE PRODUÇÃO DE MADEIRA AGLOMERADA, Prensada e Compensada do PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	44	20,89	52	21,10
Médias	14	39,59	16	51,46
Grandes	3	39,52	1	27,44
T O T A L	61	100,00	69	100,00

Segundo os dados da tabela apresentada comparando os dois anos, nota-se que as pequenas e médias empresas aumentam sua participação em detrimento das grandes. Entretanto, em 1973 eram 3 as grandes empresas e em 1975 apenas uma. Isso aconteceu porque uma das grandes de 1973, obteve um crescimento muito elevado e não comparável ao de qualquer outra empresa do ramo, destacando-se como a única grande em 1975. Por outro lado, aumenta o número de médias e, principalmente, de pequenas empresas.

Os outros dois ramos mais expressivos da indústria madeireira são muito insignificantes quando comparados com os dois primeiros todavia, também neles prevalece a maior importância das grandes empresas e possuíam, no total, cerca de 400 empresas em 1975.

Já a indústria de mobiliário é composta, basicamente, por apenas um ramo industrial: de fabricação de móveis de madeira, de vime e de junco. As tabelas que vêm a seguir sintetizam as principais informações sobre esse ramo:

TABELA 3.2. (7) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
16.10	Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco	2,70	2,66	2,53	2,52
16.00	Indústria de Mobiliário	2,82	2,79	2,70	2,68

FONTE: IPARDES

TABELA 3.2.(8) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE MADEIRA, VIME E JUNCO DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	418	12,16	565	12,58
Médias	53	64,43	60	33,07
Grandes	2	23,41	8	54,35
T O T A L	473	100,00	633	100,00

No caso da fabricação de móveis, a tabela 3.2.(7) demonstra que houve uma flexibilidade maior na estrutura de mercado, comparada aos outros setores industriais. Enquanto os outros setores apresentaram nesse período uma concentração da produção pelas grandes empresas, no caso da fabricação de móveis a produção se encontra mais dividida. Isso não quer dizer que não haja dominação no mercado; para tal verificação se precisaria de outros indicadores. Aparentemente, esse setor demonstra ter uma estrutura de mercado não muito rígida, pois, entre 1973 e 1975, o número de grandes empresas aumenta de 2 para 8 e o valor do coeficiente que separa os estratos de média e pequena empresa diminui em termos reais* ficando, assim, mais fácil o acesso da pequena empresa à categoria de média empresa.

* O valor adicionado médio do setor, que é o valor do coeficiente que divide os dois estratos inferiores, foi, em 1973, Cr\$ 365.215,00 e em 1975 Cr\$ 556.079,00. Utilizando-se dos deflatores da F.G.V., indústria de mobiliário, encontra-se os seguintes valores com base em 1969:

1973: Cr\$ 192.218,00

1975: Cr\$ 175.419,00

Entretanto, em 1975, a participação da pequena empresa no total do valor adicionado do ramo, praticamente, foi a mesma de 1973 mas, o número de empresas que geraram esse montante aumentam de 418 para 565, evidenciando-se, portanto, uma redução no valor adicionado médio da pequena empresa, em termos relativos. Enquanto isso a média empresa perde muito de seu significado para a grande empresa e isso é explicado pelo fato de que as maiores médias empresas passaram para o extrato de grandes empresas nesse período. Portanto, aquilo que poderia ser uma aparente flexibilidade da estrutura de mercado, na realidade, o foi para algumas médias empresas e para a maioria das empresas do setor a sua situação não parece ser das melhores, uma vez que o valor adicionado médio relativo de cerca de 90% das empresas caiu e, por outro lado, a indústria de mobiliário, em 1974 apresentou um dos maiores índices de juros/V.T.I. isso, portanto, leva a supor que a situação da maioria das empresas do setor de mobiliário não é nada satisfatória.

Ainda vinculada intimamente com a matéria-prima madeira, tem-se a Indústria de Papel e Papelão. Esta indústria é composta por dois setores: o de fabricação de Celulose e Pasta Mecânica e o de fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão. A tabela a seguir demonstra a evolução desta indústria, no período de 1972 a 1975:

TABELA 3.2.(9) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
17.10	Fabricação de Celulose e Pasta Mecânica	5,87	4,48	5,49	3,94
17.20	Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	1,45	2,04	3,06	1,83
17.00	Indústria de Papel e Papelão	7,49	6,83	9,11	6,15

FONTE: IPARDES

Pode-se observar no quadro apresentado, que em todos os anos a fabricação de celulose e pasta mecânica excedeu a 60% do valor adicionado desta indústria. Em segundo lugar, associado à informação de que a estrutura de mercado desse setor é extremamente concentrada, revela a importância das grandes empresas deste setor no contexto industrial paranaense. Isto é, em 1973, segundo a amostra, existiam 31 empresas no ramo. Dessas, 30 eram pequenas empresas, gerando 6,90% do valor adicionado do ramo, e uma era grande empresa, sendo responsável, portanto, por 93,10% do valor adicionado do ramo. Em 1975, a concentração da produção aparece de forma mais acentuada: existiam 29 empresas, sendo 28 pequenas empresas gerando 4,45% do valor adicionado do ramo e ainda uma grande empresa gerando agora, 95,55% do ramo de fabricação de celulose e de pasta mecânica. Isso vem demonstrar a extrema concentração da produção de celulose e pasta mecânica e, por outro lado, ressalta a importância, que essa grande empresa possui também em todo o cenário industrial paranaense, uma vez que a Indústria de Papel e Papelão é uma das mais importantes no Estado do Paraná.

Claro está que por este método de estratificação das empresas industriais, o peso das grandes empresas fica muito acentuado e, claro está também, que entre as aqui chamadas pequenas empresas há uma diferenciação muito grande. Entretanto, esse é mesmo um dos objetivos propostos ou seja, ressaltar a importância das grandes empresas. Se for comparado o valor adicionado da grande empresa com o da maior pequena empresa, ver-se-á que em 1975 essa relação era cerca de 148 vezes maior. E, ainda, se for comparado o valor adicionado de todas as empresas da indústria de transformação em 1975, encontra-se que a grande empresa do setor de fabricação de celulose e pasta mecânica foi a segunda maior empresa.

Daqui conclui-se pela extrema concentração da produção neste setor, sem poder afirmar, entretanto, da possibilidade do surgimento de uma outra grande empresa. Para tanto, seria necessário que se pesquisasse a extensão do mercado, o acesso à tecnologia empregada no setor e também a taxa de lucro existente no setor antes e depois da entrada de novas empresas.

Por outro lado, o setor de fabricação de papel, papelão, cartolina e cartão demonstra uma estrutura de mercado menos concentrada, segundo demonstra a tabela que segue:

TABELA 3.2.(10) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE PAPEL, PAPELÃO, CARTOLINA E CARTÃO DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	15	26,19	23	24,73
Médias	6	36,45	3	18,53
Grandes	2	37,36	4	56,74
T O T A L	23	100,00	30	100,00

Neste setor, embora a produção se encontre menos concentrada que no ramo anterior, aqui também, nota-se entre 1973 e 1975 uma concentração, ou seja, de 1973 para 1975 o número de grandes empresas aumentou, mas tanto a participação das médias quanto das pequenas empresas decaiu na geração de valor dentro do ramo. Além disso, também o número de pequenas empresas aumentou nesse período representando um valor adicionado relativo menor, por empresa.

Os três gêneros analisados até agora, Indústria de Madeira, Indústria de Mobiliário e Indústria de Papel e Papelão, são indústrias vinculadas basicamente a uma matéria-prima: a madeira. Se for somado o valor adicionado desses três gêneros industriais, encontrar-se-ão as seguintes percentagens em relação ao valor adicionado do setor secundário:

1972: 34,42%

1973: 37,47%

1974: 36,55%

1975: 26,60%

Duas conclusões aparentes pode-se tirar: em primeiro lugar, a elevada magnitude desses números, isto é, cerca de um terço do valor adicionado do setor secundário tem sido gerado por indústrias ligadas a apenas um produto de origem vegetal que é a madeira; em segundo lugar, embora essa magnitude ainda em 1975 seja elevada, ela vem decaindo desde 1973, numa demonstração de que, desde o início desta década, a composição industrial paranaense vem sofrendo alterações profundas.

Continuando a análise da composição industrial para-

naense e das respectivas estruturas de mercado, passa-se à indústria Química. Desta indústria destacam-se três ramos dos quais um deles já foi analisado no setor de produção de insumos modernos para a agricultura que é o ramo de fabricação de adubos e fertilizantes e corretivos do solo. Os outros dois setores apresentaram a seguinte evolução no período considerado:

TABELA 3.2.(11) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA QUÍMICA, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
20.38	Fabricação de fósforos de segurança	1,03	0,82	0,68	0,85
20.40	Produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais em bruto	7,64	9,01	7,16	6,96
20.00	Indústria Química (exceto 20.38 Agroquímica)	10,57	11,37	9,36	9,46

FONTE: IPARDES

A Indústria Química no Paraná, é composta por cerca de 11 ramos industriais diferentes. Essa indústria produz desde elementos químicos, combustíveis, asfalto, pólvora, explosivos, tintas, produtos para limpeza, fósforos de segurança, e até óleo vegetal, em bruto. Como se pode notar, possui uma heterogeneidade grande de produtos. Entretanto, apenas dois setores são os mais significativos: o de fabricação de fósforos e o de produção de óleos vegetais em bruto.

Pouco há que se comentar sobre a fabricação de fósfo-

ros de segurança e o que parece mais destacável é a sua estrutura da produção. Esse ramo químico possuía em 1973 apenas 2 empresas e até 1975 aparece mais uma, totalizando 3 empresas, sendo que uma delas é responsável por quase toda a produção. Em 1973 ela gerou cerca de 81% do valor adicionado do ramo e, em 1975, 78% do valor adicionado, ou seja, embora tenha surgido uma outra empresa entre 1973 e 1975, a grande empresa continuou com sua posição praticamente inalterada. Novamente, tal qual a fabricação de celulose e pasta mecânica, o critério de estratificação utilizado releva a grande empresa e assim nem aparecem médias empresas, sendo, portanto, grande a diferença de escala entre as empresas existentes. Mesmo assim, essa grande empresa não apareceu dentre as 16 maiores empresas de 1975, segundo a geração de valor adicionado, porque este ramo industrial não é tão relevante dentro da estrutura industrial.

O outro ramo que se destaca dentro da Indústria Química, é o de produção de Óleos, Gorduras e Ceras Vegetais e Animais em bruto, que basicamente produz óleo de soja em bruto. A análise deste ramo industrial deve ser feita juntamente com a evolução da plantação de soja. Parte da soja em grão é exportada e parte é insumo para a indústria de óleo de soja e de licetina, saindo também desse processamento o farelo de soja que é aproveitado para ração de animais. Portanto, a expansão da cultura da soja no Brasil deve ser pensada tanto pelo impulso das exportações como pelo seu próprio aproveitamento interno e, também, como uma cultura cujo processo de produção se dá de forma moderna, com utilização intensiva de bens de capital e de insumos modernos como adubos e fertilizantes.

Em relação às exportações, as condições do mercado internacional, durante esta década, foram favoráveis às exportações brasileiras de soja em grão tanto que, em 1971, das exportações internacionais, cerca de 1,73% eram brasileiras e em 1973 essa participação se elevou para 11,44%, segundo informações da FAO (PRODUCTIONS YEARBOOK 1973); enquanto isso, a soja passa a ser um dos cinco principais produtos, em valor, na pauta das exportações brasileiras. No mercado interno, o óleo de soja encontrou boa aceitação, possuindo um preço mais baixo do que os demais óleos; a utilização do farelo de soja tem se dado de forma mais lenta.

Por outro lado, o próprio processo de produção da cultura de soja e seu esmagamento se dá de forma moderna. Embora isso seja uma lei de desenvolvimento do próprio sistema capitalista, a utilização de capital neste setor se dá de forma muito intensiva, quando comparada com as outras culturas agrícolas. A cultura da soja, hoje no Brasil, é tida como o exemplo da cultura moderna com produção em larga escala, realizada em grandes propriedades e utilizando-se de colhedoras modernas. Da mesma forma acontece com a produção de óleo de soja e, para evidenciar tal fato, basta se retomar as informações sobre a decomposição do valor da transformação industrial da Indústria Química do Paraná: segundo as informações do IBGE, em 1974, cerca de 81,43% do valor da transformação industrial da Indústria Química foi apropriado pelos capitalistas desse setor enquanto que a folha de salários de toda indústria era cerca de 6,72% do V.T.I. É bem verdade que esses dados são referentes a toda Indústria Química e não apenas ao setor de produção de óleo, mas também é verdade que, sendo este o seu principal ramo, o comportamento da

indústria química está muito condicionado ao comportamento do ramo de produção de óleo e gorduras vegetais.

Portanto, nesta década as condições que envolveram a cultura da soja e de sua industrialização foram totalmente favoráveis à sua produção nos moldes modernos.

Por outro lado, a detenção do poder de mercado de algumas empresas nesse ramo, inclusive a nível internacional garantiu a realização do produto. Em termos da produção de óleos e gorduras vegetais e animais, no Paraná, ela estava assim distribuída entre as empresas de vários portes:

TABELA 3.2. (12) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	18	32,63	22	17,81
Médias	3	32,04	4	23,30
Grandes	1	35,33	1	58,89
T O T A L	22	100,00	27	100,00

Tudo o que foi dito, é confirmado pela situação das grandes empresas no mercado. Enquanto em 1973, a grande empresa detinha cerca de 1/3 da produção do ramo, em 1975 essa participação se elevou para mais da metade da produção de todo o ramo, em detrimento tanto da pequena quanto da média empresa. Neste setor é que se encontra, inclusive, a maior empresa, em termos de valor adicionado, de toda a indústria parananese em

1975.

Algumas observações de caráter estatístico devem ser feitas: em primeiro lugar, essa grande empresa também se encontra registrada em outros ramos industriais decorrentes do fato de que produz vários produtos. Em segundo lugar, deve-se ressaltar que esta produção (de soja) se refere apenas ao óleo em bruto. O refino do óleo de soja, por exemplo, se encontra no código 26:91, da indústria de produtos alimentares.

A importância deste ramo industrial e a demonstração de que é uma indústria moderna são confirmadas pela existência de três grandes empresas que esmagam soja, dentre as 16 maiores empresas industriais do Paraná, em 1975, segundo o valor adicionado. Dessas 3 empresas, apenas uma refina o óleo no Paraná e as outras duas fazem o refino em suas unidades implantadas fora do Estado.

A Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas é constituída basicamente do setor de fabricação de sabão, detergente e glicerina. Tanto a magnitude do seu valor adicionado como o número de empresas existentes no setor é de ínfima significância. Por exemplo, em 1975 toda a indústria contribuiu com 0,23% do valor adicionado do setor secundário e possui apenas 26 empresas, sendo 4 grandes, uma média e 21 pequenas.

Como a indústria paranaense ainda não possui alto grau de diversificação, a importância das indústrias tradicionais se sobressalta. É o caso da Indústria Têxtil do Paraná que beneficia fibras de algodão produzido no Estado que é um dos maio-

res produtores do Brasil. Quanto à situação da Indústria Têxtil, devem ser retomados dois aspectos: os elevados gastos com juros e despesas bancárias e aspectos relativos à mão-de-obra.

A indústria têxtil é uma das que possui um dos maiores níveis de emprego. Em 1974, era a quinta indústria em termos de emprego vindo depois da Indústria de Madeira, de Produtos Alimentares, de Minerais não Metálicos e de Mobiliário (em ordem decrescente). Embora empregue muita mão-de-obra, o trabalho executado não exige qualificação possuindo inclusive boa parcela de mulheres como empregadas. Tanto a não qualificação da mão-de-obra como o emprego de mulheres, justificam o baixo salário pago nessa indústria. Segundo o IBGE, a Indústria Têxtil foi uma das duas indústrias que pagou o menor salário médio para o pessoal ligado diretamente à produção. Isto é, a Indústria Têxtil pagou 1,38 vezes o salário mínimo, por mês, enquanto a Indústria do Vestuário pagou 1,23 vezes o salário mínimo mensal ao seu pessoal ocupado ligado diretamente à produção.* Portanto, a indústria têxtil é uma grande absorvedora de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma das indústrias que apresenta o menor salário médio mensal tendo, conseqüentemente, os salários com uma baixa participação no valor da transformação industrial.

Vale a pena esclarecer que o fato de exigir trabalho não qualificado não implica em dizer que tenha baixa produtividade. Ainda, utilizando-se dos dados do IBGE pode-se verificar que a indústria têxtil, em 1974, foi a quarta indústria em

*Dados extraídos do IBGE, Pesquisa Industrial do Paraná, 1974.

termos de produtividade do pessoal ocupado, colocando-se abaixo apenas da Indústria Química, de Papel e Papelão e de Produtos Alimentares.

O outro aspecto a ser retomado é a elevada participação que os juros possuem dentro do valor da transformação industrial. Como já analisado anteriormente, a indústria Têxtil juntamente com outras indústrias mais tradicionais, possuíam, em 1974, um elevado nível de despesas com o setor bancário. Para se poder afirmar algo mais sobre isso é necessário uma série de informações mais longa e, se possível, detalhá-la segundo o tamanho das empresas.

A composição da indústria têxtil do Paraná é apresentada pelas informações que seguem:

TABELA 3.2.(13) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
24.10	Beneficiamento de fibras têxteis	4,29	4,18	2,97	3,12
24.20	Fiação e tecelagem	0,82	1,36	1,12	1,02
24.50	Fabricação de Tecidos especiais	0,10	0,08	0,14	0,19
24.00	Indústria Têxtil	5,69	6,02	4,57	4,61

FONTE: IPARDES.

Como se pode deduzir da tabela anterior, na realidade

os principais ramos desta indústria se resumem ao beneficiamento de fibras têxteis e à fiação de tecelagem.

O ramo de beneficiamento de fibras têxteis é que imprimiu o ritmo de crescimento da indústria têxtil, a não ser no ano de 1973 quando foi intenso o crescimento do ramo de fiação e tecelagem, que a partir de então mantém um comportamento relativamente estável.

A estrutura de mercado do ramo de beneficiamento de fibras têxteis é a seguinte:

TABELA 3.2.(14) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TÊXTEIS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	20	28,21	22	22,02
Médias	5	25,39	10	39,51
Grandes	5	46,40	4	38,47
T O T A L	30	100,00	36	100,00

Dos dados apresentados pode-se evidenciar que, entre 1973 e 1975, não foram muitas as alterações sofridas neste setor. Em primeiro lugar, o número de empresas não se modifica muito, levando-se em consideração as variações de amostra entre esses anos. A estrutura reforçou a participação das médias empresas no ramo mas, o número de médias empresas dobrou entre esses anos. Isso permite dizer que o acesso de pequenas empresas ao tamanho médio não foi restritivo. E permite dizer também que

uma das grandes empresas de 1973 não conseguiu acompanhar o ritmo das demais grandes empresas decaindo assim para uma posição de média empresa.

TABELA 3.2. (15) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	12	10,52	12	11,51
Médias	5	61,09	7	49,17
Grandes	1	28,39	2	39,32
T O T A L	18	100,00	21	100,00

O quadro acima traz a estrutura de mercado do ramo de fiação e tecelagem. É interessante notar que neste caso as pequenas empresas conseguem aumentar sua participação na produção do ramo e a maior média empresa de 1973 alcança o nível de grande empresa em 1975.

Também a estrutura do ramo de fabricação de tecidos especiais não se altera nesse período analisado. Apenas 6 empresas em 1973 e 5 empresas em 1975 compunham a nossa amostra desse ramo industrial. Nos dois anos uma delas aparece como grande empresa e as demais figuram como pequenas empresas sendo que suas participações pouco se alteram. É claro que dentre as chamadas pequenas empresas existem diferenças de escala de produção, entretanto dada a dominação da produção pela grande empresa, todas as demais se tornam marginais.

A indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, por sua vez, é caracterizada pela existência de um grande número de empresas, embora a Indústria de Vestuário não seja tão relevante no contexto industrial paranaense. A participação dos ramos da indústria de Vestuário está apresentada na tabela seguinte:

TABELA 3.2.(16) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
25.10	Confecção de Roupas e Agasalhos	0,32	0,32	0,32	0,40
25.30	Fabricação de Calçados	0,10	0,09	0,09	0,11
25.00	Indústria de Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,47	0,47	0,47	0,56

FONTE: IPARDES

Como se pode observar, o crescimento da Indústria de Vestuário foi o mesmo de toda a Indústria do Setor Secundário, havendo exceção apenas no ano de 1975, quando o seu crescimento foi maior. Entretanto, ainda não alcança uma posição de destaque.

As duas tabelas que se seguem demonstram as estruturas de mercado dos dois principais ramos desse gênero industrial.

TABELA 3.2.(17) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE CONFECÇÃO DE ROUPAS E AGASALHOS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	96	13,84	159	13,59
Médias	20	45,73	25	56,90
Grandes	4	40,43	2	29,51
T O T A L	120	100,00	186	100,00

Neste ramo percebe-se que, embora o número de pequenas empresas tenha aumentado de 1973 para 1975 em 65%, a sua participação no valor adicionado do ramo permanece estável. Em segundo lugar, embora a participação das grandes empresas tenha caído, deve-se levar em consideração que em 1975 eram apenas duas as grandes empresas, enquanto em 1973 existiam 4 grandes empresas.

TABELA 3.2.(18) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	70	24,78	100	20,66
Médias	22	45,92	24	42,27
Grandes	3	29,30	3	37,07
T O T A L	95	100,00	127	100,00

Mais uma vez observa-se que as pequenas e médias empresas perdem posição na produção para as grandes, embora o número de empresas tenha crescido de um ano para outro. Na fabricação de calçados surgem trinta e duas novas empresas em nossa amostra, entre os anos de 1973 e 1975; aparecem trinta pequenas empresas e apenas mais duas médias empresas enquanto que as três maiores aumentam sua participação na produção. Portanto, mesmo em setores onde o número de pequenas e médias empresas predomina, as grandes dominam e concentram a produção.

Passa-se, a seguir, a detalhar a principal atividade industrial do Estado do Paraná: a Indústria de Produtos Alimentares. Esta indústria aparece como a principal de toda a Indústria de Transformação quando se compara tanto o número de empresas como valor adicionado de cada indústria. Entretanto não é a indústria que mais emprega mão-de-obra e nem possui o maior índice de produtividade do trabalho.

A indústria de produtos alimentares é uma das mais antigas no Estado. Sendo o Paraná de constituição eminentemente agrícola, nada mais natural do que as indústrias que aqui se instalam serem vinculadas diretamente à agricultura. Esses vínculos são, sobretudo, de beneficiamento de produtos agrícolas; como já se viu, no caso da soja as fases iniciais de seu esmagamento se concentravam no Paraná e, o refino era executado nas unidades das mesmas empresas, em outros Estados, mais especificamente em São Paulo. Em relação aos outros produtos agrícolas, acontece fato semelhante: as indústrias do gênero de produtos alimentares são, em sua maior parte, beneficiadoras de produtos agrícolas sem executar o produto final. Parte desse

primeiro beneficiamento é exportado, como o café em grão, e parte é transportado para outros Estados onde recebe o seu processamento final. Dessa forma, deve-se pensar nesta indústria de produtos alimentares como uma indústria que produz insumos para outras indústrias, sediadas em outros Estados em sua maior parte.

A tabela que vem a seguir apresenta a composição industrial deste gênero.

TABELA 3.2. (19) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

		em %			
Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	1972	1973	1974	1975
26.01	Beneficiamento de café, cereais e afins	9,20	9,25	8,23	12,26
26.02	Moagem de trigo	0,83	0,70	0,59	0,57
26.03	Torrefação e Moagem de café	0,65	0,85	0,64	0,82
26.04	Fabricação de Café e Mate Solúveis	3,46	1,79	1,20	2,16
26.05	Fabricação de Produtos de Milho	0,32	0,43	0,40	0,37
26.09	Benef., Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares diversos de origem vegetal	0,44	0,34	0,44	0,68
26.20	Abate de animais	3,11	2,44	2,13	2,44
26.21	Preparação de conservas de carnes	0,95	0,60	0,62	1,01
26.40	Preparação do Leite e Fabricação de produtos de laticínios	0,86	0,53	0,52	0,56
26.51	Fabricação de açúcar	3,73	2,33	3,45	3,46
26.52	Refinação e Moagem de açúcar	0,42	0,32	0,38	0,38
26.80	Fabricação de Massas Alimentícias e biscoitos	0,43	0,38	0,44	0,49
26.91	Refinação de óleos e gorduras destinadas à alimentação	1,24	2,12	2,85	2,64
26.98	Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais	0,69	0,66	0,62	0,62
26.00	Indústria de Produtos Alimentares	27,09	23,72	23,52	29,70

FONTE: IPARDES.

Além desses ramos destacados, existem mais alguns de menor significância que completam a indústria de produtos alimentares. Pelo fato de ser a principal indústria do Paraná, apresenta-se a tabela 3.2.(18) com esse detalhamento até que excessivo. Excessivo porque, na realidade, existem indústrias ligadas basicamente a quatro produtos que respondem por volta de 80%, ou mais, do valor adicionado da indústria de Produtos Alimentares. Somando-se as atividades vinculadas basicamente ao café (26.01, 26.03 e 26.04), à carne (26.20 e 26.21), ao açúcar (26.51 e 26.52) e ao refino de óleo, que hoje é de soja (26.91), encontra-se que para todos esses anos a sua participação no valor adicionado do gênero está por volta de 80%. Isso significa que também dentro desta indústria as atividades estão muito especializadas em alguns produtos. Sendo o Estado do Paraná, um dos principais produtores de café, a indústria deste Estado está estreitamente condicionada ao seu comportamento.

Assim, as atividades de beneficiamento moagem, torrefação e fabricação de solúvel, por si só são muito mais relevantes em termos de criação de valor do que muitos gêneros industriais que ainda não se desenvolveram neste Estado. Enquanto as indústrias de bens de consumo não duráveis não acompanham o ritmo de toda a indústria, de uma forma em geral, a Indústria de Produtos Alimentares manteve um ritmo forte de crescimento imprimido, sobretudo, pelas atividades industriais que possuem o café como sua matéria-prima. Portanto, embora a estrutura industrial do Paraná venha passando, nesta década, por mudanças significativas, o setor de produtos alimentares e, mas especificamente as atividades do café, reafirmam sua importância.

O ramo de beneficiamento de café, de cereais e produtos afins apresenta a seguinte estrutura de mercado:

TABELA 3.2.(20) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE BENEFICIAMENTO DE CAFÉ, CEREAIS E PRODUTOS AFINS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	720	11,11	1.008	6,30
Médias	122	43,92	190	65,28
Grandes	18	44,97	6	28,42
T O T A L	860	100,00	1.204	100,00

Esse ramo, por si só, possui mais da metade do número de empresas do gênero de produtos alimentares. Isso entretanto, não significa que a estrutura de mercado seja do tipo concorrencial. Muito pelo contrário, o beneficiamento de café, cereais e afins se encontrava muito concentrado em apenas seis empresas, em 1975. A predominância é de pequenas empresas com um valor adicionado muito inferior ao das empresas dominantes. Essa atividade não exige em investimento de grande monta e nem grande volume de mão-de-obra. Por um lado, fornece um caráter de fácil acesso ao mercado e, por outro lado, também de fácil encerramento de atividade, pois sua produção sempre é marginal no setor e seu encerramento não tem grandes impactos, seja no desempenho do setor, seja sobre o nível de emprego.

Como se pode ver pela Tabela 3.2.(20), em 1973 existiam 720 pequenas empresas respondendo por 11,11% do valor adicionado do ramo: em 1975, eram 1.008 empresas respondendo por

uma proporção bem menor da produção industrial. Assim, levando-se em consideração a própria estrutura de mercado, o tamanho médio da pequena empresa se reduziu. Em relação às médias empresas, conclui-se por uma maior participação no mercado, mesmo porque o número de empresas nesse estrato aumenta cerca de 50% no período analisado.

Essa evidência pode levar a pensar em desconcentração da produção, mas não à conclusão de que a grande empresa não domina o mercado. Muito pelo contrário, pode-se chegar à conclusão de que algumas empresas que em 1973 eram consideradas grandes, não conseguiram acompanhar o ritmo imprimido por algumas delas e assim, se distanciando da liderança do mercado passam a ser consideradas médias empresas em 1975. Isso é constatado pelo fato de que eram dezoito as grandes empresas em 1973 e apenas seis em 1975, elevando-se o tamanho médio dessas empresas em quase 100% nesse período. Inclusive duas dessas seis empresas surgem dentro da relação das grandes empresas de toda a indústria de transformação, seguindo-se o mesmo método de estratificação do mercado, aplicado para os ramos industriais. Como é uma atividade sem sofisticação do seu processo produtivo, embora o trabalho tenha elevada produtividade em relação aos demais gêneros industriais, o valor adicionado dessas empresas alcança apenas 25% da maior empresa industrial, que esmaga soja.

O ramo seguinte, na classificação do código de atividades, é o de moagem de trigo.

TABELA 3.2.(21) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE MOAGEM DE TRIGO DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	28	9,71	35	8,81
Médias	7	44,00	8	40,76
Grandes	1	46,29	1	50,43
T O T A L	36	100,00	44	100,00

Comparando-se o ano de 1975 com 1973 nota-se que tanto médias quanto pequenas empresas perdem posição para a única empresa do setor de moagem de trigo que não chega a ser, dentro da estrutura do setor industrial, uma das atividades mais dinâmicas em relação à geração do valor. Aqui, também, o tamanho médio relativo das pequenas empresas se reduz, acontecendo o mesmo com as médias empresas.

Outro ramo de atividade que possui o café como sua matéria-prima é o de torrefação e moagem de café. Neste ramo nem o número de empresas é tão grande quanto no caso do beneficiamento de café e nem o valor adicionado chega a ser muito relevante. De qualquer forma é a seguinte a sua estrutura de mercado:

TABELA 3.2.(22) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	27	13,86	27	20,03
Médias	9	45,36	10	55,34
Grandes	2	40,78	1	24,63
T O T A L	38	100,00	38	100,00

Neste caso alguns fatos merecem observação. Em primeiro lugar, a divisão da produção se encontra em um mesmo número de empresas tanto para um como para outro ano, mantendo estável o número de empresas do Ramo. Em segundo lugar, a maior participação das pequenas empresas na produção em 1975 comparado com 1973, fato este raro, como se pode ver ao longo deste trabalho. Este foi um dos poucos ramos no qual as pequenas empresas assumem uma maior relevância dentro do mercado. Em terceiro lugar, o isolamento de uma empresa, classificada como grande reduzindo-se assim, a parcela da produção executada pelas grandes do ramo. Seria necessário se aprofundar um pouco mais no estudo deste ramo industrial para poder se afirmar quão flexível ele é e se seria uma atividade com perspectivas para a pequena empresa, isto é, até onde poderia este setor ser dominado pela pequena empresa, encontrando-se assim, a produção muito dividida por um número grande de empresas.

De qualquer forma, deve ser ressaltado que o nosso critério de estratificação classifica a empresa dentro de um

dado mercado, ou seja, não é um critério absoluto no sentido de que a grande empresa tem determinado comportamento independente do ramo de atividade. Como consequência disto tem-se que sempre, em cada mercado, haverá a grande empresa, entretanto, o importante é analisar quão distante ela se encontra das demais empresas do ramo, e quão estável é esta estrutura de mercado.

Em relação à fabricação de café solúvel, a produção está concentrada, basicamente em uma empresa, segundo demonstra a tabela a seguir.

TABELA 3.2.(23) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE CAFÉ E MATE SOLÚVEIS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	4	20,73	4	0,99
Médias	-	-	1	24,22
Grandes	1	79,27	1	74,79
T O T A L	5	100,00	6	100,00

Como se pode observar, a grande empresa domina praticamente quase toda a produção, inclusive, essa grande empresa é uma das maiores do ramo em todo o Brasil e uma das maiores de todo o setor industrial do Paraná. O fato de que, de 1973 para 1975, tenha surgido uma média empresa não é muito relevante, pois em termos reais a distância entre as duas, em 1973, devia ser quase a mesma pois com o destaque da segunda empresa do ramo, depois como média empresa, acabam por reduzir a participação das pequenas a 1% do valor adicionado do ramo. Em outras

palavras, tanto em 1973 quanto em 1975 pode-se considerar a existência de apenas duas empresas e o valor adicionado da maior é cerca de três vezes o da menor. As observações feitas em relação ao ramo anterior, quanto à metodologia e suas consequências, devem ser relembradas aqui também pois a segunda empresa deste ramo é maior do que muitas grandes empresas de ramo diferentes.

Por sua vez, o ramo de fabricação de produtos de milho exceto óleos - possui um maior número de empresas com uma participação pequena no valor adicionado de todo o setor secundário.

TABELA 3.2. (24) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MILHO DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	88	8,90	112	12,82
Médias	13	31,34	16	43,58
Grandes	3	59,76	2	43,60
T O T A L	104	100,00	130	100,00

Embora tanto as pequenas como médias empresas tenham aumentado suas participações na produção, o tamanho médio relativo de todos os três estratos se eleva de um ano para outro, quase que na mesma proporção, ressaltando-se assim, a distância absoluta entre as maiores e menores empresas do ramo.

Assim, como no caso dos demais ramos com pouca impor-

tância na estrutura industrial, pouco extensa será a análise do ramo de beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares diversos, limitando-se em se apresentar a sua estrutura de mercado:

TABELA 3.2.(25) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE BENEFICIAMENTO, MOAGEM, TORREFAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES DIVERSOS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	69	8,34	92	5,79
Médias	5	39,10	5	25,56
Grandes	1	59,76	2	68,65
T O T A L	75	100,00	99	100,00

As implicações das variações apresentadas são difíceis de serem extraídas por se tratar de um ramo agregado, produzindo produtos heterogêneos e possuindo mercados diferentes. Dessa forma, passar-se-á para o detalhamento de outro ramo do gênero indústria de Produtos Alimentares: Abate de Animais, que possui a seguinte estrutura de mercado:

TABELA 3.2.(26) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE ABATE DE ANIMAIS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	69	7,05	106	6,69
Médias	10	49,48	12	53,11
Grandes	2	43,47	2	40,20
T O T A L	81	100,00	120	100,00

A relevância deste ramo industrial é devida, basicamente, a dois fatores: em primeiro lugar, o Estado do Paraná possui um dos maiores rebanhos de bovinos do Brasil, e o maior rebanho de suínos; em segundo lugar, o Estado do Paraná também abate animais dos Estados de Mato Grosso e São Paulo. Sendo assim, o número de cabeças abatidas por ano é relativamente alto, justificando a importância desse setor dentro da indústria. Como esta análise abrange apenas até 1975, quando a situação do mercado internacional de carnes era favorável, o desempenho do setor no Paraná também era bom. Entretanto, a partir de 1975, com a crise no mercado internacional, a situação dos frigoríficos deixa de ser vantajosa. A estrutura de mercado do ramo de Abate de Animais, demonstrada na tabela 3.2.(25), revela que entre os anos de 1973 e 1975 a estrutura de mercado não apresentou grandes modificações a não ser o fato de que apareceram mais 37 pequenas empresas, diminuindo, assim, o tamanho médio relativo de cada uma delas.

Por outro lado, o ramo de preparação de conservas de carne também se acha muito vinculado ao ramo anterior e tem nos anos analisados, demonstrado um ritmo de crescimento acima da média do setor secundário. Este setor produz salsichas, salsichões, presuntos, mas não produz conservas de carnes enlatadas. É seguinte a estrutura de mercado deste setor:

TABELA 3.2.(27) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE PREPARAÇÃO DE CONSERVAS DE CARNE PROCESSADAS EM MATADOUROS E FRIGORÍFICOS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	10	5,25	14	5,31
Médias	4	52,78	3	47,66
Grandes	1	41,97	1	47,03
T O T A L	15	100,00	18	100,00

Neste ramo, a concentração da produção já se dá de uma forma mais evidente, pois tanto as pequenas (em maior número em 1975) como as médias empresas perdem parte das suas participações da produção do ramo em benefício da grande empresa. Entretanto, a distância, em termos relativos, entre a maior média e a grande é maior em 1973 do que em 1975, levando a concluir que dentre as médias empresas há uma que desponta das demais.

Ainda vinculado ao rebanho bovino do Paraná há o ramo de preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios. Ao contrário dos setores de abate de animais e de preparação de conservas de carne, este de preparação do leite é muito menos significativo dentro da estrutura industrial do Paraná e, ao mesmo tempo, demonstra uma flexibilidade maior da sua estrutura de mercado, pois o número de grandes empresas é maior em 1975 do que em 1973. Conseqüentemente, a participação da grande empresa no valor adicionado deste ramo é maior em 1975 do que em 1973. Mas a pequena empresa continua como marginal dentro do

mercado, vendo inclusive diminuir sua participação no setor entre esses dois anos, como se pode observar pela tabela que segue:

TABELA 3.2. (28) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE PREPARAÇÃO DO LEITE E FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	27	19,39	30	16,38
Médias	6	39,48	4	21,46
Grandes	1	41,13	3	62,16
T O T A L	34	100,00	37	100,00

O ramo de fabricação de açúcar é um dos mais importantes, não só dentro do gênero de Produtos Alimentares como também de toda a indústria de transformação do Estado do Paraná. Além disso, a sua produção se encontra de forma extremamente concentrada num número reduzido de empresas. A fabricação de açúcar no Paraná era realizada, em 1975, por quatro empresas assim estratificadas:

TABELA 3.2. (29) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	2	14,08	3	27,84
Médias	1	36,06	-	-
Grandes	1	49,86	1	72,16
T O T A L	4	100,00	4	100,00

Segundo a tabela 3.2.(28) pode-se ver que a fabricação de açúcar está concentrada basicamente em apenas uma empresa. O porte dessa grande empresa é tal que ocupa a terceira posição dentre as maiores empresas da Indústria de Transformação do Paraná, segundo a geração de valor. A distância dessa empresa para as demais do ramo se amplia de 1973 para 1975 ocupando inclusive a posição de uma das maiores empresas do ramo em todo o Brasil.

Em relação ao refino de açúcar, existia apenas uma empresa em 1973 e duas em 1975 sendo que uma delas era responsável por 99,85% do valor adicionado do ramo, isto é, praticamente existe apenas uma empresa nesse ramo que não é dos mais significantes dentro da estrutura industrial paranaense.

O ramo de fabricação de massas alimentícias e de biscoitos, também não é um dos ramos mais significantes no Paraná, possuindo, em 1975, 39 empresas assim distribuídas segundo seu tamanho:

TABELA 3.2.(30) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	33	21,09	34	24,92
Médias	2	31,93	4	29,22
Grandes	1	46,98	1	45,86
T O T A L	36	100,00	39	100,00

É interessante notar que tanto as médias como as grandes empresas perdem participação na produção em benefícios das pequenas empresas. Este também seria um ramo a ser estudado sobre as perspectivas de ser composto, basicamente, por pequenas empresas.

O mesmo não acontece com a indústria de refinação e preparação de óleo cuja principal matéria-prima é a soja. É aqui que se encontra uma das maiores empresas de todo o Estado do Paraná, esmagando a soja e produzindo não só óleo em bruto como também, óleo refinado. Este setor é caracterizado por um elevado grau de utilização de capital e de tecnologia moderna, possuindo assim, uma alto índice de produtividade do trabalho. Atualmente, no Estado, são essas empresas vinculadas à soja que dominam a indústria paranaense no sentido de que possuem elevado valor adicionado, elevado índice de produtividade da mão-de-obra, elevado índice de remuneração do capital e reduzida relação entre juros e despesas bancárias e valor da transformação industrial, numa evidência da situação favorável em que essas empresas se encontram. É a seguinte a estrutura de mercado do ramo de refinação de óleo:

TABELA 3.2.(31) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE REFINAÇÃO E PREPARAÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS DESTINADAS À ALIMENTAÇÃO DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V. A. do ramo
Pequenas	7	37,29	6	21,12
Médias	1	23,02	1	11,60
Grandes	1	39,69	1	67,28
T O T A L	9	100,00	8	100,00

Embora possa haver algum defeito de amostragem, o que a tabela demonstra é que a concentração da produção se dá sob todos os aspectos. Há concentração no sentido de que existe um menor número de empresas no ramo, de um ano para outro; há concentração no sentido de que existe apenas uma média empresa e uma grande empresa; e há concentração no sentido de que as pequenas e as médias empresas perdem participação na produção para a grande empresa. Sendo este um dos ramos mais importantes da indústria, a grande empresa do ramo de refinação de óleo, é uma das maiores empresas (mais precisamente foi a 4.^a maior empresa, em 1975) em relação ao valor adicionado.

Para encerrar o detalhamento da Indústria de Produtos Alimentares, resta apenas apresentar o ramo de fabricação de ração balanceadas de alimentos preparados para animais que têm apresentado nesta década um comportamento relativamente estável. Como demonstra o quadro abaixo, a média e a grande empresa aumentam sua importância em detrimento da pequena empresa. Entretanto de 1973 para 1975 o acesso ao estrato de média e de grande empresa não foi obstado, pois o número de empresas nessas classificações aumenta nesses anos; inclusive, sendo responsáveis pela maior participação desses no mercado.

TABELA 3.2.(32) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE RAÇÃO BALANCEADAS E ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	13	27,43	10	8,96
Médias	1	12,93	6	24,57
Grandes	2	59,64	3	66,47
T O T A L	16	100,00	19	100,00

Deve-se ainda observar que algumas das empresas aqui classificadas também participam de outra atividade tal qual a refinação de óleo, de onde sai o farelo de soja utilizado nas rações para animais. Dessa forma, o poder dessas empresas aqui se encontra subestimado.

Como já mencionado, pode-se ver que a indústria de produtos alimentares produz alguns bens finais, mas a maior parcela de seu valor é proveniente de atividades que produzem insumos para essa mesma indústria alimentar mas, que nem sempre se encontra localizada no próprio Estado do Paraná. Isso leva também a pensar no poder de compra que as empresas finais possuem em relação a estas. A princípio, o problema talvez nem se coloque, pois as empresas aqui instaladas produzem alguns insumos para suas próprias unidades de produção final.

Outra indústria do Paraná é a de Bebidas, compostas, basicamente por dois ramos: o de produção de cervejas e chopes e o de produção de bebidas não alcoólicas. Entretanto, as informações desses setores de confundem e às vezes aparecem com todo o valor registrado em um ou outro ramo quando as empresas participam das duas atividades. A tabela 3.2.(33) detalha a composição da indústria de bebidas no período de 1972/75:

TABELA 3.2.(33) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
27.30	Fabricação de Cervejas, Chopes e Malte	2,09	1,59	1,30	1,14
27.41	Fabricação de bebidas alcoólicas não	0,79	0,82	0,79	0,77
27.00	Indústria de Bebidas	3,08	2,58	2,29	2,11

FONTE: IPARDES

A participação de cervejas, chopes e malte é responsável por mais de 50% do valor adicionado de toda a indústria. A seguir apresenta-se a estrutura desse mercado, embora algumas dessas empresas sejam apenas uma unidade de produção de grandes empresas que dominam o mercado nacional e possuam outras plantas em todo o Brasil:

TABELA 3.2.(34) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE CERVEJAS, CHOPEIS E MALTE DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	2	27,71	2	42,05
Médias	-	-	-	-
Grandes	1	72,29	1	57,95
T O T A L	3	100,00	3	100,00

Poucos comentários acrescentam algo ao que os dados estão afirmando. A concentração da produção é elevada existindo apenas três empresas no mercado, obviamente, uma delas é grande empresa ficando as demais classificadas como pequenas. Entretanto, entre os dois anos analisados vê-se que as duas pequenas se aproximam da grande, reduzindo as disparidades do ramo. Todavia como estas empresas são apenas unidades de produção de uma cadeia espalhada pelo Brasil, a análise dessas informações por si só, fica prejudicada.

No caso de bebidas não alcoólicas o número de empresas existentes é bem maior com predominância de pequenas empresas, como não poderia deixar de ser.

TABELA 3.2.(35) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	37	12,13	43	10,11
Médias	7	42,67	10	60,46
Grandes	2	45,20	1	29,43
T O T A L	46	100,00	54	100,00

A participação da média empresa no mercado é crescente, enquanto que as pequenas e grandes empresas perdem participação. Do lado das pequenas realmente é uma perda, pois além disso o número de empresas nesse estrato é maior em 1975. Do lado da grande empresa não pode ser encarado como perda, pois em 1975

a grande empresa era apenas uma, isolando-se na liderança. Como já foi dito, essa conclusão pode ser aparente pois a indústria de bebidas se confunde como em todo, sendo difícil a sua divisão por ramos de atividade.

A indústria de fumo, por sua vez é composta também por dois ramos de atividade: preparação de fumo e fabricação de cigarros. Até 1975 aqui no Paraná só existia o primeiro que era dominado totalmente por apenas uma empresa, embora existisse outra empresa no Ramo. Em 1975 aparece também uma empresa de fabricação de cigarros que contribuiu com 0,36% do valor adicionado do setor secundário em 1975, enquanto a participação do ramo de preparação de fumo foi 0,99%, perfazendo uma participação total da indústria de fumo, de 1,35%.

Pois bem, em 1975, em toda a indústria de fumo existiam três empresas. No ramo de preparação de fumo, existiam duas sendo que a maior delas gerava 99,26% do valor adicionado do ramo. Essa empresa também está entre as 16 grandes empresas da indústria do Paraná. No outro ramo, o de fabricação de cigarros, havia apenas uma empresa.

Por fim, resta a Indústria de Editorial e Gráfica, que praticamente se resume na impressão de material escolar, material para usos industrial e comercial, para propaganda e outros fins. As tabelas seguintes demonstram a sua evolução e estrutura de mercado, respectivamente:

TABELA 3.2.(36) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE EDITORIAL E GRÁFICA, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

Código de Atividade	SETORES INDUSTRIAIS	em %			
		1972	1973	1974	1975
29.20	Impressão de Material escolar, material para usos industrial comercial, para propaganda e outros fins	1,00	0,95	1,14	0,86
29.00	Indústria de Editorial e Gráfica	1,24	1,30	1,43	1,16

FONTE: IPARDES

TABELA 3.2.(37) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE IMPRESSÃO DE MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL PARA USOS INDUSTRIAL E COMERCIAL PARA PROPAGANDA E OUTROS FINS DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	147	20,94	190	24,06
Médias	34	48,54	41	54,02
Grandes	1	30,52	1	21,92
T O T A L	182	100,00	232	100,00

A tabela demonstra que este setor se encontra com elevada quantidade de médias e principalmente pequenas empresas segundo as informações, neste ramo de atividade observa-se uma tendência ao fortalecimento dessas empresas demonstrando possuir uma estrutura de mercado não rígida, sendo acessível a condição de média empresa, embora ainda exista apenas uma grande.

Portanto, este também seria um setor a ser estudado sob o ponto de vista das condições de ser dominado por pequenas e médias empresas.

3.3 - ANÁLISE DO SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (D₃)

O D₃ é composto basicamente por industriais que produzem bens de consumo duráveis; bens intermediários utilizados na produção de duráveis e insumos destinados a indústria de construção civil.*

No Estado do Paraná em 1975, este departamento participa com 11,37% da geração de valor adicionado do setor secundário.

TABELA 3.3. (1) - PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS - PARANÁ

GÊNEROS	em %			
	1972	1973	1974	1975
Minerais não-Meláticos	6,05	5,15	5,30	6,82
Matérias Plásticas	1,54	1,50	2,46	2,04
Material Transporte	0,53	0,68	0,74	0,82
Eletro-Doméstico	0,99	0,93	0,79	0,77
Couros e Peles	0,56	0,55	0,44	0,47
Borracha	0,31	0,30	0,37	0,45
T O T A L	9,98	9,11	10,10	11,37

FONTE: IPARDES

* Não se considera aqui os insumos produzidos pelo ramo metalurgia para a indústria de Construção Civil, por dificuldade de desagregação. Como porém, a participação do ramo Metalurgia no Valor Adicionado foi em 1975 de 2,8%, e uma tentativa de desagregação que se efetua para se avaliar a participação de insumos que aparentemente se destinam a Indústria de Construção Civil alteraria em apenas 1% a geração de valor no D₃ em detrimento do D₁; manteve-se todo o ramo Metalurgia agregado no D₁.

A tabela revela a importância e respectiva evolução dos gêneros industriais que compõe o D_1 , segundo seu Valor Adicionado.

O gênero "Indústria de Minerais não-Metálicos" se destaca por gerar 59,98% de valor adicionado do D_3 e apresentou um crescimento em sua participação relativa na geração de renda do secundário de 6,05% em 1972 para 6,82% em 1975.

A evolução da produção de minerais não-metálicos é determinada pelo mercado consumidor, representado pela indústria da construção civil, uma vez que seus produtos são os principais insumos para a mesma.

Cabe destacar o papel desempenhado pelo governo tanto como demandante direto, através das obras do setor público, como através dos estímulos à indústria de construção civil fornecidos pelo "Sistema Financeiro da Habitação" (ver apêndice A).

TABELA 3.3.(2)-PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	em %			
		1972	1973	1974	1975
10.50	Fabricação de cimento	2,31	2,00	1,77	2,48
10.40	Fab.de material cerâmica	1,85	1,36	1,33	1,57
10.60	Fab.peças e estruturas, ges- sos, amianto	0,59	0,46	0,51	0,98
10.30	Fab.telhas, tijolos, art. barro cozido	0,65	0,64	0,76	0,75
10.20	Fabricação de cal	0,31	0,40	0,57	0,61
10.70	Fab.e elaboração de vidro e cristal	0,17	0,11	0,11	0,13
10.10	Aparelhamento de pedras p/ construção	0,08	0,08	0,12	0,11
10.99	Fab.e elaboração de outros produtos minerais não-me- tálicos	0,07	0,06	0,06	0,07
10.11	Britamento de pedras	0,01	0,03	0,04	0,06
10.80	Benef.e preparação de mi- nerais não-metálicos	0,01	0,01	0,03	0,06
10	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	6,05	5,15	5,30	6,82

FONTE: IPARDES

Dentre os ramos de atividade do gênero Minerais não-metálicos, o que se dedica a "Fabricação de Cimento" contribui com 2,48% do valor adicionado do setor secundário no Paraná, em 1975.

O setor contava em 1975, com duas empresas (ver tabela 3.3.(4)), uma grande e uma média. Estas unidades de produção do ramo cimenteiro pertencem ao mesmo grupo, e lideram o setor, sendo responsáveis pelo total de valor adicionado gerado pelo ramo.

A grande expressão que possui este grupo econômico no Estado, fica comprovada ao se verificar que suas duas empresas figuram entre as dezesseis maiores empresas do setor secundário, em 1975, em termos de participação na geração de valor adicionado (a primeira em 6º lugar e a segunda em 11º).

Dentro do setor cimenteiro nacional, a região Sul possui características específicas participando com 11% do total de cimento produzido no País; o Paraná em particular, participa com 53% do total produzido na região Sul, segundo dados de 1975.²⁰

A tendência no Estado é de que continue sua expansão devido a localização de suas jazidas, próximos ao parque produtor, com possibilidades, a médio prazo, de ampliação de sua capacidade instalada, por possuir reservas de calcário identificadas, de alta qualidade - baixo teor de magnésio e sílica, próprias à produção de cimento porthand.²¹

O mercado consumidor apresenta-se favorável pois o Paraná abastece os estados do Sul, principalmente Rio Grande do Sul grande consumidor e com pouca oferta interna, e São Paulo que apesar de produtor possui demanda superior à sua oferta.

Confirmam ainda a tendência apresentada, as obras do setor público no Paraná, principalmente as usinas hidrelétricas, grandes demandantes de cimento em particular, e em geral dos

²⁰ SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Expansão da Indústria cimenteira no Paraná. p. 20

²¹ SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, p.20

minerais não-metálicos. As obras em construção ou em vias de implantação como Foz do Areia, Salto Santiago e Itaipu irão demandar grandes quantidades de cimento.

Dentre os minerais não-metálicos, o ramo seguinte em expressão, o de "Fabricação de Material Cerâmico" (10.40), contribui com 1,57% do valor adicionado do setor secundário em 1975. Este ramo possui uma grande empresa, figurando como oitava, entre as dezesseis maiores do secundário paranaense, que em 1975 respondia por 69,85% do Valor Adicionado gerado pelo ramo. Esta empresa tem como principal produto azulejo, insumo da construção civil.

A média empresa gera 19,71% do Valor Adicionado do ramo e se dedica a produção de louças; os restantes 10,44% do valor adicionado do ramo são gerados por 34 estabelecimentos que produzem louças e azulejos em pequena escala. Sua estrutura de mercado, durante o período observado passou pelas seguintes mudanças:

TABELA 3.3. (3)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MATERIAL CERÂMICO - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	22	10,92	34	10,44
Médias	1	24,62	1	19,71
Grandes	1	64,46	1	69,85
T O T A L	24	100,00	36	100,00

Em 1973 as 22 pequenas empresas participavam com 10,92%

na geração de valor adicionado do ramo, e em 1975 aumentaram para 34 empresas e diminuíram sua participação para 10,44%; a média empresa em 1973 participava com 24,62%, diminuindo sua participação para 19,71% em 1975; a perda de participação das pequenas e das médias se deu em favor da grande empresa que de 64,46% em 1973, passou para 69,85% em 1975. Como ocorre com a maioria dos gêneros a tendência se verifica na concentração da participação em torno das grandes empresas, restando para as médias e pequenas parcela cada vez menor, em termos relativos na geração de valor adicionado.

Os outros 8 ramos de atividade dos minerais não-metálicos possuem um grande número de estabelecimentos industriais que produzem: cal, telhas, tijolos, peças e estruturas de cimento, gesso, e amianto; aparelhamento e britamento de pedras; e preparação de minerais não-metálicos. Pelo número de unidades existentes nestes oito ramos, que é de 1.137, e pelo valor adicionado gerado pelas mesmas, 2,77% em 1975, percebemos que com raras exceções, são indústrias pequenas, com capacidade de produção reduzida.

TABELA 3.3. (4) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE MINE-
RAIS NÃO-METÁLICOS, NO VALOR ADICIONADO, DO SE-
TOR SECUNDÁRIO, E NÚMERO DE EMPRESAS POR RAMO
DE ATIVIDADE - PARANÁ - 1975.

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	% V.A. Setor Secundário	gran-des	% V.A. Ramo	mé-dias	% V.A. Ramo	Peque-nas	% V.A. Ramo	TOTAL em-presas
10.50	Fabricação de cimento	2,48	1	60,33	1	39,67	-	-	2
10.40	Fabricação de material cerâmica	1,57	1	69,85	1	19,71	34	10,44	36
	SUBTOTAL	4,05	2	-	2	-	34	-	38
10.60	Fab. peças, Estrutura de cimento, gesso amianto	0,98	2	41,19	20	46,71	156	12,10	178
10.30	Fab. telhas, tijolos, artigos barro cozido	0,75	14	25,19	160	-	648	-	822
10.20	Fab. de cal	0,61	3	45,34	7	25,34	39	29,32	49
10.70	Fab. e elaboração de vidro e cristal	0,13	1	52,58	1	24,85	4	22,57	6
10.10	Aparelhamento pedras p/construção	0,11	2	40,73	8	42,64	26	16,63	36
10.99	Fab. elaboração outros prod. minerais não-metálicos	0,07	2	45,36	4	35,80	16	18,44	22
10.80	Benef. e prep. minerais não-metálicos	0,06	1	42,64	2	48,45	3	8,91	6
10.11	Britamento de pedras	0,06	2	56,11	4	33,18	12	10,71	18
	SUBTOTAL	2,77	27		206		904		1.137
	TOTAL	6,82	29		208		938		1.175

FONTE: IPARDES

O gênero seguinte em importância neste departamento, a

"Indústria de Matérias Plásticas", contribui com 2,04% do valor adicionado do secundário em 1975, assim distribuído entre os ramos de atividade:

TABELA 3.3.(5) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO DO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	EM %			
		1972	1973	1974	1975
23.50	Artigos de Mat. Plást.embalagens e acondicionamento	0,70	0,77	1,62	1,07
23.99	Fab.de outros art.de Matérias Plásticas	0,37	0,28	0,36	0,38
23.20	Fab.art.de mat.plásticas para uso industrial	0,08	0,11	0,24	0,33
23.30	Fab.art.de mat.plástica uso doméstico	0,19	0,16	0,11	0,12
23.10	Fab.de laminados plásticos	0,13	0,12	0,06	0,06
23.40	Fab.de móveis moldados de mat. plásticas	0,07	0,05	0,05	0,05
23.60	Fab.de manilhas,tubos, conexões de mat. plásticas	0	0,01	0,02	0,03
23	IND.DE PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	1,54	1,50	2,46	2,04

FONTE: IPARDES

O ramo que mais se destaca, e que apresentou maior crescimento na contribuição do valor adicionado do gênero, "Fabricação de artigos de matérias plásticas para embalagens e acondicionamento" (23.50), possui um total de 22 empresas no ano de 1975 e apresenta a seguinte mudança em sua estrutura de mercado produtor:

TABELA 3.3.(6) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO - FABRICAÇÃO DE ART. DE MATÉRIAS PLÁSTICAS PARA EMBALAGENS E ACONDICIONAMENTO - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	12	13,68	17	19,19
Médias	3	25,89	3	29,25
Grandes	2	60,43	2	51,56
T O T A L	17	100,00	22	100,00

A mudança revela perda de participação relativa das grandes empresas e permanência em seu número; pequeno aumento na participação das médias, com o mesmo número de empresas; nas pequenas houve aumento em seu número e na participação. Observa-se portanto, ligeira tendência a uma maior participação das pequenas empresas.

O ramo seguinte, "Fabricação de Outros Artigos de Matérias Plásticas" (23.99), engloba todas as empresas que não se enquadram nas atividades mais específicas. É um ramo de difícil análise, uma vez que, seus produtos não podem ser especificados.

Este ramo possui um total de 32 empresas, sendo a maior delas responsável por 53,12% do V.A. do ramo, possui grande diversidade em sua linha de produção. Sua estrutura de mercado, durante o período observado, 1973/75, não apresentou mudanças significativas.

Dos ramos do gênero da indústria de matérias plásticas, o ramo "fabricação de artigos de matérias plásticas para uso industrial" (23.20), juntamente com o de "Fabricação de artigos de matérias plásticas para embalagens e acondicionamento" (23.50), foram os que apresentaram maior crescimento em sua contribuição no valor adicionado do secundário.

A estrutura de mercado durante o período observado, apresentou as seguintes modificações:

TABELA 3.3. (7)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS PARA USO INDUSTRIAL DO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	3	16,64	7	11,30
Médias	-	-	1	25,40
Grandes	1	83,36	1	63,30
T O T A L	4	100,00	9	100,00

Com entrada de uma média empresa no ramo, verificou-se perda de participação da grande, e mesmo das pequenas, apesar da entrada de novas empresas.

Os três ramos seguintes, "Fabricação de Artigos de matérias plásticas para uso doméstico" (23.30) "Fabricação de laminados plásticos" (23.10) e "Fabricação de móveis moldados de matérias plásticas" (23.40), não acompanharam o desenvolvimento

médio do setor secundário em termos de geração de valor adicionado.

O último ramo em geração de V.A. do gênero industrial de matérias plásticas, é o que se dedica a "Fabricação de manilhas, tubos, conexões de matérias plásticas" (23.60), que contribuiu em 1975 com 0,03% de valor adicionado.

Sua ligação com a indústria de construção civil é direta e sua evolução não chega a ser especial, porque todos os ramos ligados a construção civil com pequenas flutuações, mantiveram ou aumentaram sua participação no valor adicionado.

A estrutura de mercado deste ramo apresentou a seguinte variação:

TABELA 3.3. (8) - NÚMERO DE EMPRESA DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MANILHAS, TUBOS, CONEXÕES DE MATÉRIAS PLÁSTICAS DO PARANÁ.

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	-	-	1	11,71
Médias	-	-	-	-
Grandes	1	100,00	1	88,29
T O T A L	1	100,00	2	100,00

A estrutura se manteve mesmo com a entrada de uma pequena empresa que não afetou de modo significativo o domínio do

mercado exercido pela grande empresa.

O gênero "Indústria de Material de Transporte se coloca em terceiro lugar na composição do D_3 estadual, gerando somente 0,82% de valor adicionado em 1975.

O fraco desempenho deste setor no Estado, não chega a ser estranho, por ser o setor de material de transporte espacialmente concentrado na região de São Paulo.

No Paraná o setor se resume em um pequeno número de indústrias que se dedicam à fabricação de peças e acessórios para veículos; recondicionamento ou recuperação de motores; fabricação de carrocerias; e uma fábrica de motocicletas.

Com exceção da indústria de motocicletas, a indústria local de material de transporte produz peças auxiliares, consumidas não na fabricação de veículos, mas sim como material de reposição ou complementar (acessórios).

Este panorama tende a mudar, a curto prazo, com a entrada em operação de uma empresa de porte internacional, que está em fase de implantação na cidade industrial, em Curitiba. Esta empresa voltada para a produção de "Transporte pesado" tem o início de sua produção previsto para outubro de 1979.

TABELA 3.3.(9) - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO NO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	1972	1973	1974	1975
14.33	Fab. peças e acessórios p/veículos automotores	0,21	0,28	0,34	0,31
14.40	Fab.de carrocerias p/veículos automotores	0,15	0,26	0,23	0,21
14.50	Fab.bicicletas, triciclos motorizados ou não	0,01	0,01	0,01	0,13
14.34	Recondicionamento ou recuperação motores	0,12	0,09	0,11	0,12
14.90	Fab.de estofados e capas p/veículos	0,02	0,02	0,02	0,02
14.11	Construção de embarcações, fab. de caldeiras, máquinas, turbinas, motores, marítimos	0,02	0,02	0,02	0,02
14.18	Fab.de outros veículos	0	0	0,01	0,01
14	IND.DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,53	0,68	0,74	0,82

FONTE: IPARDES

Do setor de material de transporte, somente três ramos merecem destaque em termos de contribuição no valor adicionado do secundário. O ramo de "Fabricação de peças e acessórios para veículos" (14.33), contribui em 1975 com 0,31% do valor adicionado, e possui um total de 23 empresas.

TABELA 3.3.(10) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS P/VEÍCULOS AUTOMOTORES NO PARANÁ.

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	16	20,05	14	14,10
Médias	6	43,14	5	34,40
Grandes	2	36,81	4	51,50
T O T A L	24	100,00	23	100,00

Durante o período observado, não houve entradas de empresas, ao contrário houve uma saída; o grupo grandes recebeu 2 empresas com aumento em sua participação; o grupo médios perderam uma empresa e teve decréscimo em sua participação, o pequenos diminuiu em número e em participação.

O ramo seguinte "Fabricação de carrocerias para veículos automotores" (14.40), aumentou sua participação na geração de valor adicionado de 0,15% em 1972 para 0,21% e o número de empresas passou de 67 em 1973 para 87 em 1975.

TABELA 3.3.(11)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO - FABRICAÇÃO DE CARRO-
CERIAS P/VEÍCULOS AUTOMOTORES - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	60	29,92	66	23,36
Médias	5	27,24	17	33,99
Grandes	2	42,84	4	42,65
T O T A L	67	100,00	87	100,00

Com a entrada de 20 novas empresas, o ramo sofreu as seguintes modificações em sua estrutura de mercado: as pequenas aumentaram de 60, com uma participação de 29,92% em 1973, para 66 e sua participação caiu para 23,36%, em 1975; as médias de 5 com 27,24% de participação para 17 com 33,99% de participação; as grandes de 2 com 42,84% de participação para 4 com 42,65%. Tanto as grandes como as pequenas aumentaram em número, mas perderam participação; somente o estrato médios, que recebeu o

maior número de empresas, teve sua participação acrescida.

O ramo que se dedica a produção de "Bicicletas e triciclos motorizados ou não", teve um aumento em sua participação relativa de 0,01% em 1972 para 0,13% em 1975. O ramo contou durante este período com a entrada de somente uma pequena empresa, mas que teve o poder de quase dobrar a participação das pequenas na geração de valor adicionado do ramo, e diminuir a participação da grande.

TABELA 3.3. (12)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE BICICLETAS, TRICICLOS, MOTORIZADOS OU NÃO - PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	2	4,95	3	8,12
Médias	-	-	-	-
Grandes	1	95,05	1	91,88
T O T A L	3	100,00	4	100,00

Entretanto, a descontinuidade entre a grande e as pequenas se mantém elevada, mantendo a liderança do ramo em poder da grande empresa.

O setor de "Eletro-Domésticos" no Paraná, é constituído pelos ramos de atividade "Fabricação de máquinas e aparelhos para uso doméstico" (código 12.54), e "Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico" (13.51). São ramos integrantes do gênero, indústria mecânica (12), e indústria de material elé-

trico (13), gêneros estes, enquadrados no departamento produtor de bens de capital, que foram desmembrados de seus respectivos gêneros e integrados neste departamento 3, por suas características de bens de consumo durável.

TABELA 3.3. (13)-COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE ELÉTRO-DOMÉSTICO NO VALOR ADICIONADO DO SECUNDÁRIO NO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	em %			
		1972	1973	1974	1975
12.54	Fab.de máquinas e aparelhos, p/uso domésticos, equipados ou não com motor elétrico - máquina de costura, refrigeradores, maq. de lavar e secar roupa.	0,74	0,65	0,58	0,56
13.51	Fab.de aparelhos elétricos p/uso doméstico e pessoal, peças e acessórios - exclusive os constantes do item 12.54	0,25	0,28	0,21	0,21
TOTAL	SETOR ELETRO DOMÉSTICO	0,99	0,93	0,79	0,77

FONTE: IPARDES

Este setor é produtor típico de duráveis para uso doméstico, e como ocorreu com os ramos anteriores que produzem bens para uso doméstico "fabricação de artigos de matérias plásticas para uso doméstico" (23.30) e "Fabricação de Móveis moldados de matérias plásticas" (23.40), tiveram queda na sua participação relativa na geração de valor adicionado do secundário.

O setor de eletro domésticos que, em 1972, participava com 0,99% do valor adicionado do secundário, caiu em 1975 para 0,77%.

A liderança de mercado durante o período 1973/1975, permaneceu inalterada, com 1 grande empresa, responsável por mais de 90% do valor adicionado do ramo.

TABELA 3.3. (14)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS PARA USO DOMÉSTICO, NO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	2	3,54	6	3,45
Médias	-	-	-	-
Grandes	1	96,46	1	96,55
T O T A L	3	100,00	7	100,00

Verifica-se que a entrada de quatro pequenas empresas no ramo, não foi suficiente para alterar o domínio do mercado, que permaneceu com a grande empresa, responsável por 96,55% da geração de valor adicionado em 1975. Esta empresa tem como principais produtos, refrigeradores, aquecedores, estufas e fogões de cozinhas, e parte de sua produção dirige-se para o mercado nacional.

O ramo seguinte, "Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico" (13.51) teve um decréscimo em sua participação relativa no valor adicionado do secundário de 0,25% em 1972 para 0,21% em 1975, sua estrutura de mercado permaneceu inalterada com 1 grande empresa contribuindo com 84,60% do valor adicionado do ramo e 3 pequenas com 5,40%, em 1975.

O gênero "Indústria de couros, peles e similares", é um setor que apresenta sinais de decadência em quase todo o território nacional, com exceção do Rio Grande do Sul. Na indústria de transformação paranaense o setor apresentou perda gradativa em sua participação relativa na geração de valor adicionado.

TABELA 3.3. (15)-PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE COUROS, PELES E SIMILARES, NO VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO NO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	1972	1973	1974	1975
19.10	Curtimento e outras preparações de couros e peles - inclusive subprodutos	0,33	0,26	0,19	0,23
19.30	Fabricação de malas, valises e outros artigos para viagem	0,22	0,28	0,24	0,22
19.99	Fab.de outros artefatos de couros e peles - exclusive calçados e vestuário.	0,01	0,01	0,02	0,02
19	IND.DE COUROS,PELES E SIMILARES	0,56	0,55	0,44	0,47

FONTE: IPARDES

A indústria de couros e peles é altamente dependente da pecuária.

No caso paranaense. apesar da pecuária ser relativamente desenvolvida no Estado, alguns fatores específicos são causadores de deficiências na oferta de insumos para o ramo:

- existe grande evasão do gado em pé, principalmente para São Paulo;
- o couro cru apresenta baixa qualidade;

- o setor pecuário se caracteriza pelo pouco aproveitamento de subprodutos.

A indústria local de couros e peles terá condições de crescimento à medida que as deficiências acima descritas, sejam sanadas.

Dos ramos de atividade constantes do gênero, o maior responsável pela perda de participação desse setor em relação ao secundário, foi o de "Curtimento e outras preparações de couros e peles" (19.10).

Justamente é um ramo cuja atividade é vital para os outros dois ramos, ou seja, da curtição e preparação do couro e peles, dependem os outros dois ramos que dão continuidade à elaboração do produto, até se tornar um bem de consumo final.

No Estado, o ramo de curtimento e preparação de couros e peles não só perdeu participação relativa em termos de secundário como também a estrutura do mercado produtor, provocou a expulsão de duas empresas deste ramo.

TABELA 3.3. (16) - NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COUROS E PELES - INCLUSIVE SUBPRODUTOS NO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	22	7,66	19	7,16
Médias	2	34,47	3	44,39
Grandes	1	57,87	1	48,45
T O T A L	25	100,00	23	100,00

Pode-se observar que a grande empresa manteve sua liderança, apesar de sua contribuição na geração de Valor Adicionado do ramo ter declinado, nas médias ocorreu a entrada de uma nova empresa, e sua participação cresceu de 34,47% em 1973 para 44,39% em 1975. As pequenas que eram 22 em 1973 com 7,66% de participação, caíram para 19 e sua participação reduziu-se para 7,16%.

O ramo de "fabricação de malas, valises e outros artigos para viagem" (19.30), com algumas flutuações, manteve sua participação relativa no valor adicionado do setor secundário, durante o período de 1972/75.

Este ramo conta com uma grande empresa, responsável em 1975 por 69,44% do valor adicionado do ramo, que produz artigos para viagens, acessórios para vestuário e parte de sua produção dirige-se para o mercado nacional e internacional.

A estrutura de mercado do ramo apresentou as seguintes mudanças:

TABELA 3.3. (17)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MALAS, VALISES E OUTROS ARTIGOS PARA VIAGEM NO PARANÁ.

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	5	31,07	8	10,61
Médias	-	-	1	19,95
Grandes	1	68,93	1	69,44
T O T A L	6	100,00	10	100,00

Pode-se observar que com a passagem de uma pequena para média empresa, a participação das pequenas que era de 31,07% em 1973, com um número de 5 empresas, caiu para 10,61% em 1975, apesar de ter seu número aumentado para 8 empresas. A grande empresa que em 1973 participava com 68,93%, aumentou sua participação para 69,44% em 1975. A participação da média empresa em 1975, foi de 19,95%.

O ramo que produz, "outros artefatos de couros e peles" (19.99), pela vasta gama de produtos que inclui, não requer uma análise em termos de nosso estudo.

O gênero "Indústria da Borracha", no Paraná, apresentou pequeno aumento em sua participação relativa no setor secundário, durante o período, de 0,31% em 1972 para 0,45% em 1975.

O gênero conta com três ramos de atividades, entretanto um deles é responsável por 77,77% da renda gerada pelo gênero em 1975.

TABELA 3.3. (18)-PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA INDÚSTRIA DA BORRACHA NO PARANÁ

CÓDIGO	RAMO DE ATIVIDADE	1972	1973	1974	1975
18.21	Fab.pneumáticos, câmaras de ar e material p/recondicionamento de pneumáticos	0,22	0,19	0,27	0,35
18.23	Recondicionamento de pneumáticos	0,08	0,09	0,09	0,08
18.99	Fab.de outros artigos de borrachas e espuma de borracha	0,01	0,02	0,01	0,02
18	INDÚSTRIA DE BORRACHA	0,31	0,30	0,37	0,45

FONTE: IPARDES.

Dos ramos do gênero, indústria da borracha, o mais significativo é o que se dedica a "Fabricação de pneumáticos e câmaras de ar" (18.21), o ramo conta com somente 1 empresa, responsável por 100,00% do valor adicionado gerado pelo ramo, e não sofreu alterações em sua estrutura de mercado durante o período observado, 1973/1975. A empresa desse ramo tem como principal produto, câmaras de ar; produz também borracha para vulcanização, aventais para raio X, protetores, cones sinalizados, etc.

O ramo que se dedica a recondicionamento de pneumáticos (18.23), possui em 1975, 45 empresas, e apresentou a seguinte evolução em sua estrutura de mercado:

TABELA 3.3. (19)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO DE RECONDICIONAMENTO DE PNEUMÁTICOS NO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	27	19,02	32	18,13
Médias	5	24,94	10	44,43
Grandes	6	56,04	3	37,44
T O T A L	38	100,00	45	100,00

Durante este período, o ramo recebeu a entrada de 7 empresas, o que alterou sua estrutura de mercado, em favor das grandes e médias empresas. As grandes que eram em número de 6 com 56,04% de participação em 1973, diminuíram para 3 e sua participação para 37,44%; as médias de 5 com 24,94% de parti-

cipação em 1973, aumentaram para 10 e sua participação para 44,43% em 1975; as pequenas eram 27 com 19,02% de participação em 1973; passaram a 32 com 18,13% em 1975.

O aumento no número de médias empresas foi proporcional ao aumento em sua participação; já nas pequenas o efeito foi inverso, entraram novas empresas, mas houve perda na participação da geração de valor adicionado do ramo. As grandes diminuíram em número e em participação, porém ainda se conserva elevado.

O ramo produtor de "Outros artigos de borracha e de espuma de borracha", teve seu mercado do produtor alterado, na seguinte medida:

TABELA 3.3. (20)-NÚMERO DE EMPRESAS DO RAMO, OUTROS ARTIGOS DE BORRACHA E ESPUMA DE BORRACHA NO PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	8	33,48	9	6,42
Médias	1	10,34	7	49,27
Grandes	3	56,18	2	44,31
T O T A L	12	100,00	18	100,00

Com a entrada de 6 novas empresas, as já existentes passaram por uma realocação. De 3 grandes em 1973 que participavam com 56,18%, contava-se com duas com 44,31% em 1975; em 1973 existia 1 média participando com 10,34% enquanto que em

1975 existem 7 com 49,27%; as 8 pequenas participam com 33,48% em 1973, aumentam para 9 em 1975 e sua participação cai para 6,42%. A transformação se deu concentrando a participação entre as 2 grandes, e as 7 médias, restando para as pequenas empresas o mínimo de participação, apesar de entrada de novas empresas.

4 - CONCLUSÕES

A indústria do Paraná é constituída, basicamente, por indústrias de bens de consumo não duráveis encontrando-se assim, vinculada diretamente aos produtos agrícolas. Entretanto, nos últimos anos, evidencia-se uma alteração fundamental dessa composição.

Utilizando-se da classificação industrial realizada no transcorrer desse trabalho, pode-se concluir que:

- o D_2 (indústrias de bens de consumo não duráveis) ainda predomina no Estado do Paraná, produzindo produtos finais e insumos para o próprio D_2 . Predomina no sentido de que esse agrupamento de indústrias é responsável pela maior parte da renda gerada pelo setor secundário no Paraná (75,78% em 1975).

- o D_1 (indústrias de produção de bens de produção) tem demonstrado a melhor evolução nos últimos anos (de 5,45% em 1972 para 11,22% em 1975). Em termos de tendência, o D_1 tende a predominar na composição industrial paranaense, pois tem apresentado as maiores taxas de crescimento de sua renda gerada.

- o D_3 (indústrias de produção de bens de consumo duráveis) tem apresentado um crescimento acima da média mas, não

chega a ser comparável com o desempenho do D_1 . O D_3 era responsável em 1975 por 11,37% do Valor Adicionado do Setor Secundário.

O D_1 se encontra vinculado de uma forma ou de outra ao setor governo e ao avanço do capitalismo na agricultura. A sua relação com o governo se dá principalmente no setor de material elétrico e de comunicações. O Estado do Paraná é um dos estados mais bem dotado de telecomunicações tornando-se, assim, o principal cliente da indústria de material elétrico. Com a agricultura, o D_1 mantém relações de fornecedor de insumos modernos para a agricultura. Neste caso, sobressaem a indústria mecânica (basicamente máquinas agrícolas) e a agroquímica (indústria de adubos e fertilizantes).

Por outro lado, o D_3 que também apresentou crescimento acima da média no período 72/75, é composto basicamente pela indústria de minerais não-metálicos que fornece produtos (principalmente cimento, tijolos, telhas e material cerâmico), para a construção civil. Sendo esse setor dos mais dinâmicos na última fase expansiva da economia brasileira, explica-se o desempenho desse setor pelo dinamismo da construção civil que atinge seu ápice em 1976, no Paraná.

Quanto à estrutura de mercado dos diversos ramos conclui-se que a estrutura encontrada é do tipo oligopólico. A característica dessa estrutura é a dominação do mercado por um número reduzido de empresas que, conseqüentemente, tem poder de determinação de preço. Essa estrutura de mercado é encontrada em todos os países capitalistas e pode-se dizer que é a estrutu-

ra de mercado natural, inerente ao sistema capitalista que leva a uma concentração da renda não só nas mãos dos empresários como também, nas mãos de poucas empresas, as chamadas grandes empresas.

A concentração da produção aumenta de modo relativo, pois entre 1973 a 1975 houve um aumento da participação das grandes empresas no valor adicionado dos principais ramos industriais. Por outro lado, não se notou um aumento da concentração em termos absolutos, isto é, eliminação de pequenas e médias empresas permitindo uma ampliação das grandes empresas. As grandes empresas crescem mais do que as pequenas e médias (aumento de concentração relativa) sem que estas sejam eliminadas (concentração absoluta).

É inegável o fato de que na década dos 70 a Indústria Paranaense teve um desempenho significativo.²² Muitos acreditam que o Paraná está atravessando um processo de Industrialização que o libertará de sua herança agrária, responsável pela reduzida participação do Estado na Renda Nacional. Além disto, a Industrialização, além de gerar renda, criaria empregos absorvendo a força de trabalho liberada pela modernização da Agricultura. Em suma, a Industrialização seria a solução para o problema da geração de renda e emprego no Estado do Paraná.

Inicialmente, deve-se notar que o crescimento da renda industrial paranaense não se deve à "Industrialização" do Estado mas ao "Crescimento Industrial" no período recente. Em outras palavras, houve um "Crescimento Industrial" (surgimento de

²² Cf. Tabela 4.(1)

TABELA 4.(1) - RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES, E SUAS RESPECTIVAS TAXAS DE CRESCIMENTO

Em Cr\$ 10³ de 1975.

ANOS	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	Valor	Taxa de Cresc.	Valor	Taxa de Cresc.	Valor	Taxa de Cresc.	Valor	Taxa de Cresc.
1970	8.057.028	-	3.962.034	-	13.020.155	-	25.039.217	-
1971	12.099.541	50,17	4.520.041	14,08	15.244.033	17,08	31.863.615	27,25
1972	11.323.997	-6,41	6.018.959	33,16	18.082.342	18,62	35.425.298	11,18
1973	9.352.775	-17,41	7.361.102	22,30	22.163.552	22,57	38.877.429	9,74
1974	13.232.130	41,48	8.410.811	14,26	25.540.150	15,23	47.183.091	21,36
1975	13.899.860	5,05	9.458.930	12,46	29.565.404	15,76	52.924.194	12,17
1976	11.704.490	-15,79	11.695.813	23,65	32.867.266	11,17	56.267.569	6,32
1977	12.094.863	3,34	13.819.201	18,16	33.985.392	3,40	59.899.456	6,45

FONTE: IPARDES, RENDA INTERNA DO PARANÁ.

várias empresas de quaisquer indústrias) e não um "Processo de Industrialização" (surgimento de várias indústrias integradas entre si e tendendo a ser auto-suficientes em termos de oferta e demanda interindustrial). O crescimento industrial que estava intimamente ligado ao crescimento agrícola (beneficiamento de produtos agrícolas) tende a assumir uma independência crescente (e desintegrada em termos interindustriais) com relação à Estrutura de Produção Agrícola. Surgem empresas que não demandam insumos agrícolas para efetivar sua produção. Em termos da classificação utilizada neste estudo, o Departamento 2 (bens de consumo não duráveis) perde sua importância relativa na Estrutura Industrial a favor do Departamento 1 (bens de produção). É necessário frisar que o crescimento do D_1 não se dá através de uma integração interindustrial. Pode ocorrer uma integração interempresas, em torno de uma grande empresa multinacional, por exemplo, o que não configura um processo de Industrialização.

Estas observações são fundamentais para se avaliar o potencial de crescimento industrial do Estado. Pensar em reproduzir a Industrialização Paulista dos anos 50 no Paraná dos anos 80, significa, no mínimo, descontar a importância da indústria localizada em São Paulo em termos de domínio do Mercado Nacional. Em outras palavras, é impossível montar no Estado do Paraná uma Estrutura Industrial integrada para concorrer a nível regional ou nacional com a Indústria já instalada no Estado de São Paulo. O que é possível, e que deve ser incentivado, é a atração de empresas de qualquer tipo de indústria para o Estado sem a preocupação de reproduzir estruturas já existentes no país.

Que tipo de empresas tendem a se instalar no Paraná?

Inicialmente, deve-se notar que as empresas paranaenses (de capitais paranaenses) tendem a ter uma importância econômica reduzida na medida em que se constituem de pequenos capitais em face às grandes empresas industriais que são geralmente empresas multinacionais com um poderio crescente e gigantesco. As possibilidades de surgimento de empresas paranaenses estão determinadas pela possibilidade de associação com as multinacionais. A estrutura industrial estadual tende a se efetivar através de empresas satélites em torno de uma grande empresa multinacional. As possibilidades de concorrência entre uma empresa paranaense e uma empresa multinacional são reduzidas pela fragilidade técnica e econômica daquela e pelo gigantismo em termos de poder econômico da multinacional.

Com relação ao grande capital nacional, geralmente de propriedade de empresários paulistas, verifica-se uma relutância em abandonar a região da Grande São Paulo. Acredita-se que nos próximos anos, a tendência é de uma interiorização do desenvolvimento industrial nos limites do Estado de São Paulo. As possibilidades de transferência de empresas paulistas para o resto do país (inclusive Paraná) são reduzidas em face às economias externas existentes no Estado de São Paulo.

Assim sendo, o principal promotor do crescimento industrial paranaense é, e tende a ser cada vez mais, a empresa multinacional. Muitos julgam que a empresa multinacional é um mal em si mesmo. Posições nacionalistas com relação à entrada de capital estrangeiro, na fase atual de integração mundial do capi-

talismo, através da internacionalização da Produção Industrial, são incompatíveis com os objetivos econômicos nacionais de qualquer Economia Capitalista. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico capitalista de qualquer país capitalista tem que ser efetuado nos quadros do Capitalismo Mundial, que ao nível da produção se efetiva pela expansão das chamadas empresas multinacionais.

Até a segunda Guerra Mundial os países capitalistas ditos "subdesenvolvidos" podiam se desenvolver através da importação de produtos industriais, sejam bens de consumo ou bens de produção. No pós-guerra a expansão das economias centrais se dá menos pelas exportações de produtos industriais e mais pelas exportações de capital na forma de investimentos diretos nos principais países do mundo capitalista (inclusive no Brasil). Contrariar esta característica fundamental da evolução do Capitalismo Mundial no pós-guerra significa a manutenção do "subdesenvolvimento". Em suma, os países capitalistas que adotarem posturas nacionalistas com relação ao Capital Estrangeiro sacrificarão suas possibilidades de participar como economias "desenvolvidas" (no sentido de integrarem as fronteiras de expansão do Capitalismo avançado) na Economia Mundial Capitalista.

Guardadas as devidas proporções, que por sinal são enormes, não é conveniente para qualquer Estado brasileiro, impedir a entrada de capital estrangeiro adotando posturas "nacionalistas". A Multinacional não é um mal em si. A instalação de uma empresa multinacional em qualquer região ou país não significa necessariamente uma "desnacionalização" da Economia. Por "desnacionalização" entende-se a perda de um mercado de qualquer in-

dústria nacional. O que, geralmente, ocorre é uma "internacionalização", no sentido de crescimento da Oferta Industrial em ramos onde inexistiam capitais nativos. Por exemplo, a instalação de uma empresa automobilística no Paraná não significa uma desnacionalização, na medida em que o mercado de automóveis não estava sendo preenchido por empresas paranaenses. Por outro lado, a eliminação de uma empresa produtora de alimentos, em decorrência da entrada de uma grande empresa multinacional configura uma situação de "desnacionalização".

Resumidamente: a expansão mundial das empresas - multinacionais é a principal característica de desenvolvimento do capitalismo na sua fase atual. As multinacionais em si não são um bem ou um mal. São as promotoras da Internacionalização do Capital a nível mundial.

O crescimento industrial não solucionará o desemprego determinado pela modernização da Agricultura Paranaense. As empresas multinacionais, que como se viu serão as principais promotoras do crescimento industrial, tem como objetivo central a maximização dos lucros e do seu crescimento (em termos de absorção do mercado) a longo prazo. Estes objetivos são incompatíveis com a utilização de técnicas de trabalho-intensivas. Por outro lado, toda a tecnologia moderna atua no sentido de substituir mão-de-obra por máquinas (técnicas capital-intensivas). De qualquer forma, a instalação de uma empresa no Estado do Paraná gera em termos absolutos uma certa demanda de força de trabalho, criando empregos. Se não houver eliminação de pequenas e médias empresas que atuavam anteriormente à entrada da grande empresa, isto é, desnacionalização, haverá um crescimento no emprego in-

dustrial. De qualquer forma, o crescimento industrial não absorverá toda a mão-de-obra liberada no campo.

Com relação à renda que se cria com o crescimento industrial, deve-se notar que esta renda tenderá a se concentrar nos lucros das empresas multinacionais. Haverá uma elevação no nível de emprego, e portanto, na massa de salários da economia paranaense, e através da tributação uma elevação na receita do Governo do Estado. Em termos relativos, os agricultores terão uma participação menor na Renda Estadual, o que não significará necessariamente uma redução absoluta nos seus níveis de renda. Atualmente, observa-se uma tendência de empobrecimento das classes proprietárias rurais, através da queda dos preços pagos ao produtor, tendência que vem sendo contrabalançada, no caso dos grandes produtores, através de concessão de crédito rural a juros negativos.

A tendência à redução dos lucros na agricultura é determinada pela dominação da Indústria e do Comércio sobre a Agricultura.

Desde 1930, com o colapso do chamado modelo primário exportador e o advento do Setor Industrial, enquanto "centro dinâmico" da Economia Brasileira, a Agricultura ficou subordinada à Indústria. A dominação da Indústria se dá tanto pelo lado do mercado da produção agrícola quanto pelo fornecimento dos elementos que compõe o investimento agrícola.

O Mercado de Produtos Agrícolas tende a ser cada vez mais a demanda da Indústria por insumos produzidos pela

Agricultura* As possibilidades de venda de produtos agrícolas ao consumidor final sem que haja um beneficiamento industrial são cada vez menos frequentes. Assim sendo, a demanda de produtos agrícolas tende cada vez mais a ser efetuada pelas Indústrias Alimentares.

A Modernização da Agricultura, por outro lado, significa a introdução de produtos industriais no Processo de Acumulação de Capital na Agricultura, por exemplo, adubos químicos, fertilizantes, tratores, colhedoras, etc. O Investimento na Agricultura tende assim a ser efetuado através de produtos industriais.

A dupla dominação da Indústria sobre a Agricultura (Investimento/Mercado) ou em outras palavras, Acumulação de Capital/Realização dos lucros, impede que a Agricultura seja um setor autônomo em termos de crescimento. Ou seja, o crescimento da Agricultura está determinado pelo crescimento da Indústria.

Não é por acaso que a Renda Agrícola tende a ser menor que a Renda Industrial com a aceleração do desenvolvimento.

$$\text{Seja: } Y_1 = W_1 + P_1$$

$$Y_2 = W_2 + P_2$$

* Este mercado é frequentemente dominado pelos intermediários (comércio) mas com o desenvolvimento do capitalismo, a Indústria deverá absorver diretamente a produção agrícola.

Onde:

Y_1 = Renda Agrícola

Y_2 = Renda Industrial

W_1 = Salários pagos na Agricultura

W_2 = Salários pagos na Indústria

P_1 = Lucros auferidos na Agricultura

P_2 = Lucros auferidos na Indústria

Supondo que os salários são constantes, a dominação da Indústria sobre a Agricultura significa que os lucros industriais se elevam enquanto que os lucros agrícolas se reduzem. Como $\Delta P_2 > \Delta P_1$, e W_1 e W_2 são constantes, o resultado final deste processo é $\Delta Y_1 < \Delta Y_2$. A dominação da Indústria sobre a Agricultura reduz os lucros nesta ao reduzir o preço dos produtos agrícolas e elevar o preço dos insumos modernos utilizados na Agricultura.

Em que ramos devam se instalar, preferencialmente as novas empresas de modo a dinamizar o Setor Industrial Paranaense?

A Recuperação da Economia Brasileira será liderada pelo Departamento produtor de bens de produção (insumos básicos e bens de capital). Atualmente, é impossível de se prever exatamente o início da Recuperação da Economia. De qualquer modo, correndo todos os riscos de uma previsão desta natureza, acredita-se que a médio prazo (2 a 5 anos) os Investimentos no D_1 começarão a liderar o processo de Recuperação da Economia Brasileira.

Os rumos do crescimento industrial paranaense devem ser pensados, se quisermos que o Estado tenha um papel relevante em termos de indústrias modernas, em termos de um crescimento e diversificação de atividades industriais correlacionadas com o Departamento de bens de produção. Pensar o desenvolvimento industrial no Estado do Paraná como um processo de substituição de importações de São Paulo, neste como em outros casos, é desconhecer as regras básicas do desenvolvimento industrial de uma nação. Por outro lado, a montagem de um complexo industrial integrado baseando no D_1 , parece inviável.

Abandone-se, pois, esta forma de visão do crescimento industrial estadual. Se a Indústria Paranaense pretende se localizar nos setores que serão dinâmicos no próximo ciclo de Expansão da Economia Brasileira, o crescimento industrial deverá ser dirigido em direção à instalação de empresas produtoras de bens de produção (insumos básicos e/ou bens de capital). Além disto, as empresas localizadas no Estado do Paraná deverão se inter-relacionar com as empresas do centro dominante em termos industriais, isto é, com a estrutura industrial paulista.

O D_2 terá um papel importante no próximo ciclo de Expansão de Economia Brasileira, ainda que subordinado à liderança, em termos de taxas de crescimento do Investimento, de D_1 . Como se viu, tal papel não foi desempenhado pelo D_2 no último ciclo e expansão (1968-73) na medida em que suas taxas de crescimento foram vegetativas. Em termos estaduais, portanto não se deve descuidar de medidas visando ampliar o desempenho do D_2 , que, como se viu, é o principal gerador de renda industrial e que mantém relações econômicas cruciais com a Agricultura Para-

naense.

Finalmente, caberá ao D_3 um papel menor no crescimento industrial dos próximos anos. As taxas de crescimento do mercado de bens de consumo duráveis deverão ser ligeiramente superior às taxas de crescimento da população urbana, fenômeno que já vem ocorrendo em algumas indústrias do D_3 , como por exemplo a Indústria Automobilística. Com isto não se quer sugerir que se desestimulem a instalação e/ou ampliação de indústria do D_3 . O que se quer indicar é que o D_3 não deverá ter o papel de liderança na Estrutura Industrial Brasileira de modo a repetir o padrão de crescimento verificado entre 1968 e 1973.

APÊNDICE A - A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

A indústria da construção civil pode ser dividida, segundo o trabalho "Estudos de Desenvolvimento Industrial"²³ nos seguintes subsetores:

- 1 - Empresas Gerais de Construções;
- 2 - Construção Civil, Arquitetura;
- 3 - Construção Industrial;
- 4 - Construção Pesada;
- 5 - Construção de Estradas;
- 6 - Engenharia de Solos;
- 7 - Terraplanagem;
- 8 - Hidráulica e Saneamento;
- 9 - Instalações Gerais e
- 10 - Outras.

Entretanto, como trata de uma classificação muito abrangente e com subsetores que se entrelaçam, foi feito no mencionado trabalho, um aglutinamento segundo as atividades dominan-

²³ Estudos de Desenvolvimento Industrial - Volume 3 - Indústria de Construção Civil - Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria dos Negócios Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.

tes o qual resultou nos seguintes ramos:

- a - Construção Pesada;
- b - Construção de Edificações;
- c - Empresas de Montagens e
- d - Empresas de Serviços Especiais.

A "Construção Pesada" compreende barragens e usinas; túneis; estradas; obras de arte; construções industriais e hidráulicas e saneamento. O ramo "Construção de Edificações" compreende as edificações de imóveis residenciais: o planejamento e arquitetura; construções industriais; hidráulica e saneamento e obras de arte. As "Empresas de Montagens" compreendem as construções industriais e hidráulica e saneamento. Finalmente, as "Empresas de Serviços Gerais" compreendem as investigações, testes e ensaios de solos e fundações. Ressalte-se, entretanto, que esta classificação, como se vê pelo exposto acima, não elimina a possibilidade de que construtoras enquadradas em um dos ramos atuem nos demais.

Era propósito deste capítulo apresentar o comportamento da "Indústria da Construção Civil do Paraná" no seu todo e, em especial, dos ramos "Construção Pesada" e "Construção de Edificações" através da classificação das empresas atuantes em pequenas, médias e grandes. Os parâmetros seriam as médias aritmética e de Niehans de variáveis como emprego; patrimônio líquido e faturamento. Esta classificação permitiria mensuras a participação, importância e o campo de cada uma no ramo.

Entretanto, dado a insuficiência e mesmo a inexistência

de informações a nível estadual, isto não foi possível. O máximo que se chegou foi a um rápido comentário sobre o comportamento do ramo "Edificações de Imóveis Residenciais" para o período 1969/1977.

Apesar das dificuldades para a obtenção de dados relativos ao tamanho das empresas construtoras de edificações, este fato não impede o levantamento de algumas hipóteses com relação à estrutura do mercado do ramo Edificação.

As grandes empresas deste ramo concentram sua produção em apartamentos de luxo, cujo mercado foi reduzido em termos relativos, porém altamente dinâmico em termos de poder aquisitivo. O elevado valor deste tipo de mercadoria propicia elevadas margens de lucro para as empresas que têm possibilidades de fixação de preço.

Já as empresas de porte médio atuam na área das cooperativas habitacionais e, marginalmente, na área de Cohabs. Os lucros destas empresas são limitados através da fixação de preços, através de concorrência; pelo BNH.

Finalmente, as empresas pequenas compreendem desde firmas de engenharia que fazem uma casa de luxo por ano até empresas construtoras de casas populares, sejam elas de alvenaria ou madeira. As possibilidades de obtenção de lucros elevados para as pequenas empresas estão ligadas à faixa de atuação destas no mercado. As empresas que produzem casas de luxo têm uma rentabilidade, por produto, maior que as empresas construtoras de casas populares.

A.1 - DESEMPENHO RECENTE DO RAMO EDIFICAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA

A Indústria da Construção Civil não tem sido analisada com a profundidade que seu desempenho no crescimento industrial nacional exigiria. O principal obstáculo, para o desenvolvimento de estudos nesta área, apontados pela totalidade de autores que se envolveram com o tema é a ausência de informações censitárias. Por outro lado, o caráter artesanal da construção civil, especialmente da construção habitacional, conferiria para certos autores um "status" teórico de pouca importância para este ramo de indústria. De qualquer forma, até o presente momento, são escassos os estudos efetuados para a compreensão do papel da indústria da construção civil no processo de industrialização da economia brasileira.

A criação e o extraordinário desenvolvimento do SFH exigem estudos aprofundados sobre o desempenho recente do ramo Edificação da Indústria da Construção Civil* (lado real da economia) e sobre o suporte financeiro fornecido pela criação do SFH, pelo lado financeiro da economia, que foi inicial para o desempenho do ramo Edificações nos últimos anos.

O primeiro estudo que enfatizou a importância do ramo Edificações para a retomada e expansão de Economia Brasileira a partir de 1968 foi "Natureza e Contradições do desenvolvimento

* O "ramo Edificações" é "a parcela da Indústria de Construção Civil especializada na produção de mercadoria "habitação", enquanto produção de mercadoria "habitação", enquanto bem de consumo durável" extraído de: INDJAIN, Artur. O sistema financeiro da habitação. Tese.

financeiro recente" de Maria de Conceição Tavares, apresentado no Seminário sobre Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1971, e promovido pelo IBMEC²⁴ segundo a autora: "No Brasil, o impulso da recuperação baseou-se em uma expansão industrial desequilibrada, em que os ramos de bens duráveis e de construção foram os setores de "ponta", sem que os seus altos ritmos de crescimento se generalizassem aos demais setores, em particular aos de bens de consumo não duráveis"²⁵. Em outras palavras, as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, basicamente Indústria Automobilística, e a Construção Habitacional foram os setores que lideraram os investimentos que determinaram a retomada do crescimento econômico da Economia Brasileira, a partir de 1968.

O papel desempenhado pelo ramo Edificação e pelo SFH na Recuperação e Expansão de Economia Brasileira no período recente foi analisado por Artur Indjaian em "O Sistema Financeiro de Habitação". Retomar-se-á está a análise visando, inicialmente, esclarecer as principais características do "boom" imobiliário a nível nacional, para em seguida concentrar a análise a nível do Estado do Paraná.

O Sistema Financeiro de Habitação, criado em 1964, só passa a ter um papel significativo no financiamento imobiliário a partir de 1967/68 devido à criação do FGTS. Em 1967, primeiro ano de arrecadações efetivas do Fundo, sua participação nos re-

²⁴ Este ensaio faz parte do livro da Maria de Conceição Tavares, "da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", Zahar Editores, segunda edição, 1973.

²⁵ Tavares, M.C., pág. 257.

curso de SFH é de 75,69%, declinado em 1968 para 69,3% (Ver Quadro A.1).

A criação de FGTS dinamizou as aplicações imobiliárias do SFH possibilitando o início da expansão do ramo Edificações. Até 1966 o SFH concedeu apenas 28.106 financiamentos habitacionais. Em 1967 o número de financiamentos acumulados se eleva significativamente para 89.700; em 1968 o total acumulado atinge 142.033 unidades. (Ver Quadro A.2).

A participação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) no valor dos financiamentos habitacionais do SFH foi fundamental para a expansão do ramo Edificações, especialmente no financiamento de imóveis de luxo. O SBPE que participou no início da Recuperação (1967/68) com quase metade do valor dos financiamentos imobiliários, lidera os financiamentos imobiliários durante o "boom", participando em 1972 (Auge do Ciclo de Expansão) com quase 80% dos financiamentos do SFH (Ver Quadro A.3).

A Carteira de Operações de Natureza Social (COS) que inicialmente teve alguma importância relativa no total de financiamentos do SFH, devido à fase de montagem do SBPE e, portanto, de atuação limitada deste, participou até 1967 em 22,98% do total de financiamentos. A partir de 1968 a importância relativa da COS é significativamente decrescente atingido apenas 2,07% do total de financiamentos imobiliários do SFH em 1972, ano em que os financiamentos do SBPE apresentam um crescimento nominal de 120%. Em 1971 o SBPE financiou 50.531 habitações enquanto

TABELA A.1 - PRINCIPAIS RECURSOS DO SFH

ANOS	RP			FGTS ⁴	TOTAL	Fluxos anuais Cr\$ milhões			
	CP ¹	LI ²	TOTAL ³			1/5	2/5	3/5	4/5
1966	18	6	24	-	24	75,00	25,00	100,00	100,00
1967	68	134	222	629	831	8,18	16,13	24,31	75,69
1968	244	320	564	1.273	1.837	13,28	17,42	30,70	69,30
1969	563	488	1.051	1.709	2.760	20,40	17,68	38,08	61,92
1970	1.189	774	1.963	2.429	4.392	27,07	17,62	44,69	55,31
1971	1.689	1.094	2.792	3.773	6.565	25,86	16,66	42,52	57,47
1972	3.942	1.908	5.850	4.967	10.817	36,44	17,64	54,08	45,92
1973	5.409	1.490	7.899	6.202	14.101	45,45	10,57	56,02	43,98
1974	14.803	1.691	16.494	11.915	28.409	52,11	5,95	58,06	41,94
1975	26.309	502	26.811	15.516	42.327	62,16	1,19	63,35	36,65
1976	52.305	821	53.126	30.598	83.724	52,47	0,98	63,45	36,55

FONTE: O Sistema Financeiro da Habitação.

LEGENDA: RP - Recursos do Público
 CP - Cadernetas de Poupança
 LI - Letras Imobiliárias
 FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

TABELA A.2 - NÚMERO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS PELO SFH ATRAVÉS DE CONTRATOS

ÁREA	ANOS												TOTAL
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	
COS	8.818	14.716	11.299	41.332	44.594	57.794	21.824	17.951	11.961	18.074	8.167	45.944	302.274
CPH	-	1.930	11.341	21.992	47.707	50.937	49.688	38.359	24.107	32.493	8.950	11.944	299.448
SBPE	-	-	5.466	25.935	47.126	41.942	72.030	50.531	66.685	76.623	60.268	64.512	511.118
RECON	-	-	-	441	2.606	10.322	10.212	10.798	15.400	23.621	22.031	13.398	108.829
PROFILURB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.448	3.448
SFH	8.618	16.646	28.106	89.700	142.033	160.995	153.754	117.639	118.153	150.811	99.416	143.046	1.228.917

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

ÁREA	ANOS												TOTAL
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	
COS	100,00	88,41	40,20	40,08	31,40	35,90	14,10	15,26	10,12	11,98	8,22	32,12	24,60
CPH	-	11,59	40,35	24,52	33,59	31,64	32,32	32,61	20,40	21,55	9,00	8,35	24,37
SBPE	-	-	19,45	28,91	33,18	26,05	46,85	42,95	56,44	50,81	60,62	45,10	41,59
RECON	-	-	-	0,49	1,83	6,41	6,64	9,18	13,03	15,66	22,16	9,37	8,86
PROFILURB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,41	0,28
SFH	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: O Sistema Financeiro da Habitação

LEGENDA: COS - Carteira de Operações de Natureza Social
 CPH - Carteira de Programas Habitacionais
 SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
 RECON - Financiamento do Consumidor de Materiais de Construção
 PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanos
 SFH - Sistema Financeiro da Habitação
 - - O dado não existe

TABELA A.3 - VALOR DOS FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS DO SFH

Cr\$ milhões

ANOS	COS (A)	CPH (B)	RECON (C)	SBPE (D)	SFH (E)	(A/E)	(B/E)	SUBTOTAL ($\frac{A+B}{E}$)	(C/E)	(D/E)	$\frac{C+D}{E}$
ATÉ 1967	285,0	413,2	52,7	489,5	1.240,4	22,98	33,31	56,29	4,25	39,46	43,71
1968	269,7	614,4	178,5	899,0	1.961,6	13,75	31,32	45,07	9,10	45,83	54,93
1969	465,4	751,8	485,6	1.440,0	3.142,8	14,81	23,92	38,73	15,45	45,82	61,27
1970	193,1	949,3	501,9	1.929,0	3.573,3	5,40	26,54	31,97	14,05	53,98	68,03
1971	204,2	931,3	509,7	3.269,0	4.914,2	4,15	18,95	23,10	10,37	66,52	76,89
1972	189,9	839,4	936,8	7.204,0	9.170,1	2,07	9,15	11,22	10,22	78,56	88,78
1973	312,6	1.292,7	2.101,7	10.096,0	13.803,0	2,26	9,36	11,62	15,23	73,14	88,37
1974	185,1	545,6	2.413,7	17.929,0	21.073,4	0,88	2,59	3,47	11,46	85,08	96,54
1975	532,9	1.171,1	1.905,5	26.262,0	29.871,5	1,78	3,92	5,70	6,38	87,92	94,30
1976	1.849,0	3.026,0	3.279,0	62.266,0	70.420,0	2,62	4,29	6,91	4,66	88,42	93,08
TOTAL	4.486,9	14.476,1	12.365,1	131.783,5	163.111,6	2,75	8,88	11,63	7,58	80,79	88,37

FONTE: O Sistema Financeiro da Habitação

LEGENDA: COS - Carteira de Operações de Natureza Social
 CPH - Carteira de Programas Habitacionais
 RECON - Programa de Financiamento e Refinanciamento do Consumidor de Materiais de Construção
 SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
 SFH - Sistema Financeiro de Habitação

(1) Acumulado até 1967.

(2) Os dados de 1975 foram extraídos do "Relatório do BNH/1975", p. 13.

(3) Os dados do SBPE foram extraídos de: BNH "O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo", nº 10, p. 69, e do "Boletim do Banco Central".

(4) Os demais dados foram obtidos junto à APC - BNH.

que em 1972 foram financiados 66.685 habitações²⁶. Assim sendo, o que explica o crescimento do valor dos financiamentos do SBPE em 1972 não é apenas o crescimento do número de financiamentos (32%) mas fundamentalmente o crescimento dos preços dos imóveis, fenômeno característico de fases de Auge do Ciclo Econômico quando a demanda atinge níveis máximos, o que garante um maior poder de fixação de preços por parte das empresas do Oligopólio de fixação de preços por parte das empresas do Oligopólio de Habitações de luxo. Em 1973 o número de licenças para constituir no Município de São Paulo decresce em 35,69% (Ver Quadro A.4). "Em termos absolutos, em 1974 o número de licença para constituir foi inferior aos níveis de 1967 (dados para São Paulo). A crise no ramo Edificações já é evidente"²⁷.

A desaceleração dos investimentos no ramo Edificações (1973) acarreta uma Crise a partir de 1974. O principal determinante da Crise foram os excessivos Investimentos efetuados no Auge (1972) que não foram absorvidos pelo crescimento da demanda. Resultado: formação de estoques de imóveis. Em outras palavras, o crescimento da demanda foi inferior ao crescimento da oferta de imóveis. Isto ocorreu devido às próprias características intrínsecas da expansão imobiliária recente. O crescimento da demanda de imóveis, que como se viu constituíram-se basicamente de imóveis de luxo, baseou-se no crescimento dos lucros de Economia. Como se sabe, a renda se constitui de lucros e salários. Qualificando da mesma forma a demanda de mercadorias, no nosso caso imóveis, ver-se-á que o mercado dinâmico,

²⁶ Fonte: Quadros A.2 e A.3.

²⁷ INDJAIAN, Artur, "O Sistema Financeiro da Habitação" Tese de Mestrado p.25.

TABELA A.4 - LICENÇAS PARA CONSTRUIR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO HABITAÇÕES (NÚMERO DE LICENÇAS)

ANOS	CASAS (1)	APARTAMENTOS (2)	TOTAL (3)	ÁREA DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAL (4)	TOTAL (5) (m ²)	2/3	4/5	tx 2	tx 3	tx 4
1965	9.575	8.692	18.267	1.944.631	5.528.839	47,6	60,6	-	-	-
1966	7.580	11.278	18.858	1.842.979	4.192.182	59,8	68,4	29,75	3,24	5,23
1967	11.033	17.247	28.280	2.624.478	4.975.971	61,0	84,8	52,93	49,96	42,40
1968	18.018	22.426	40.444	4.451.930	5.968.329	55,4	87,1	30,03	43,01	69,63
1969	20.136	27.346	47.482	5.361.481	7.127.875	57,6	84,8	21,94	17,40	20,43
1970	19.145	24.852	43.997	5.025.012	6.820.733	56,5	85,5	- 9,02	- 7,34	- 6,28
1971	19.159	47.101	66.260	7.873.106	9.944.729	71,7	79,2	89,53	50,60	56,68
1972	17.359	57.443	74.802	9.042.339	12.481.779	76,8	76,1	21,96	12,89	14,85
1973	11.571	36.532	48.103	6.497.481	9.524.087	75,9	25,2	-36,40	-35,69	-28,14
1974	12.573	13.598	26.171	3.840.738	6.120.573	52,0	70,0	-62,78	-45,59	-40,89
1975	12.740	10.278	23.098	3.005.018	4.953.880	44,7	66,4	-24,42	-12,05	-21,76
1976	14.235	10.530	24.765	3.514.180	4.938.552	42,5	73,0	2,45	7,59	16,94

FONTE: O Sistema Financeiro da Habitação.

do ramo Edificações (imóveis de luxo) dependia do crescimento da massa de lucros e não da massa de salários, cujo crescimento estava limitado pela redução dos salários reais. Assim sendo, em última instância, o que explica o crescimento da demanda de imóveis no ciclo de expansão 68-73 é o crescimento dos lucros (incluídos os ordenados). Com isto não se nega a extraordinária importância dos esquemas de financiamento do SFH no sentido de viabilizar a demanda de imóveis. O aumento do grau de endividamento das famílias teve um papel crucial na dinamização de demanda de imóveis, porém, este endividamento estava lastreado, em última instância, no significativo crescimento dos rendimentos destas famílias (lucros e ordenados). O crescimento da massa de lucros foi determinado pela aceleração dos investimentos e pelo processo de concentração da renda em favor dos rendimentos do capital.

Para que a demanda de imóveis continuasse crescendo a taxas positivas e crescimentos seria necessário, portanto, um crescimento contínuo da massa de lucros. Este processo foi limitado, a partir do Auge do Ciclo (1972) pela desaceleração dos investimentos que num momento seguinte determinam uma redução da massa de lucros. Por outro lado, o processo de concentração de renda a favor dos lucros, apesar de presente, não foi tão significativo quanto fora entre 1964 e 1971. Em outras palavras, a massa de lucros cresce, porém a taxas decrescentes o que para o ramo Edificações significa uma desaceleração no crescimento da demanda. Surge o excesso de oferta de imóveis: estoques. Deve-se notar também que o mercado de imóveis de luxo foi um mercado dinâmico, porém relativamente reduzido em termos de número de famílias de rendimentos elevados. A vida útil dos i-

móveis (em torno de 15 anos) limitava as possibilidades de trocas frequentes de imóveis por parte dos consumidores. Assim sendo, as possibilidades de diversificação acelerada do consumo, tal como ocorria no mercado de automóveis, não contrabalançou as limitações do mercado. De qualquer forma, estas limitações pelo lado da demanda não foram obstáculos para o extraordinário crescimento do Investimento Habitacional, mas limitaram uma fase de expansão do ciclo mais prolongada.

Atualmente (1978) é evidente que este padrão de desenvolvimento econômico baseado em bens de consumo duráveis para famílias de renda elevadas dificilmente se repetirá. Com relação ao ramo Edificações, por exemplo, seriam necessárias para a reprodução da fase de crescimento acelerado das vendas de imóveis de luxo as seguintes condições:

- a) perpetuação da concentração da renda em favor dos lucros;
- b) desaceleração do processo inflacionário, principal mecanismo de corrosão dos rendimentos das classes médias urbanas;
- c) redefinição das fontes de recursos financeiros do SFH.

Com relação ao processo de concentração da renda, acredita-se que surgiram limites insuportáveis que obstaculizam o seu prosseguimento. Sem aprofundar a questão nos seus apertos econômicos e políticos, lembra-se que os salários reais atingiram níveis mínimos, não apresentando possibilidades efetivas de redução nas proporções requeridos para a reprodução do ciclo

de expansão 68-73.

A aceleração do processo inflacionário, iniciado em 1973, vem se agravando, basicamente em função do crescimento da dívida externa que tem expandido os meios de pagamento. A solução destes problemas não é previsível a curto prazo, impedindo um fortalecimento da demanda de bens de consumo duráveis.

Finalmente, deve-se lembrar que os recursos destinados ao financiamento de imóveis basearam-se fundamentalmente na criação e consolidação do FGTS. As letras imobiliárias tiveram um papel restrito até 1972 (em torno de 17% dos recursos do SFH) e declinante a partir de 1973. As Cadernetas de Poupança começam a desempenhar um papel relevante a partir de 1972 como reflexo da crise do mercado de capitais, consolidando-se a partir de 1973 com a aceleração do processo inflacionário. As Cadernetas de Poupança passam a superar relativamente os recursos do FGTS a partir de 1973 (Ver Quadro A.1) num momento em que as decisões de investir das empresas construtoras estavam se reduzindo. Em outras palavras, as Cadernetas de Poupança passam a ter um papel significativo a partir de desaceleração (73/74) e crise (1975...) do setor imobiliário. O FGTS foi efetivamente a principal fonte de recursos para o financiamento imobiliário. No momento (1978) o SBPE encontra problemas na captação de Cadernetas de Poupança e a arrecadação líquida do FGTS, cuja taxa de crescimento estagnou em torno de 43% anuais entre 1972 e 1975 (Ver Quadro A.5), e tende a declinar em função da elevação dos saques. Em suma, pode-se afirmar que a criação do FGTS foi a base do SFH entre 68 e 73 e que as possibilidades de crescimentos a taxas elevadas da arrecadação líquida foram possíveis em

TABELA A.5 - F.G.T.S.

ANOS	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	RESSARCIMENTOS EFETUADOS (2)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (3)	(a)		Tx (3)
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (4)		
1967	616	19	597	629	3,1	-
1968	1.839	235	1.604	1.902	12,8	1,69
1969	3.640	808	2.832	3.611	22,2	0,77
1970	6.158	1.843	4.345	6.040	29,4	0,53
1971	9.687	3.355	6.332	9.813	34,6	0,46
1972	14.687	5.599	9.038	14.788	38,3	0,43
1973	21.454	8.550	12.907	20.982	39,8	0,43
1974	31.236	12.734	18.502	32.897	40,8	0,43
1975	46.124	19.659	26.465	48.413	42,6	0,43
1976	68.458	30.979	37.479	79.011	45,3	0,42
OUT/77	96.946	45.739	51.207	125.574	42,7	0,37

FONTE: O Sistema Financeiro da Habitação

OBS. : a) Arrecadação líquida, correção monetária e juros creditados pelo BNH ao fundo.

função exatamente da criação do fundo. Para reproduzir as condições da retomada seria necessário retomar aquelas taxas de crescimento, o que é inviável.

A.2 - A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NO PARANÁ - 1968/1977.

Concentram-se no ramo "Edificações de Imóveis Residenciais" a maioria das 1.102 empresas e firmas de construção civil cadastradas e em atividade no Estado até o mês de janeiro de 1978, conforme pesquisa junto à Coordenação da Receita do Estado. Verifica-se, com base neste levantamento, que a microrregião de Curitiba concentra aproximadamente 50% das firmas registradas, com um total de 565 construtoras, ao passo que as microrregiões do Alto Ribeira e Alto Ivaí não possuem empresa ou firma de construção civil (Tabela A.6).

Ressalte-se, entretanto, que nem todas edificações são executadas por construtoras haja visto o grande número de mestres de obras autônomos que trabalham sob o regime de empreitada, e de parcela ponderável de moradias edificadas em regime de clandestinidade, principalmente em cidades do interior, erguidas pelo próprio proprietário e de madeira.

Por se encontrar dificuldades para a obtenção de informações na área de licenças para construir e de habite-se, para o Paraná, fez-se um levantamento junto à Fundação IBGE onde estes dados estão sistematizados, unicamente, para os municípios de Curitiba; Londrina e Ponta Grossa. De posse destas informações considerou-se, por hipótese, que o comporta-

TABELA A.6 - FIRMAS DE ENGENHARIA CIVIL, ATIVAS NO PARANÁ - JANEIRO 78.

MICRORREGIÃO	Nº de Firmas	%
268/ 1 - Curitiba	565	51,2
269/ 2 - Litoral Paranaense	22	2,0
270/ 3 - Alto Ribeira	x	x
271/ 4 - Alto Rio Negro Paranaense	1	0,1
272/ 5 - Campos da Lapa	8	0,7
273/ 6 - Campos de Ponta Grossa	46	4,2
274/ 7 - Campos de Jaguariaíva	2	0,2
275/ 8 - São Mateus do Sul	1	0,1
276/ 9 - Colonial de Irati	7	0,6
277/10 - Alto Ivaí	x	x
278/11 - Norte Velho de Wenceslau Braz	3	0,3
279/12 - Norte Velho de Jacarezinho	24	2,2
280/13 - Algodoeira de Assaí	1	0,1
281/14 - Norte Novo de Londrina	140	12,7
282/15 - Norte Novo de Maringá	76	6,9
283/16 - Norte Novíssimo de Paranavaí	18	1,6
284/17 - Norte Novo de Apucarana	18	1,6
285/18 - Norte Novíssimo de Umuarama	10	0,9
286/19 - Campo Mourão	15	1,4
287/20 - Pitanga	2	0,2
288/21 - Extremo Oeste Paranaense	81	7,4
289/22 - Sudoeste Paranaense	24	2,2
290/23 - Campos de Guarapuava	17	1,5
291/24 - Médio Iguaçu	21	1,9
PARANÁ	1.102	100,0

FONTE: Coordenadoria da Receita do Estado.

mento temporal das referidas variáveis nestes municípios refletia o comportamento do Paraná. Os dados obtidos estão na tabela A.7.

TABELA A.7 - TOTAL DAS ÁREAS DE LICENÇAS PARA CONSTRUIR E DE HABITE-SE - 1968/1977

ANOS	Licenças - m ²	Habite-se - m ²
1968	769.488	333.749
1969	652.033	372.614
1970	736.703	447.666
1971	547.688	368.876
1972	611.824	345.276
1973	611.704	520.276
1974	1.027.003	646.870
1975	1.368.159	623.515
1976	1.336.826	932.106
1977	907.394	733.950

FONTE: Indústria de Construção
Inquérito Mensal sobre Edificações
Fundação IBGE.

Da tabela acima depreende-se que o ramo das edificações residenciais demonstrou um crescimento estável, com pequenas variações para mais e para menos, até 1974 quando a expectativa de investimentos, medida pela área de licenças para construir, apresentou um considerável acréscimo, na ordem de 68%, em relação ao ano anterior.

A explicação mais plausível reside no bom comportamento mostrada pela economia estadual no biênio 1974/1975, quando a

atividade agroindustrial, basicamente o complexo da soja e os elevados preços dos produtos agrícolas de exportação, foi o elemento dinamizador para os demais setores e subsetores econômicos, elevando a renda real do Paraná. (Ver Tabela 4.1).

Este crescimento da renda interna estadual, em torno de 36%, provocou uma expectativa promissora a investimentos no setor imobiliário, primordialmente no mercado de luxo. Sendo assim, nada mais normal que com a expansão dos lucros e ordenados decorrentes do crescimento da renda interna e do seu atual padrão de concentração em detrimento dos salários, eles passassem a pressionar e a provocar um incremento no número e valor dos imóveis financiados, principalmente através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e, subsidiariamente, e do RECON - Financiamento e Refinanciamento ao Consumidor de Materiais de Construção.

Tais programas, que se destinavam, a princípio, ao atendimento da demanda de imóveis fora do âmbito das cooperativas populares, passam, com o correr do tempo, e em virtude da elevação dos preços dos imóveis, a se tornarem acessíveis somente às classes de altas rendas marginalizando as classes de rendas médias.

O crescimento da demanda de imóveis de luxo teve como consequência, um acentuado incremento dos preços, tabela 5, fato este comum nas fases de auge, quando, como já foi visto no tópico anterior, o crescimento da demanda ao atingir seus níveis máximos garante um poder de fixação dos preços por parte das empresas construtoras dominantes. Este aumento dos preços

dos imóveis criou, em um segundo momento, a estagnação do mercado ao provocar uma defasagem cada vez mais acentuada entre o decrescente poder aquisitivo das classes de renda média, em função da queda dos salários reais, e o preço final das moradias.

Assim, os novos lançamentos passam a se destinar cada vez mais às faixas de mais alta renda enquanto que a classe média, composta basicamente por assalariados e que poderia demandar um imóvel intermediário, fica à margem do mercado.

O elevado nível dos investimentos no período 1974/1976, levou o setor a um ponto de estrangulamento a partir do quarto trimestre de 1976 quando o mercado de luxo se esgotou.

Apesar de dinâmico, o mercado de luxo é relativamente pequeno, pois, mostra o quadro A.8, apenas 15% e 7% das famílias da Região Metropolitana de Curitiba, em 1976, podiam ser enquadradas como das classes média alta e alta respectivamente. Numa estimativa precária e não muito rigorosa, cerca de 80% das famílias dos dois estratos de mais alta renda da Região Metropolitana de Curitiba adquiriram imóveis residenciais no período compreendido entre o segundo trimestre de 1971 e o quarto trimestre de 1977, onde para uma população de 45.237 famílias com renda superior a 10 salários mínimos, foram comercializadas 33.875 unidades habitacionais. Esta estimativa baseia-se nos quadros A.8 e A.9.

Passa a haver, então, um aumento absoluto do nível de unidades estocadas em relação às unidades ofertadas e, como

consequência imediata, uma redução dos investimentos (Quadro A.9 e A.7). É a crise que se apresenta ao mercado imobiliário visto que, historicamente, nas economias capitalistas as crises se manifestam inicialmente, através da redução dos investimentos. A queda do nível destes provoca a redução da renda e, portanto, dos lucros, ordenados e salários. Com a diminuição da renda, e principalmente do componente lucros e ordenados, reduz-se a demanda por bens de consumo duráveis elevando o montante dos estoques os quais, num círculo vicioso, pressionam uma nova redução dos investimentos. Haverá o equilíbrio, num patamar mais baixo, quando a oferta for adequada à demanda existente, que como se viu está saturada.

A redução dos investimentos do ramo edificações residenciais também veio afetar negativamente as indústrias de materiais de construção e as empresas voltadas à comercialização de imóveis, em função das íntimas ligações existentes entre estes ramos.

Em resumo, a expansão dos investimentos das empresas produtoras de imóveis começa em 1968, porém o principal período foi entre 1974 e 1976. No Paraná o "auge" do setor imobiliário se dá num período em que o setor está em crise a nível nacional.

Isto se explica pelo fato de que entre 1974 e 1976 a demanda de imóveis de luxo foi fortemente estimulada pelo crescimento dos lucros na economia paranaense. Os lucros foram devidos a diversos fatores.

1 - Aumento do preço do café (geada de 1975).

TABELA A.8 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO A CLASSE DE RENDA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, 1976.

ATIVIDADES	Baixa — até 5 SM		Média — 5 a 10 SM		Med. Alta — 10 a 20 SM		Alta + 20 SM		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Ind. Transformação	35.647		5.318		2.542		707		44.214
Ind. Construção Civil	32.147		3.677		1.026		881		37.731
Ser. Ind. Ut. Pública	4.628		833		202		113		5.776
Comércio Mercadoria	42.281		10.744		4.815		1.272		59.112
Com. Imóveis e Val. Imob.	9.604		2.817		2.094		941		15.456
Prestação Serviços	73.329		7.401		2.469		719		83.918
Transport. e Comunicação	20.478		4.695		1.488		631		27.292
Atividades Sociais	17.853		2.918		1.674		980		23.425
Administração Pública	16.716		4.348		1.921		635		23.620
Def. Nacio. e Seg. Pública	6.169		2.026		934		427		9.556
Prof. Liberais	1.197		1.542		1.295		1.921		5.955
Outras	11.335		1.750		374		592		14.051
Total da População Economicamente Ativa	271.384	77	48.069	14	20.834	6	9.819	3	350.106
Total do Nº de Família	103.887	49	60.000	29	31.407	15	13.830	7	209.124

FONTE: Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba
Banco Nacional da Habitação - BNH/IPARDES - Junho 1978.

2 - Aumento do preço da soja.

3 - Expansão do Crédito Rural.

A expansão do mercado imobiliário baseou-se, portanto, no crescimento da lucratividade das atividades agrícolas e seus efeitos multiplicadores em termos urbanos (basicamente serviços).

O crédito rural, que em alguns anos foi superior à renda gerada na agricultura, garantiu indiretamente a demanda de imóveis.

No momento em que a demanda foi satisfeita e a oferta atinge um máximo, surgem os estoques e o início da crise a partir do quarto trimestre de 1976.

Outro fator que também contribuiu para a elevação dos estoques foi o fechamento das carteiras para financiamento de imóveis usados. As restrições a este tipo de financiamento passa a ter um caráter limitativo na medida em que cerceia a comercialização dos imóveis usados. Tais imóveis eram dados, em sua grande maioria, como parcela de pagamento de unidades novas.

Os elevados níveis de estoques, em conjunto com a Resolução 386 do Conselho Monetário Nacional, passam a atuar, a partir do quarto trimestre de 1976, como fatores de pressão para uma gradativa redução do preço real dos imóveis, (Quadro A.10). É a partir deste trimestre que se passa a consumir os estoques formados no período 1974/1976, porém de forma muito lenta. Apesar da gradual queda do preço real, este continua elevado haja

TABELA A.9 - UNIDADES FINANCIADAS PELO SBPE - CURITIBA

TRIMESTRE	Nº total unid. dos (Oferta)	de proj.	Nº unid. vend. nº trimes- tre.	ESTOQUES DE IMÓVEIS NO TRIMESTRE		
				TOTAL	Concluídas	em Construção
2º 71	2.939		1.214	1.725	-	1.725
3º	2.505		733	1.772	172	1.600
4º	2.493		811	1.682	307	1.375
1º 72	2.609		928	1.681	301	1.380
2º	2.754		1.525	1.229	454	775
3º	2.705		1.451	1.254	394	860
4º	2.749		1.583	1.166	398	768
1º 73	2.796		1.494	1.302	432	870
2º	3.110		1.414	1.696	422	1.274
3º	2.692		1.188	1.504	485	1.019
4º	2.574		1.273	1.301	351	950
1º 74	2.591		1.528	1.063	208	855
2º	2.342		1.368	974	204	770
3º	2.060		1.219	841	160	681
4º	2.959		1.351	1.608	157	1.451
1º 75	2.457		912	1.545	145	1.400
2º						
3º						
4º						
1º 76	4.127		1.097	3.030	128	2.902
2º	4.694		1.473	3.221	112	3.109
3º	5.316		1.884	3.432	107	3.325
4º	6.077		2.016	4.061	163	3.898
1º 77	5.819		1.698	4.121	280	3.841
2º	5.780		1.799	3.981	313	3.668
3º	5.738		1.834	3.904	532	3.252
4º	5.670		2.082	3.588	534	3.054

FONTE: Banco Nacional de Habitação

Mercado Habitacional com financiamento do SBPE.

visto que para a aquisição de um imóvel de 50m² de área construída, e 41m² de área útil, padrões mínimos de habitação para uma família de 4 pessoas, avaliada em torno de 1.025 UPC*, é necessário uma renda familiar de Cr\$ 11.236,00, cerca de 7,5 salários mínimos,** em financiamento de 25 anos. Um imóvel de 117m² de área construída, tamanho médio dos imóveis financiados pelo SBPE, avaliado em 2.402 UPC, requer uma renda familiar de aproximadamente Cr\$ 27.820,00 em um financiamento máximo de 15 anos.

Infere-se pelo exposto que a classe média, que percebe de 5 a 10 salários mínimos, encontra dificuldades para a aquisição da casa própria enquanto que a classe de baixa renda, com menos de 5 salários mínimos, está completamente a margem de mercado.

Espera-se que as recentes medidas adotadas pelo sistema financeiro habitacional, com a caracterização de imóveis usado pela primeira venda e não mais pelo antigo critério de mais de 180 dias de habite-se e a reabertura do financiamento aos adquirentes dos imóveis usados, desde que recebidos como parte do pagamento na comercialização de imóveis novos, permitam uma redução do nível de unidades estocadas, aumentando a velocidade de comercialização.

Entretanto, para a mudança da atual tendência do mer-

* Valor da UPC - Cr\$ 279,04.

** Salário mínimo para a Região de Curitiba em setembro 1978 Cr\$ 1.449,60.

TABELA A.10 - PREÇO POR m² DAS UNIDADES COMERCIALIZADAS - CURITIBA.

TRIMES- TRE.	Preço médio Unid.comerc. UPC	Área média Unid.comerc. m ²	Preço/m ² Unid.comerc. UPC	Valor da UPC (Cr\$)	Preço/m ² Unid.comerc. (Cr\$)	Preço/m ² Unid.comercial (Cr\$ 1º 73)
2º 71	1.013	-	-	52,64	-	-
3º	977	-	-	55,08	-	-
4º	998	-	-	58,61	-	-
1º 72	932	-	-	61,52	-	-
2º	976	-	-	63,81	-	-
3º	774	-	-	66,93	-	-
4º	714	-	-	68,95	-	-
1º 73	863	96	8,99	70,87	637,12	637,12
2º	1.093	106	10,31	73,19	754,59	726,34
3º	1.243	113	11,00	75,80	833,80	777,64
4º	1.262	110	12,62	77,87	982,72	882,24
1º 74	1.537	121	12,70	80,62	1.023,87	873,44
2º	1.166	106	11,00	83,73	921,03	698,04
3º	1.189	101	11,77	89,80	1.056,95	762,53
4º	1.618	120	13,48	101,90	1.373,61	945,51
1º 75	2.081	136	15,30	106,76	1.633,43	1.055,72
2º						
3º						
4º						
1º 76	2.709	113	23,97	133,34	3.196,16	1.552,79
2º	3.298	137	24,07	142,24	3.423,72	1.497,62
3º	3.222	123	26,20	154,60	4.050,52	1.597,14
4º	2.839	118	24,06	168,33	4.050,02	1.474,22
1º 77	2.979	120	24,83	183,65	4.560,03	1.514,40
2º	3.168	131	24,18	194,83	4.710,99	1.405,10
3º	2.869	132	21,73	213,80	4.645,87	1.305,63
4º	2.484	121	20,53	227,15	4.663,39	1.238,98

FONTE: Banco Nacional de Habitação

Mercado Habitacional com financiamento do SBPE

cado imobiliário será necessário a adoção de outras medidas no âmbito do sistema financeiro habitacional, visando uma reformulação significativa da Política Habitacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABRIL TEC EDITORA. Análise-75. São Paulo, s.d. 350 p.
02. BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO-BNH. Relatórios anuais.
03. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Luciano G. O desenvolvimento de capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra, versão preliminar. s.n.t.
04. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & MELLO, João Manoel Cardoso de. Reflexões sobre a crise atual. In: Escrita Ensaio, (2).
05. INDJAIAN, Artur. O sistema financeiro da habitação. Tese.
06. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Estudo de integração de polos agroindustriais do Paraná - revisto e atualizado. Curitiba, 1977. 2v.
07. ———. Estudo de integração de polos agroindustriais do Paraná; terceira fase, conclusões e recomendações. Curitiba, 1975. 2v. Convênio Ministério do Planejamento/Governo do Estado do Paraná/IPARDES.
08. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPEA. A industrialização brasileira, diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro, 1968. (Documento, 4).
09. KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo, Hucitec, 1977.
10. LABINI, Sylos. Oligopólio y progresso técnico. Barcelona, Oikos-tan, 1966.
11. LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. UNICAMP, 1975.
12. MELLO, João Manoel Cardoso de. O capitalismo tardio; contribuição à revisão crítica de formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1975. 201 f. Tese.
13. NIHANS, Jurg. An index of the size of industrial establishments in international economic papers. s.l., (8):122-32, 1958.
14. PARANÁ. Secretaria da Indústria e Comércio. Expansão da Indústria Cimenteira no Estado do Paraná. s.n.t.
15. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Governo do Estado de São Paulo. EMPLASA. Estudos de desenvolvimento industrial. São Paulo, EMPLASA, s.d. v.3.

16. SUZIGAN, Wilson. Crescimento industrial no Brasil; incentivos e desempenhos recentes. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. 302 p. ilustr. (Relatório de Pesquisa, 26).
17. TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, s.d. 182 p.
18. . Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR

ARTUR INDJAIAN

CARLOS MANOEL V.A. SANTOS

DOUVAHIR A. DA SILVA

ROBERTO VERMULM - COORDENADOR ADJUNTO

VANESSA FLEISCHSFRESSER

CONSULTOR TÉCNICO

CARLOS ALBERTO W. KURKINEVA